

EDUARDO FARIA SILVA

**A ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS E A NEGAÇÃO
DO DIREITO FUNDAMENTAL À LIVRE ASSOCIAÇÃO**

CURITIBA

2006

EDUARDO FARIA SILVA

**A ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS E A NEGAÇÃO
DO DIREITO FUNDAMENTAL À LIVRE ASSOCIAÇÃO**

**Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre ao Programa de
Pós-graduação em Direito da Universidade
Federal do Paraná.**

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Peres Gediél.

CURITIBA

2006

TERMO DE APROVAÇÃO

EDUARDO FARIA SILVA

A ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS E A NEGAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À LIVRE ASSOCIAÇÃO

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná pela Comissão formada pelos professores:

Orientador:

Prof. Dr. José Antônio Peres Gediél. (UFPR) - Presidente

Prof. Dr. Carlos Frederico Marés de Sousa Filho (PUC/PR) - Membro

Prof. Dr. Márcio Pochmann (UNICAMP) - Membro

Curitiba, de de 2006.

Quem quer que se disponha a transformar a ordem social terá de enfrentar duas ordens de problemas. Primeiro, conhecer as forças dinâmicas em conjunção, as resistências à mudança e os fatores capazes de ativá-las para, com base nesse conhecimento, fixar a estratégia que deve utilizar. Segundo, melhorar o discurso das vanguardas revolucionárias. Vale dizer, face ao atraso e à penúria, ser capaz de diagnosticar suas causas, denunciar os danos que acarretam e, ainda, prever as possibilidades de progresso contidas em cada situação.¹

¹ RIBEIRO, Darcy. **O Dilema da América Latina**: estrutura de poder e forças insurgentes. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1988. p.18-19.

SUMÁRIO

<u>RESUMO</u>	vi
<u>ABSTRACT</u>	vii
<u>INTRODUÇÃO</u>	1
<u>CAPÍTULO 1 – AMÉRICA LATINA: O CONTEÚDO DE UMA FOTOGRAFIA</u>	7
1.1 <u>O MOSAICO POLÍTICO DA AMÉRICA LATINA</u>	7
1.2 <u>O PROJETO POLÍTICO-DESENVOLVIMENTISTA PARA A AMÉRICA LATINA</u>	14
1.3 <u>A AÇÃO POLÍTICO-MILITAR NA AMÉRICA LATINA</u>	25
<u>CAPÍTULO 2 – BRASIL: O DESVELAR DO VÉU</u>	35
2.1 <u>A ESTRUTURA DE PODER AO ESTADO AUTORITÁRIO</u>	35
2.2 <u>A REVOLUÇÃO PASSIVA E O PAPEL DO COOPERATIVISMO</u>	52
2.3 <u>A REPRESENTAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVISTA</u>	66
<u>CAPÍTULO 3 – OCB: MUTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO</u>	78
3.1 <u>O PROCESSO CONSTITUINTE E O COOPERATIVISMO</u>	78
3.2 <u>A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL, A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E A LEI N.º 5.764/71</u>	92
3.3 <u>A METAMORFOSE DO ESTADO E A REESTRUTURAÇÃO DA OCB</u>	100
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	123
<u>REFERÊNCIAS</u>	128

RESUMO

Esta dissertação é o resultado de reflexões nascidas do conjunto de pesquisas realizadas nos últimos anos em espaços como o Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Tais espaços de reflexão buscam compreender as transformações históricas ocorridas no cooperativismo e enfrentar questões teóricas com amplas e profundas conseqüências sobre o presente e o futuro das organizações populares que adotam essa forma societária. No caso específico da presente pesquisa, procurou-se investigar as razões que levaram à unicidade de representação jurídica, política, social e cultura do cooperativismo nacional pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, garantida, no plano formal, pela publicação da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e seus desdobramentos até o momento. O caminho percorrido para se compreender a conjuntura histórica que propiciou a publicação desse instrumento normativo, o qual permitiu que a OCB atuasse como um instrumento político com capacidade de articular os interesses das classes economicamente dominantes e de desarticular aqueles grupos que apresentassem alguma oposição, conduziu a uma série de questões que possibilitaram ultrapassar o simples texto que estabeleceu a unidade de representação. Foi possível, com isso, romper com a aparência e penetrar nas bases da construção normativa que estavam expressas na unicidade de representação (e ainda permanecem) e, por conseqüência, na forçosa adesão das sociedades cooperativas à OCB. Esse movimento de abertura e verticalização demonstrou que o objeto da pesquisa tem, por evidente, profundas raízes históricas lançadas no campo da economia e da política. No entanto, sua amplitude e sua permanência não poderiam ser bem explicitadas, se não se compreendesse o lugar que o direito ocupa nas relações econômicas e políticas e a complexidade que a técnica jurídica engendra para, inclusive interpretativamente, dar o máximo de continuidade ou durabilidade ao sentido de determinadas regras jurídicas. A ausência, por fim, de reflexões teóricas e referências bibliográficas sobre a temática do cooperativismo, em especial sob o ponto de vista jurídico, levaram à necessidade de se estabelecer um diálogo com outras áreas do conhecimento para se tentar compreender as razões que conduziram a publicação da Lei n.º 5.764/71.

Palavras-chave: Direito, cooperativismo, organização da produção e do trabalho.

ABSTRACT

The present Dissertation is the result of the reflections realized mainly in the Nucleo de Direito Cooperativo e Cidadania of the Law Post Graduation Program of the Universidade Federal do Parana during the last years. This study group tries to comprehend the historical transformations of cooperativism and face theoretical questions with deep consequences on the present and the future of popular organizations that adopt this kind of society. The objectives of the present dissertation are to analyze the reasons which led to the convergence of cultural, social and political representation within the national cooperativism by OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras (Brazilian Cooperatives Organization). It is important to note that the Act 5.764, of December 16th 1971, legally guarantees this convergence. To comprehend the historical combination that made the publication of this norm possible, which permitted OCB to act as a political instrument with the capacity to articulate interests of economically dominant classes and to disarticulate its opponents, were a series of questions that allowed for a deeper analysis of the text which established the above-mentioned convergence. This line of reasoning broke through the appearance and penetrated the basis of the normative construction expressed in the convergence of cultural, social and political representation within the national cooperativism by OCB, and as a consequence it forced the submission of all the cooperative societies to the OCB. This submission shows that the research objective is deeply rooted in economics and politics. However its significance and permanence may only be explained and understood by comprehending the place the law occupies within economical and political relations, and the complexity of juridical technique to the interpretation of certain juridical rules creating their continuity and durability. The absence of theoretical reflections and a bibliography on the matter of cooperativism, especially under a juridical perspective, led to the need for establishing a dialogue with different areas of knowledge to the comprehension of the reasons for the publication of the Act 5.764/71.

Key words: Law, cooperativism, organization of production and labor.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é o resultado de reflexões nascidas do conjunto de pesquisas realizadas nos últimos anos em espaços como o Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná.

Tais espaços de reflexão buscam compreender as transformações históricas ocorridas no cooperativismo e enfrentar questões teóricas com amplas e profundas conseqüências sobre o presente e o futuro das organizações populares que adotam essa forma societária.

No caso específico da presente pesquisa, procurou-se investigar as razões que levaram à unicidade de representação jurídica, política, social e cultura do cooperativismo nacional pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB,² garantida, no plano formal, pela publicação da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e seus desdobramentos até o momento.

O caminho percorrido para se compreender a conjuntura histórica que propiciou a publicação desse instrumento normativo conduziu a uma série de questões que possibilitaram ultrapassar o simples texto que estabeleceu a unidade de representação. Foi possível, com isso, romper com a aparência e penetrar nas bases da construção normativa que estavam expressas na unicidade de representação (e ainda permanecem) e, por conseqüência, na forçosa adesão das sociedades cooperativas à OCB.

² A Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, criada em 2 de dezembro de 1969, é, conforme disposição estatutária, uma sociedade civil, de natureza privada e sem fins lucrativos, que exerce a representação sindical patronal das cooperativas, assumindo todas as prerrogativas de Confederação Patronal. Com a edição dos artigos 105 e 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a OCB foi considerada representante do sistema cooperativista nacional e todas as cooperativas são obrigadas, para funcionar, a se associarem a entidade.

Esse movimento de abertura e verticalização demonstrou que o objeto da pesquisa tem, por evidente, profundas raízes históricas lançadas no campo da economia e da política. No entanto, sua amplitude e sua permanência não poderiam ser bem explicitadas, se não se compreendessem o lugar que o direito ocupa nas relações econômicas e políticas e a complexidade que a técnica jurídica engendra para, inclusive interpretativamente, dar o máximo de continuidade ou durabilidade ao sentido de determinadas regras jurídicas.

A ausência de reflexões teóricas e referências bibliográficas sobre a temática do cooperativismo, em especial sob o ponto de vista jurídico, levou à necessidade de estabelecer-se um diálogo com outras áreas do conhecimento para se tentar compreender as razões que conduziram a publicação da Lei n.º 5.764/71.

A discussão volta-se, assim, de início, ao período em que se projetavam os desdobramentos do final da Segunda Guerra Mundial. Após esse acontecimento histórico transformou-se a geopolítica do planeta, determinando-se uma nova orientação política internacional entre a ideologia norte-americana e a soviética e que ficou conhecida como *Guerra Fria*.

A polarização de forças entre essas potências e, por conseqüência, a tentativa de atrair novos países às ideologias sustentadas, encontrou forte ressonância na América Latina e determinou que os Estados Unidos atuassem rapidamente no continente para evitarem revoluções populares de cunho socialista, nos moldes da revolução cubana que ocorrera em 1959, como assinala Michael Löwy, em *O Marxismo na América Latina: Uma Antologia de 1909 aos Dias Atuais*.

A opção política escolhida, à época, foi a implementação de um projeto econômico-desenvolvimentista que pudesse reestruturar as instituições nacionais para elevar o padrão de vida dos seus cidadãos e aumentar a produção, até o limite permitido pelos seus recursos naturais, como forma de consolidar o modelo capitalista, no continente.

Nesse sentido, o Presidente John Kennedy, dos Estados Unidos, lança, em Washington, em março de 1961, as bases do programa denominado *Aliança para o*

Progreso, que é ratificado pelos países da América Latina, com exceção de Cuba, em agosto daquele ano, na reunião de Punta del Este.

O cooperativismo, por ser um instrumento com forte potencial de desenvolvimento econômico local, estava incluso no programa instituído para a América Latina como um dos mecanismos a serem utilizados com fins políticos e ideológicos, pois a reforma agrária prevista na Aliança para o Progresso necessitava de aparelhos de produção e comercialização que assegurassem a manutenção do modelo capitalista a ser aplicado.

Entretanto, nesta e noutras questões, o controle exercido pelas forças conservadoras nacionais sobre a complexa estrutura social dos países da América Latina foi um dos fatores centrais para que a Aliança para o Progresso fosse aceita apenas no plano formal, mas substancialmente relegada.

Os efeitos dessa posição política de manutenção das profundas desigualdades sociais, assumida pelas classes conservadoras nacionais, demonstram duas situações que estão diretamente inter-relacionadas.

Em primeiro lugar, conforme apontam Florestan Fernandes³ e Darcy Ribeiro,⁴ a América Latina não construiu um modelo de desenvolvimento similar aos ocorridos nas revoluções liberais dos países do capitalismo central e, na mesma linha, não constituiu uma burguesia nacional com traços semelhantes aos dos integrantes do movimento jacobino.

Em segundo, a opção pela manutenção de um capitalismo dependente na América Latina, pelas classes economicamente dominantes, conduziu a um aumento das tensões populares no seio dos países do continente americano e, por conseqüência, o deslocamento do discurso democrático para um discurso e uma prática autoritários.

³ FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

⁴ RIBEIRO, Darcy. **O Dilema da América Latina**: estruturas de poder e forças insurgentes. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

Por tais razões, deu-se início, na América Latina, oito meses após a assinatura da carta de Punta del Este, a um processo de deposição dos governos democraticamente eleitos e a tomada do poder político por parte das forças armadas, com o apoio direto dos Estados Unidos. A ação desencadeada na Argentina vai gradativamente espalhando-se para outros países do continente e, em 1º de abril de 1964, no Brasil, o governo do Presidente João Goulart é deposto.

A tônica assumida pelas forças armadas, a partir do golpe, além da militarização do Estado e da política, é caracterizada, de um lado, no entendimento de Carlos Nelson Coutinho,⁵ pela radicalização de um processo capitalista de modernização conservadora da economia e, de outro, pela complexa combinação entre política, poder e direito para criação, utilizando-se de um conceito de Gramsci, de aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil que tivessem a capacidade de capilarizar a ideologia do novo regime.

Nessa perspectiva, a reformulação do cooperativismo, alinhado a um desenvolvimento agro-exportador altamente produtivo, a introdução de modernas técnicas de produção e a posse da terra que rompesse com as estruturas agrárias tradicionais, sem a implementação da reforma agrária e sem o risco de propiciar a organização dos pequenos produtores e dos trabalhadores do campo, apresentava-se não só como um desejo, mas uma necessidade.

Para implementar tal reforma ou alinhamento é que surge, em 1969, como resultado de uma forte articulação coordenada pelo o Ministro da Agricultura, Sr. Luiz Fernando Cirne Lima, e pelo Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Sr. Antônio José Rodrigues Filho, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

O objetivo de tornar a OCB o único veículo de comunicação entre o Estado e o movimento cooperativista foi alcançado com a sanção da Lei n.º 5.764/71, pelo Marechal Presidente Emílio Garrastazu Médici.

⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Gramsci e a América Latina**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

A publicação da Lei n.º 5.764/71 permitiu, assim, que a OCB atuasse, sob o manto da legalidade formal, como um instrumento político com capacidade de articular os interesses das classes economicamente dominantes e de desarticular aqueles grupos que apresentassem alguma oposição.

Essa função com a qual a OCB foi investida legalmente foi desenvolvida de forma a permitir uma penetração nacional intensa, tendo em vista a reprodução de sua estrutura em todos os estados da Federação e no Distrito Federal, nas denominadas organizações estaduais – OCEs.

Nos anos que se seguiram, nas décadas de 1970 e 1980, a OCB consolidou-se nacional e internacionalmente, e constitui uma estrutura capaz de readequar-se às transformações decorrentes da derrocada do modelo de Estado ditatorial.

A reestruturação desencadeada pela entidade, no período de redemocratização do país, buscava garantir a sua plena autonomia política e econômica, na linha da nova ordem dominante que estava sendo consolidada mundialmente pelo neoliberalismo e que vai se estabelecer visivelmente, no Brasil, a partir da década de 1990, conforme analisa Francisco de Oliveira.

Tal reestruturação exigia a adequação de uma nova série de procedimentos legislativos em favor da OCB, para que a entidade, além do movimento binário já realizado de articular e desarticular forças, também, exercesse a função de ajustar o cooperativismo nacional ao modelo competitivo de uma economia de mercado.

A materialização jurídica destes objetivos da OCB, que foram garantidas pela atuação direta da Frente Parlamentar do Cooperativismo – FRENGCOOP, no Congresso Nacional, podem ser observados, principalmente, no inciso XVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que assegura a liberdade de criação das cooperativas e veda a interferência estatal em seu funcionamento, na Medida Provisória n.º 1.715, de 3 de setembro de 1998, que instituiu o Serviço Nacional do Cooperativismo, e no Projeto de Lei n.º 171/1999, que prevê o novo sistema cooperativista nacional.

A utilização dessas técnicas jurídicas de elaboração legislativa e hermenêutica, em proveito de uma concepção política e econômica que se remodelara, demonstra, novamente, como o Direito pode ser instrumentalizado para continuar a atender aos interesses das classes economicamente dominantes e perpetuar, sob nova roupagem, uma estrutura antidemocrática. Como explica Michel Mialle:

Sejamos justos: há vários conservantismos e o dos juristas é muitas vezes inteligente, quer dizer, sabe criar palavras, raciocínios novos se necessário, sem nada ceder no fundo. No fundo é a manutenção de um tipo determinado de estruturas sociais expresso por instituições que na sua maioria têm uma qualificação jurídica.⁶

Não obstante esse quadro legislativo adverso que se apresenta, há, atualmente, ao contrário do que existiu no período militar, tendo em vista a atuação repressora do regime, uma forte mobilização de setores populares que se organizam para o trabalho sob a forma de sociedades cooperativas e que buscam resistir à descaracterização do modelo cooperativista e avançar na disputa legislativa para garantir seus interesses.

Pode-se citar como uma das expressões de resistências ao processo de cooptação do modelo cooperativista para atender aos interesses do mercado o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, que atua em nível nacional e internacional para manter o cooperativismo sob o manto da classe trabalhadora e numa perspectiva de emancipação coletiva.

Nessa conjuntura, a análise de todos os elementos históricos apresentados, desde a Segunda Guerra Mundial até os dias atuais, pretende desvelar os elementos que conduziram à publicação da Lei n.º 5.764/71, com as normas impositivas de um modelo de representação único e de adesão obrigatória à OCB, e que se perpetua até o momento.

⁶ MIALLE, Michel. **Introdução Crítica ao Direito**. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p.98.

CAPÍTULO 1

AMÉRICA LATINA: O CONTEÚDO DE UMA FOTOGRAFIA

1.1 O MOSAICO POLÍTICO DA AMÉRICA LATINA

O final da Segunda Guerra Mundial refundou as estruturas globais de poder, proporcionando o surgimento e a consolidação de uma nova orientação política internacional, determinada pela polarização de forças entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Ambos os países, na chamada Guerra Fria, em um dos seus vetores, buscavam construir um discurso ideológico capaz de agregar novas nações aos seus propósitos ou, no mínimo, neutralizá-las, sendo a Europa uma área de prioridade geopolítica.

Nesse sentido, a atuação externa norte-americana estava centrada na necessidade de “negar aos soviéticos a dominação da indústria e dos recursos ocidentais, e preservar a Europa Ocidental da contaminação pela ideologia soviética”.⁷

A orientação dos Estados Unidos, a partir do pensamento do General Marshall e, posteriormente, do Sr. Dean Acheson, do Departamento de Estado, estava estruturada em dois conceitos fundamentais: **a)** que as energias e os cuidados americanos deveriam concentrar-se na península europeia e na orla do Mediterrâneo oriental, pois eram as “áreas mais expostas à pressão soviética, fosse por causa de sua vulnerabilidade à conquista armada, fosse pela sua proximidade do centro de contaminação ideológica”⁸; **b)** que os recursos públicos, empréstimos e doações, tendo em vista as restrições econômicas, deveriam ser direcionados para a

⁷ CAMPOS, Roberto. Falou na conferência das tensões de desenvolvimento no hemisfério ocidental. Apud TORRES, Ary Frederico. **Aliança para o Progresso**. p.3.

⁸ CAMPOS, R. Falou na conferência... p.3.

reconstrução e o desenvolvimento das regiões mencionadas. As necessidades dos países “subdesenvolvidos da América Latina, África e Ásia deveriam, na medida das possibilidades práticas, ser satisfeitas com o concurso de capitais particulares”.⁹

O pensamento prevalente era de que o “auxílio estrangeiro deveria ser manipulado como uma espécie de ‘bactericida ideológico’, injetado de forma a evitar uma queda repentina do padrão de vida europeu, com a subsequente proletarização e dissolução da classe média em resultado de pressões subversivas”.¹⁰

Nesse contexto, a política estadunidense para o continente latino-americano foi banida para uma posição residual, constituindo-se num período, denominado por Roberto Campos, Embaixador do Brasil em Washington, de “calma perigosa”.

A posição política assumida pelos Estados Unidos provocou uma crescente desintegração das relações interamericanas, sendo o lapso de “calma perigosa” perturbado em três momentos distintos: **a)** no incidente com o vice-presidente Nixon na Venezuela, em agosto de 1958¹¹; **b)** na revolução¹² cubana, de janeiro de 1959; ¹³ **c)** no discurso de Khrushchev sobre as *guerras de libertação nacional*, de janeiro de 1961, que se direcionava, também, aos países e colônias latino-americanas.¹⁴

⁹ CAMPOS, R. **Falou na conferência...** p.3.

¹⁰ CAMPOS, R. **Falou na conferência...** p.3.

¹¹ O Presidente Eisenhower havia concedido a Legião do Mérito para os Generais Pérez Jiménez, da Venezuela, e Odría, do Peru, bem como colaborou francamente com o General Perón da Argentina.

¹² Adota-se o conceito utilizado por Caio Prado Júnior para definir o sentido de revolução: “‘Revolução’ em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais. O ritmo da História não é uniforme. Nele se alternam períodos ou fases de relativa estabilidade e aparente imobilidade, com momentos de ativação da vida político-social e bruscas mudanças em que se alternam profunda e aceleradamente as relações sociais. Ou mais precisamente, em que as instituições políticas, econômicas e sociais se remodelam a fim de melhor se ajustarem e melhor atenderem a necessidade generalizadas que antes não encontravam devida satisfação. São esses momentos históricos de brusca transição de um situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam, que constituem o que propriamente se há de entender por ‘revolução’”. (PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. p.11-12.)

¹³ CAMPOS, R. **Falou na conferência...** p.3.

¹⁴ GORDON, Lincoln. Relações dos Estados Unidos com a América Latina, especialmente o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, ano IV, n.º 15, p.13-29, set. 1961. p.22.

Diante da nova realidade posta, os Estados Unidos alteraram a atitude de descaso e buscaram estabelecer um novo diálogo com os países do continente americano, conforme se depreende das próprias palavras do embaixador estadunidense para o Brasil:

Ao reexaminar os anos subseqüentes à II Guerra Mundial, creio que o erro básico de nosso lado foi essencialmente o de desatenção e mesmo de ignorância. Em realidade, consideramos a América Latina ponto pacífico, enquanto nossa atenção se concentrava nos problemas evidentemente agudos, primeiro da Europa e, depois, do Extremo Oriente. [...]

Esse estado de coisas está-se modificando tremendamente. Os Estados Unidos possuem, hoje, uma nova e nítida consciência da América Latina, e um crescente conhecimento de sua diversidade, de seu vigor e de suas fraquezas, das poderosas forças de mudança que operam neste continente e da conseqüente necessidade de mútuas relações ativas e afirmativas.¹⁵

A alteração de conduta do governo norte-americano foi, em especial, “causada [intensificada] pela revolução de Cuba”¹⁶, de 1º de janeiro de 1959, que em seus desdobramentos apresentou um profundo alinhamento ao pensamento socialista. Os fatos ocorridos “nesse país realçaram os problemas latino-americanos para o nosso povo em geral e ajudaram a apagar o doloroso desinteresse pela América Latina em nossos jornais, revistas, rádio e televisão”¹⁷, mencionou o Embaixador Gordon.

Os Estados Unidos tinham clareza da real possibilidade de inserção e propagação da ideologia socialista no continente, sendo a revolução cubana um importante fator de alerta e de mobilização estadunidense. É a partir desse quadro que J. P. Sartre capta a postura, o pensamento e a intenção de agir dos americanos, e afirma que:

¹⁵ GORDON, L. **Relações dos Estados...** p.13-14.

¹⁶ GORDON, L. **Relações dos Estados...** p.14.

¹⁷ GORDON, L. **Relações dos Estados...** p.14.

Os Estados Unidos estão acuados: desagrada-lhes ver Cuba realizar, por seus próprios meios, a independência econômica, política e militar da América Latina. É um exemplo e um presságio: por isso, desejam acabar logo com essa rebelião, evitando que as nações do Continente sul-americano sejam empolgadas pela revolta.¹⁸

A posição “acuada” e o “presságio” dos Estados Unidos eram fundamentados em elementos concretos que estavam ocorrendo na pequena ilha do Caribe. A revolução democrática¹⁹ liderada, entre outros, por Fidel Castro “experimentou um processo de ‘transição’ rumo ao socialismo, rompendo com o capitalismo em 1960-61”.²⁰ Como explica Löwy:

As medidas democráticas nacionalistas de 1959-60 – reforma agrária radical, desapropriação das refinarias de petróleo imperialistas etc. – logo encontraram a oposição e a crescente hostilidade não apenas do capital estrangeiro e da oligarquia financeira, mas da totalidade das classes dominantes da ilha. Em agosto de 1960, o regime de Castro desapropriou os principais setores do capital norte-americano em Cuba (telefonía, eletricidade, usinas de açúcar). Em seguida, enfrentando a sabotagem econômica e a suspensão da produção pela burguesia cubana os revolucionários do Movimento 26 de Julho nacionalizaram fábricas abandonadas. Finalmente, seguiram-se a desapropriação de toda a grande burguesia e a abolição *de fato* do capitalismo em Cuba em outubro de 1960, assim como a criação de milícias e operários e camponeses, e a fundação de um novo Estado. A proclamação da natureza socialista da revolução por Fidel em maio de 1961 (após a derrota da invasão contra-revolucionária na Playa Girón) foi apenas a sanção explícita e oficial de uma realidade existente.²¹

Os fatos ocorridos em Cuba, aliados ao pensamento e os escritos de Ernesto Che Guevara, influenciaram diretamente as ações populares na América Latina.

As idéias de Guevara estavam estruturadas em três eixos centrais: **a)** a necessidade de haver uma ética comunista no processo revolucionário e a rejeição

¹⁸ SARTRE, Jean-Paul. **Furacão sobre Cuba**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1986. p.10.

¹⁹ LÖWY, Michael. Introdução: Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: LÖWY, Michael (org). **O Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p.43.

²⁰ LÖWY, M. **Introdução**:... p. 43.

²¹ LÖWY, M. **Introdução**:... p.43-44.

de medidas econômicas socialistas pautadas pelas concepções capitalistas (a mercadoria como unidade, a rentabilidade, o interesse econômico individual como motivação etc.); **b)** a orientação de que as ações socialistas na América Latina deveriam derrotar os imperialistas e os opressores nacionais; **c)** a necessidade de ocorrerem lutas armadas, com apoio popular, para derrotar os regimes ditatoriais da América Latina.²²

Guevara fomentava uma luta continental, pois acreditava que a vitória dos processos revolucionários populares só seria obtida caso fossem ultrapassadas as barreiras nacionais, e a luta deixasse de ser localizada para ser uma luta unificada contra o poder imperialista:

Esta nova etapa da emancipação da América poderia ser concebida como o combate de duas forças locais lutando pelo poder em um território dado? Dificilmente. A luta será até a morte entre todas as forças populares e todas as forças de repressão. [...] Dado este panorama americano, é difícil que a vitória seja obtida e consolidada em um país isolado. Deve-se responder à união das forças repressivas com a união das forças populares. Em todos os países em que a opressão chegar a níveis insustentáveis, deve-se erguer a bandeira da rebelião, e esta bandeira terá, por necessidade histórica, caracteres continentais. A Cordilheira dos Andes está destinada a ser a Sierra Maestra da América, como disse Fidel, e todos os imensos territórios deste continente estão destinados a ser cenários da feroz luta contra o poder imperialista.²³

Diversos fatores culturais e econômicos, que identificavam o povo latino-americano, eram apontados por Guevara como elementos que propiciavam as condições objetivas e subjetivas para a revolução. A combinação desses elementos culturais e econômicos pode ser observada na seguinte passagem:

Neste continente fala-se praticamente um língua, salvo o caso excepcional do Brasil, com cujo povo os de língua espanhola podem se entender, dada a semelhança entre ambos os idiomas. Existe uma identidade tão grande entre as classes destes países que elas obtêm uma identificação de tipo 'internacional americano' muito mais completa que em outros continentes. Língua, costumes, religião, amo comum as unem. O grau e as formas de exploração são semelhantes em seus efeitos para exploradores e explorados de grande parte

²² LÖWY, M. **Introdução**:... p. 45-46.

²³ GUEVARA, Ernesto Che. Guerra de Guerrilhas, um Método. In: LÖWY, Michael (org.). **O Marxismo na América Latina**: Uma Antologia de 1909 aos Dias Atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p.280.

dos países da nossa América. E a rebelião está amadurecendo aceleradamente nela.

Podemos nos perguntar: como frutificará esta rebelião? De que tipo será? Sustentamos há algum tempo que, dadas suas características similares, a luta na América adquirirá, em seu momento, dimensões continentais. Será cenário de muitas grandes batalhas realizadas pela humanidade pela sua libertação.²⁴

O contexto político de cunho revolucionário que começava a se delinear no continente sul-americano foi observado e combatido pelos Estados Unidos com a construção de discursos e a efetiva implementação de ações militares, de forma dissimulada, contra os movimentos identificados como socialistas.

O Presidente John Fitzgerald Kennedy, em seu discurso de posse, em 20 de janeiro de 1961, declarava, expressamente, que os países da América Latina não poderiam se tornar presas fáceis de “potências hostis” e que os Estados Unidos se juntariam na luta contra a “agressão e a subversão”, pois o continente pretendia “continuar dono de sua própria casa.”

A diplomacia norte-americana, na mesma linha, buscava construir um consenso de que o projeto soviético procurava uma hegemonia universal, que, se fosse implementada, conduziria à perda real e completa da liberdade dos povos. Assim sendo, surgiram, à época, diversos discursos, dos mais variados setores, combatendo o pensamento socialista e evocando o povo a evitar o fim da democracia, conforme se pode verificar no trecho do texto a seguir que foi publicado na *Revista Brasileira de Política Internacional*:

Se a Europa e os Estados Unidos caírem sob o jugo do totalitarismo da esquerda – do que o céu nos livre! – então a América Latina seria presa fácil para os inimigos da democracia. O que acontece na América Latina é que as minorias têm muito maior influência do que as majorias. As minorias comunistas, especialmente quando fora da lei, exercem forte atração sobre a nossa tendência nativa para o não-conformismo, tendência que certamente é uma das qualidades mais louváveis da civilização latino-americana. A nossa mocidade, particularmente aos estudantes universitários, o comunismo dirige o apelo da aventura, do idealismo, da rebelião, três chamamentos que a mocidade está sempre inclinada a atender.²⁵

²⁴ GUEVARA, E. C. **Mensagem à Tricontinental...** p.286.

²⁵ LIMA, Alceu Amoroso. Os Estados Unidos e a América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, ano IV, n.º 13, p.17-28, mar. 1961. p.18.

O discurso do governo norte-americano, em relação a suas próprias práticas, sustentava a idéia de que seu projeto de mundo, ao contrário do soviético, era pautado pela autodeterminação dos povos, sendo um direito dos países optarem pelo regime político a ser adotado e implementado. A palavra que sintetizava esse discurso era a liberdade, como ressaltava o então embaixador norte-americano, Lincoln Gordon:

Seria grande erro encarar a guerra fria como simples luta de poder pela dominação política entre duas proeminentes potências mundiais, como foram as lutas franco-britânicas da Guerra dos Cem Anos ou as rivalidades européias na África no século XIX. No caso atual, os líderes soviéticos pregam uma ideologia e praticam um sistema de poder que se esforça por todos os meios a seu alcance para se expandir tão amplamente quanto possível e, em última instância, impor-se em todo o mundo. Eles não procuram ocultar esse objetivo. Uma vez difundido esse regime, seus súditos passam a não dispor mais de liberdade para rejeitá-lo, como aprenderam os países bálticos, a Hungria, a Alemanha Oriental e outros satélites europeus. Os Estados Unidos e seus aliados também afirmam uma ideologia própria, porém, não procuramos estender aos outros nosso próprio sistema de poder mas simplesmente assegurar a liberdade de escolha e a permanente liberdade de modificar essa escolha quando assim for desejado.²⁶

O conteúdo da manifestação do embaixador americano, entretanto, tinha um duplo significado para os países da América Latina: se, por um lado, apontava o teor da ideologia norte-americana assumida; por outro, exigia uma tomada de posição por parte dos países latino-americanos. Ficava evidente que os Estados Unidos consideravam que a Guerra Fria havia se estabelecido no continente americano e que os grupos a favor da ideologia soviética seriam considerado seus inimigos.²⁷

²⁶ GORDON, L. **Relações dos Estados...** p.22.

²⁷ Essa postura então adotada pelo governo norte-americano expressa um falso discurso de liberdade bem analisado, na atual “guerra” contra o fundamentalismo, por Zizek no livro *Bem-vindo ao Deserto do Real*. Vê-se: “Num diálogo clássico de uma comédia de Hollywood, a mocinha pergunta ao namorado: ‘Você quer se casar comigo?’ ‘Não.’ ‘Ora, pare de enrolar! Quero uma resposta direta.’ De certa forma, a lógica subjacente está correta: a única resposta aceitável para a moça é ‘Quero!’”, e, assim, qualquer outra coisa, inclusive um “Não!” definitivo, é percebido como evasão. A lógica oculta é evidentemente a mesma que está por trás da escolha imposta: você tem a liberdade de escolher o que quiser, desde que faça a escolha certa. Não seria este o mesmo paradoxo utilizado por um padre numa discussão com um leigo? “Você acredita em Deus?” ‘Não.’ ‘Pare de fugir da discussão. Quero uma resposta direta.’” Mais uma vez, na opinião do padre, a única resposta direta é afirmar a crença em Deus: longe de ser vista como uma posição diretamente simétrica, a negação de crença por parte do ateu é vista como uma tentativa de evitar o problema do encontro divino. E não é exatamente o que se dá com a escolha entre “democracia ou fundamentalismo”? Não é verdade que, nos termos desta escolha, é simplesmente impossível escolher o “fundamentalismo”? O que é problemático na forma como a ideologia dominante nos impõe esta escolha não é o fundamentalismo, mas a *própria democracia*: como se a única alternativa ao “fundamentalismo” fosse o sistema político de democracia parlamentar liberal. (ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao Deserto do Real**: Cinco Ensaios sobre o 11 de Setembro e Datas Relacionadas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p.17-18.)

Esse quadro gerava a certeza estadunidense de que a ideologia socialista estava inserida na América Latina e a percepção de que o confronto seria estabelecido de maneira diferenciada, sem, em princípio, uma ação direta contra a União Soviética. O que se pode verificar pelo discurso do Embaixador Americano Lincoln Gordon:

Minha viagem pela América do Sul no mês de junho, em companhia do Embaixador Stevenson, não deixou qualquer dúvida em meu espírito quanto ao vigor e determinação com que a agressão soviética está sendo conduzida neste continente – não através dos meios convencionais de ataque armado ao longo das fronteiras, mas graças a instrumentos múltiplos de propaganda, infiltração política e subversão, inclusive guerrilhas armadas. Em seu famoso discurso pronunciado em janeiro último, ao comentar a declaração conjunta do Movimento Comunista Internacional, o Sr. Khrushchev declarou que a guerra total seria um suicídio para todos e que a guerra limitada representava um conceito insustentável. Porém, declarou ele, uma terceira categoria de guerras, que definiu como “guerras de libertação nacional”, não só são possíveis como necessárias e justificadas – até mesmo sagradas. E, dentro dessa definição, explicitamente incluiu ele as revoluções lideradas pelos comunistas ou aproveitadas por eles na América Latina.²⁸

A situação política vivenciada na América Latina, dessa forma, exigia, sob a visão dos Estados Unidos e seus aliados, uma contundente e rápida atuação. A opção escolhida foi a de implementar um projeto econômico-desenvolvimentista para o continente destacado, à época, por alguns analistas políticos, como um Segundo Plano Marshall.

1.2 O PROJETO POLÍTICO-DESENVOLVIMENTISTA PARA A AMÉRICA LATINA

A inércia dos governos dos países da América Latina, no sentido de promoverem as transformações sociais e econômicas necessárias à implementação de um projeto capaz de atender às necessidades vitais da população deste continente e que rompesse com estruturas aristocráticas e oligárquicas, e a ausência expressiva de investimentos públicos dos países que detinham o capital, propiciavam o fortalecimento da revolução cubana e fomentavam a concretização de outras revoluções populares.

²⁸ GORDON, L. **Relações dos Estados...** p.22.

O Vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Sr. Graydon Upton, ao manifestar-se, com preocupação, sobre os efeitos das ações articuladas por Fidel Castro, tinha claro que a revolução cubana apresentava-se como uma possibilidade e alternativa aos povos para suprirem as suas necessidades e a trespassarem estruturas sociais conservadoras:

A voz do 'fidelismo' e o que ele representa em reformas sociais e na instigação à revolução social apresenta aos povos uma alternativa atraente àquilo que eles não possuem. E esse atrativo não somente em suas necessidades insatisfeitas, como também na visão de um elemento único não encontrado em outras áreas menos desenvolvidas – a herança da cultura hispânica refletida em grandes latifúndios, manutenção das práticas do capitalismo do século dezanove num ambiente social de meados do século vinte, uma dependência do governo central no que diz respeito a tarefas que as comunidades de outras partes empreenderiam por si mesmas, uma falta freqüente de responsabilidade ética na posição oficial, uma aversão ao trabalho manual e o abuso periódico do conceito de uma forte liderança individual.²⁹

As circunstâncias vivenciadas forçavam, por parte dos Estados americanos contrários ao pensamento socialista ou às efetivas transformações sociais e econômicas, a tomada de medidas que pudessem neutralizar as atuações desses atores sociais.

As ações políticas, assim, foram planejadas sob um prisma desenvolvimentista, o qual deveria “modernizar as instituições sociais e econômicas da América Latina e fazer com que seus padrões de vida e sua produção se aproximassem do grande potencial que seus recursos...”³⁰ permitissem.

Contudo, os estudos dos economistas vinculados ao pensamento estadunidense apontavam, fundamentalmente, que o sucesso do projeto dependeria do atendimento prévio de questões voltadas às reformas agrária e educacional, bem como à disponibilidade de capital público para o fomento de obras de infra-estrutura.³¹

²⁹ UPTON, T. Graydon. Operação Pan-americana – O Catalisador Oculto? **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, ano IV, n.º 14, p.59-69, jun. 1961. p.60.

³⁰ GORDON, L. **Relações dos Estados...** p.15.

³¹ BENHAM, Frederic. Assistência Econômica Externa aos Países Subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, ano IV, n.º 15, p.120-126, set. 1961. p.121.

Partindo das experiências e acúmulos das teses da *Operação Pan-Americana* e da *Ata de Bogotá*, os Estados Unidos oficializaram uma posição de busca de alternativas para manter o controle político da América Latina.

O Presidente norte-americano, John Fitzgerald Kennedy, em 13 de março de 1961, em recepção oferecida aos representantes diplomáticos latino-americanos, na Casa Branca, em Washington, lançou as bases do seu programa de governo em relação aos países da América Latina, com o título *Aliança para o Progresso*.

O conteúdo do discurso apresentava elementos multifacetados, voltados, inicialmente, para o resgate das histórias de lutas pelas independências dos países do hemisfério e o apoio que a recente nação norte-americana prestava. O teor da fala, da mesma forma, buscava aplicar um sentido de igualdade de anseios, ideais e objetivos, principalmente, ao postar todos os países na condição de irmãos, ou seja, semelhantes, idênticos:

Há cento e trinta e nove anos atrás os Estados Unidos, movidos pela luta heróica que então travavam seus irmãos em outras nações do Continente, decidiram recomendar o reconhecimento da independência das jovens repúblicas latino-americanas. Estávamos ainda nos albores da nossa liberdade neste Continente, quando Bolívar manifestou seu desejo de que as Américas se tornassem a mais importante região do mundo, 'importante não só em razão da sua superfície e riqueza, como também pela sua liberdade e glória.'

[...]

As várias partes do Continente em que vivemos se encontram ligadas por um objetivo histórico comum – a incessante exploração de novas terras. As nossas nações são o produto de uma luta comum: A revolução contra o regime colonial. E os nossos povos compartilham de um patrimônio comum: A cruzada em prol da dignidade e da liberdade do homem.³²

Essa busca do governo dos Estados Unidos por uma identidade única e o desejo de união entre os povos dos dois continentes tinha um propósito bem definido: bloquear a inserção ou o crescimento da ideologia soviética na América Latina. Kennedy trabalhava em seus discursos com a idéia da existência, por um lado, de um mundo de possibilidades e liberdade, por outro, de restrições e controle.

³² KENNEDY, John Fitzgerald. *Aliança para o Progresso*. Washington, Governo dos Estados Unidos, 13 de março de 1961. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, ano IV, n.º 15, p. 143-150, jun. 1961. Discurso proferido aos representantes diplomáticos latino-americanos. p.143.

Nunca em toda a história do nosso Continente estivemos mais próximos de atingir esse sonho e, ao mesmo tempo, jamais houve época em que corrêsemos maior perigo.

O gênio dos nossos cientistas puseram em nossas mãos os instrumentos que trarão a abundância em nossas terras, poder às nossas indústrias e educação aos nossos jovens. Pela primeira vez na história estamos preparados para quebrar os últimos grilhões da pobreza e da ignorância, bem como libertar os nossos povos a fim de que atinjam os objetivos espirituais e intelectuais que sempre foram o alvo máximo da nossa civilização.

Pois é justamente nesta oportunidade excepcional que volvemos a ser ameaçados pelas mesmas forças que têm posto em perigo o Novo Mundo em todo o transcorrer de sua história, as mesmas forças externas que tentam mais uma vez impor o despotismo do Velho Mundo aos povos do Novo Mundo.

Convidei-os a que nos reuníssemos hoje aqui a fim de que pudéssemos discutir esses problemas e perigos.³³

As bases para enfrentar o “despotismo do Velho Mundo aos povos do Novo Mundo” estavam, no pensamento do governo estadunidense e de seus aliados, no estabelecimento de uma “cruzada” que possibilitasse o fomento do desenvolvimento econômico e a garantia da justiça social.

A nossa missão no Hemisfério Ocidental ainda não terminou, porquanto nos resta a tarefa de demonstrar ao mundo que a aspiração do homem de atingir o progresso econômico e a justiça social, até agora não foi satisfeita, o que melhor poderá ser feito dentro da estrutura das instituições democráticas.

[...]

Mas, a fim de enfrentar um problema de tamanha magnitude, devemos proceder com ousadia, consoante o conceito majestoso da Operação Pan-Americana. Eis aí a razão pela qual lancei um apelo a todos os povos do nosso Continente para que cerrem fileiras em torno da nova cruzada a que denominei de “Aliança para o Progresso”, cruzada que constitui um esforço a ser levado a efeito em conjunto e sem paralelo em magnitude e nobreza de propósitos, destinado a satisfazer as necessidades básicas dos habitantes das Américas, no tocante à habitação, trabalho, assistência médica, saúde e escolas.³⁴

O projeto da Aliança para o Progresso, também denominado Plano de Dez Anos para as Américas, pois pretendia, em dez anos, transformar o continente, instituindo um programa de progresso democrático, foi estruturado e apresentado, de igual forma, em dez tópicos.

³³ KENNEDY, J. F. **Aliança para o Progresso...** p.143.

³⁴ KENNEDY, J. F. **Aliança para o Progresso...** p.144-145.

O teor dos itens apontava, em síntese, para a necessidade de planejamento econômico de longo prazo para o desenvolvimento, de reformas sociais de caráter vital, de incentivo à iniciativa privada, de combate ao analfabetismo e fomento à educação, de aumento da produtividade e utilização da terra, de erradicação de doenças, de combate aos obsoletos sistemas tributários e de propriedade da terra, de constituição de mercado comum centro-americano e zonas de livre comércio na América Latina, de reavaliação dos subsídios sobre produtos, de estímulo ao programa intitulado Alimentos para Paz, de compartilhamento dos benefícios da ciência, de especialização de técnicos em economia, de defesa, por meio da OEA, de qualquer nação americana cuja independência estivesse ameaçada e de intercâmbios culturais.³⁵

Atingir os objetivos do projeto, segundo o entendimento do Presidente Kennedy, seria praticar uma verdadeira revolução nas Américas, construindo um “continente em que todos os homens possam esperar obter o mesmo alto padrão de vida e viver com dignidade e em plena liberdade”.³⁶

O sucesso da Aliança para o Progresso, todavia, dependeria das articulações entre países livres, diga-se, em regimes políticos adversos ao pensamento socialista:

Para que este alvo político possa ser atingido é mister que seja acompanhado de progresso material. A nossa Aliança pelo Progresso é uma aliança entre Governos livres, e deve trabalhar no sentido de eliminar a tirania do Hemisfério onde ela não tem o direito de estar. Por conseguintes, vamos manifestar aos povos de Cuba e da República Dominicana o nosso testemunho de especial amizade, e expressar a nossa esperança de que ambos possam muito breve reintegrar na sociedade de homens livres, cerrando fileiras conosco neste esforço comum.

[...]

Mas pedimos modificações como homens livres, inspirados em Washington, Jefferson, Bolívar, Martin, Marti e não modificações que busquem impor aos homens as mesmas tiranias que nós expulsamos há um século e meio atrás. A nossa legenda é a que sempre tem sido: *progresso, sim, tirania, não!*³⁷

³⁵ KENNEDY, J. F. **Aliança para o Progresso...** p.146-149.

³⁶ KENNEDY, J. F. **Aliança para o Progresso...** p.149.

³⁷ KENNEDY, J. F. **Aliança para o Progresso...** p.143.

A posição assumida oficialmente pelo governo norte-americano foi fundamental para o estabelecimento de discussões concretas que possibilitassem a instituição formal desse programa de cooperação interamericana no campo econômico, cuja teoria estruturante era a do desenvolvimento da América Latina.³⁸

Nos meses seguintes ao pronunciamento do Presidente John Kennedy, a diplomacia norte-americana iniciou uma série de atividades no continente latino-americano. O propósito das conversações estava vinculado aos ajustes prévios e necessários à concretização da Aliança para o Progresso, que ocorreria, em agosto de 1961, no Uruguai.

MISSÃO ESPECIAL DOS E.U.A.

Com fim de debater com as autoridades brasileiras os pontos fundamentais da Aliança para o Progresso, plano concebido pelo Governo norte-americano para estimular o desenvolvimento econômico da América Latina, bem como realizar conversações preliminares sobre a Conferência Extraordinária do Conselho Interamericano e Social a verificar-se em 5 de agosto do corrente ano, em Montevideu, esteve no Brasil, de 10 a 12 de junho último, uma missão especial americana chefiada pelo Sr. Adlai Stevenson, Embaixador dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas.

[...]

Finalmente, no dia 12, a Missão Especial Americana deixou o Brasil com destino ao Paraguai, a fim de prosseguir suas conversações com os Governos latino-americanos sobre o programa de desenvolvimento econômico que a administração Kennedy formulou para melhorar o nível de vida dos povos subdesenvolvidos deste Continente.³⁹

De igual forma, várias instituições internacionais iniciaram e apresentaram estudos sobre a situação do continente americano. Vêm-se, por exemplo, as resoluções aprovadas pela Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, no IX Período de Sessões Plenárias, realizado de 10 a 16 de maio de 1961, em Santiago do Chile.

³⁸ Fábio Luz Filho destaca que “reconhecendo o valor que poderão dar as cooperativas à economia e ao bem-estar dos países em desenvolvimento, o Congresso dos Estados Unidos afirmou, na Ata de 1961, sobre desenvolvimento internacional, que “se declara política dos Estados Unidos o estímulo ao desenvolvimento e ao uso das cooperativas, associações de crédito, economia e de empréstimos.” (LUZ FILHO, Fábio. **O Direito Cooperativo**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1962. p. 188.)

³⁹ MISSÃO ESPECIAL DOS E.U.A. Rio de Janeiro – **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, ano IV, n.º 15, p.115-116, jun. 1961.

No encontro, além da criação do Instituto Especial de Planificação para a América Latina, que tinha por finalidade planejar, em longo prazo, a ajuda econômica estrangeira aos países da região, foram aprovadas as resoluções que tratavam de: **a)** cooperação e trabalho dos governos individualmente para ampliação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, objetivando a constituição de um Mercado Comum; **b)** realização de reforma agrária em toda América Latina, a fim de aumentar a produção e melhorar as condições de vida dos trabalhadores do campo; **c)** adoção, por parte dos países do continente americano, de medidas no campo tributário, habitacional, educacional e outras reformas sociais e econômicas, que possibilitassem o aumento do produto interno bruto e da renda *per capita*.⁴⁰

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, por sua vez, apresentou relatório sobre os meios de informação na América Latina, “focalizando, principalmente, a adequação dos métodos planejados nos diferentes países, em face de suas condições peculiares e do estágio de desenvolvimento econômico que atravessam”.⁴¹

As conclusões do documento apontam que os programas deveriam “estar situados dentro da perspectiva geral do desenvolvimento econômico, para o qual [poderiam] contribuir de maneira bastante ampla, criando uma consciência de progresso e possibilitando o apoio da população às diversas etapas dos planos desenvolvidos”.⁴²

A concretização das proposições apresentada pelo Presidente Kennedy foi acordada na Carta de Punta del Este, em 17 de agosto de 1961, com os seus fundamentos sintetizados, pelo Embaixador Gordon, na seguinte frase: “um esforço continuado e cooperativo para acelerar o crescimento econômico e o progresso

⁴⁰ IX PERÍODO DE SESSÕES PLENÁRIAS DA CEPAL. Rio de Janeiro – **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, ano IV, .º 15, p.127, jun. 1961.

⁴¹ RELATÓRIO DA UNESCO SOBRE MEIOS DE INFORMAÇÃO NA AMÉRICA LATINA. Rio de Janeiro – **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, ano IV, n.º 15, p.128, jun. 1961.

⁴² RELATÓRIO DA UNESCO SOBRE MEIOS DE INFORMAÇÃO NA AMÉRICA LATINA. Rio de Janeiro – **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, ano IV, n.º 15, p.128, jun. 1961.

social em toda a América Latina, trabalhando por intermédio das instituições democráticas baseadas no respeito pelo indivíduo”.⁴³

O preâmbulo do documento apresenta uma declaração aos povos da América e reitera as bases do discurso do Presidente Kennedy, de 13 de março de 1961, bem como ratifica o teor das ações posteriores da diplomacia norte-americana nos países do continente sul-americano:

PREÂMBULO

As Repúblicas americanas proclamam sua decisão de associar-se em um esforço comum, para alcançar progresso econômico mais acelerado e justiça social mais ampla para seus povos, respeitando a dignidade do homem e a liberdade política.

Há quase 200 anos se iniciou, neste Hemisfério, a longa luta pela liberdade, fonte de inspiração para os povos do mundo. Alentados pela esperança que dimana das revoluções ocorridas nestas jovens nações, muitos homens hoje batem-se pela liberdade, em terras de antiga tradição. É chegado o momento de imprimir novo sentido a esta vocação revolucionário. Encontra-se a América nos umbrais de nova era histórica. Homens e mulheres de todo o Continente procuram conquistar a vida mais plena que as técnicas modernas põem ao seu alcance. Estão resolvidos a conseguir uma existência mais digna e cada vez mais abundante, para si e para os seus filhos; a obter acesso à cultura e iguais oportunidades para todos; e a eliminar condições que beneficiam a poucos, em detrimento das necessidades e da dignidade de muitos. É dever inadiável satisfazer essas justas aspirações, demonstrando aos pobres e desamparados, deste e dos demais continentes, que o poder criador do homem livre é a força que move o seu progresso e o das futuras gerações. A certeza no êxito final repousa não somente na fé em seus povos, como também na convicção de que é indomável o espírito do homem livre – patrimônio da civilização americana.

Inspiradas por esses princípios, pelos da Operação Pan-Americana e os da Ata de Bogotá, as Repúblicas americanas resolvem estabelecer o seguinte programa de ação para iniciar e levar avante a Aliança para o Progresso.⁴⁴

O texto da Carta estava distribuído em quatro títulos: “Objetivos da Aliança”, “Desenvolvimento Econômico e Social”, “Integração Econômica da América Latina” e “Produtos Básicos de Exportação”.

⁴³ GORDON, L.; KENNEDY, J. **Aliança para o Progresso: Espírito e Objetivos**. Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara, 12 mar. 1962. VER NA PÁGINA DO SENADO QUEM PUBLICOU, p.3-20. Aula inaugural proferida pelo Embaixador dos Estados da América na Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara. p.5.

⁴⁴ CARTA DE PUNTA DEL ESTE. Rio de Janeiro – **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, ano IV, n.º 15, p.157-169, jun. 1961.

A combinação dos conteúdos dos títulos da plataforma desenvolvimentista demonstrava que o foco estava direcionado à consecução de uma “revolução democrática” ou uma “revolução da classe média”, devendo, desta forma, ser garantida a mudança na redistribuição de rendas, na propriedade privada, na industrialização e na planificação, em escala suficiente para assegurar a realização do projeto,⁴⁵ qual seja, a preservação e a expansão da economia capitalista no continente.⁴⁶

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, na II Sessão Plenária da Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, em 7 de agosto de 1961, também em Punta del Este, ao abordar o ponto sobre desenvolvimento e democracia,⁴⁷ expõe:

A Aliança para o Progresso constitui uma fórmula para uma política nova e vigorosa de desenvolvimento acelerado e conjunto dos países latino-americanos, compatível com a preservação dos princípios fundamentais da cultura ocidental e permitindo uma distribuição mais eqüitativa da riqueza e dos benefícios sociais, pela modificação, sempre que seja necessário, daquelas características da estrutura social e econômica que se mostrem comprovadamente inadequadas para a execução desses propósitos.⁴⁸

Essa afirmação estava fundamentada na certeza de que os Estados Unidos e seus aliados tinham que a extensão das medidas adotadas em Cuba⁴⁹

⁴⁵ GRACIARENA, Jorge. **O Poder e as Classes Sociais no Desenvolvimento da América Latina**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1971. p.20-21.

⁴⁶ WASSERMAN, Cláudia. O Império da Segurança Nacional: O Golpe Militar de 1964 no Brasil. In: GUAZZELLI C. A. B.; WASSERMAN, C. **Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.27.

⁴⁷ HERRERA, Felipe. **O Desenvolvimento da América Latina e seu Financiamento**. APEC Editora S.A., 1968. p.28.

⁴⁸ HERRERA, F. **O Desenvolvimento...** p.37-38.

⁴⁹ Cuba “desapropriou e nacionalizou empresas imperialistas norte-americanas pelo valor de 1 bilhão de dólares; desapropriou e nacionalizou as propriedades dos homens da ditadura e dos inimigos da revolução; realizou uma reforma agrária radical, destruiu o latifúndio, entregou terras para camponeses e assalariados rurais e nacionalizou os estabelecimentos cujo parcelamento teria sido anti-econômico, iniciou um amplo plano de desenvolvimento industrial e de diversificação agrícola com a generosa ajuda do campo socialista; adotou importantes medidas para a melhora material e cultural dos trabalhadores; destruiu o velho aparelho militar e burocrático do Estado e iniciou a edificação de um novo poder revolucionário sustentado pelo povo em armas, organizado no Exército Rebelde e nas milícias operárias e camponesas. Nas relações internacionais, o novo governo revolucionário cubano colocou em prática uma política externa independente e de paz, transformou-se no acusador implacável do imperialismo norte-americano e iniciou relações de amizade com o campo socialista e com todos os povos amantes da paz e contrários ao colonialismo.” (ARISMENDI, Rodney. Uma Revolução Continental. In: LÖWY, Michael (org.). **O Marxismo na América Latina: Uma Antologia de 1909 aos Dias Atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p.394).

para o restante da América Latina, principalmente no tocante à transformação estrutural no campo, com a implementação da reforma agrária, restringiria a possibilidade de controle sobre o continente.

Em 1950, por exemplo, 72,6% das propriedades rurais com extensão inferior a vinte hectares correspondiam a 3,7% da América Latina, sendo que 1,5% dos estabelecimentos maiores do que mil hectares controlavam 64,9% da superfície do continente.⁵⁰

A Aliança para o Progresso, na prática, tinha “o caráter de resposta ao desafio político – e também ao perigo – constituído pela presença de um país socialista dentro do Continente”.⁵¹ O sentido de desenvolvimento construído, dessa forma, estava relacionado a uma condição instrumental de manutenção da constância política e de controle das ações populares, fato comprovado ao excluir-se Cuba,⁵² um país subdesenvolvido, da Carta de Punta del Este.⁵³

As forças conservadoras nacionais aceitaram a Aliança para o Progresso como a última alternativa para conter as revoluções populares. No entanto, apresentavam resistências aos conteúdos indicados no plano, tendo em vista a

⁵⁰ RIBEIRO, D. **O Dilema da América Latina: Estruturas de Poder e Forças Insurgentes**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1988. p.114.

⁵¹ GRACIARENA, J. **O Poder e as...** p. 18.

⁵² “Os dirigentes da revolução cubana compreenderam logo a dimensão continental do seu processo, tanto na influência que poderia ter como nas reações negativas que provocava por parte dos setores conservadores. Isso ficou explícito quando o presidente norte-americano John Kennedy lançou o projeto ‘Aliança para o Progresso’, em 1962 [sic], que consistia num programa de reformas, dando prioridade à reforma agrária, proposto pelos EUA como o caminho para que a América Latina superasse a crise em que debatia, sem cair na ‘tentação’ cubana. O impulso econômico dos anos cinqüenta se esgotava, produzindo estagnação nos processos de industrialização dos países em desenvolvimento e deixando os outros países no atraso de suas economias agrárias. Para se contrapor ao ‘mau exemplo’ cubano, a ‘Aliança para o Progresso’ pretendia ser uma alternativa ‘democrática’ à via ‘totalitária’ escolhida por Cuba. (SADER, Emir. *Cuba: Um Socialismo em Construção*. Petrópolis: Editora Vozes. 2001. p.82-83.)

⁵³ Documento que formaliza a Aliança para o Progresso.

possibilidade real de perda de poder local.⁵⁴ As atenções dos Estados Unidos, contudo, não estavam direcionadas à preservação do poder das forças tradicionais, mas na perpetuação “do seu controle estratégico e econômico sobre a América Latina e o apoio político dos votos dos seus países nas Nações Unidas”.⁵⁵

O encaminhamento para solução da divergência foi paradoxal, pois, se, por um lado, os Estados Unidos falavam em desenvolvimento e democratização, fato que levaria ao enfraquecimento e à substituição das classes conservadoras nacionais, por outro, a política americana era realizada com os grupos conservadores, em especial, porque as forças progressistas emergentes, normalmente, posicionavam-se contrárias aos seus interesses ou os grupos modernizantes estavam despidos de poder para o enfrentamento.

O elo entre os Estados Unidos e os grupos conservadores nacionais, constituído pelos militares, latifundiários e burguesia nacional, era, apesar de uma aparente contradição, intenso.⁵⁶

A dificuldade (ou desinteresse) de execução material dos objetivos constantes no plano da Aliança para o Progresso pelos dirigentes nacionais, combinada com a crescente mobilização dos movimentos populares, conduziu o governo americano a deslocar o eixo da política externa desenvolvimentista para uma ação preventiva e repressiva, que associava um forte financiamento das estruturas militares, com a formação de soldados oriundos dos países latino-americanos, tendo por finalidade a tomada do poder político mediante os golpes militares.⁵⁷

⁵⁴ A promulgação do Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, é um dos casos emblemáticos que demonstram a forma como agiam as forças conservadoras nacionais, pois a publicação atendia a proposta norte-americana contida na Aliança para o Progresso e, parcialmente, a pressão exercida pelos movimentos camponeses organizados, por exemplo, nas Ligas Camponesas, na União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – Ultabs, no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Master e na Frente Agrária Católica. Entretanto, o conteúdo do instrumento normativo, passado quarenta anos de sua publicação, nunca foi aplicado em sua plenitude.

⁵⁵ GRACIARENA, J. **O Poder e as...** p.19.

⁵⁶ GRACIARENA, J. **O Poder e as...** p.28.

⁵⁷ AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e a América Latina: A construção da Hegemonia**. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p.122-123.

1.3 A AÇÃO POLÍTICO-MILITAR NA AMÉRICA LATINA

Os objetivos reais da Aliança para o Progresso – manutenção da constância política e controle das ações populares na América Latina – não foram atingidos pelos Estados Unidos e seus aliados nos meses subseqüentes a agosto de 1961, data da implantação formal do Programa.

A conjuntura internacional entre os Estados Unidos e a União Soviética, expressa no maniqueísmo “liberdade ou comunismo”, aliada à crescente mobilização popular nos países latino-americanos, principalmente por meio da guerra de guerrilha, propiciavam o “álibi ideológico para os golpes militares, que afirmavam com unanimidade ser a democracia ‘incapaz de conter o comunismo’”.⁵⁸ Ocorre, neste momento histórico, o deslocamento de um discurso democrático para um discurso e uma prática autoritários.

O processo tem início com a busca dos Estados Unidos, desencadeada pelo governo de Eisenhower e, posteriormente, assumida por Kennedy, de apoio militar dos países latino-americanos para conter a revolução cubana, por meio da ocupação territorial da ilha.

A proposta estava centrada em uma articulação de países para liquidar a ameaça comunista. Todavia, as forças armadas da América Latina não estavam dispostas a exercer, naquele momento, atividades fora de suas fronteiras nacionais.⁵⁹

Pero aunque todas las naciones latinoamericanas habían firmado em 1947 el Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca – de acuerdo con el cual debían tomar medidas colectivas para repeler la agresión externa en el Hemisferio Occidental -, a pesar de que el Pentágono continuaba vendiendo armas a precios reducidos a todas las naciones (salvo Cuba) para que pudieran cooperar en la defensa del hemisferio, y no obstante el hecho de que once naciones recibieron ayuda militar de acuerdo con el Acta de Seguridad Mutua, para que participaran en la defensa colectiva contra la amenaza comunista en el

⁵⁸ COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Editora Jaime Pinsky, 2001. p. 11.

⁵⁹ LIEUWEN, Edwin. **Generales contra Presidentes en America Latina**. Buenos Aires: Siglo Veinte. 1965. p.174-175.

hemisferio, las fuerzas armadas de América Latina mostraron escassa disposición a luchar fuera de sus propias fronteras.⁶⁰

Fracassada a cooperação militar, em larga escala, entre os países sul-americanos, os Estados Unidos assumiram isoladamente as ações contra o regime de Fidel Castro, contando com o auxílio pontual de alguns países da América Latina.

Em abril de 1961, os três atos organizados pelos norte-americanos contra Cuba demonstraram a tônica da política a ser adotada em desfavor do regime. No dia 13 daquele mês, um incêndio terrorista queima a loja *El Enconto*, no centro de Havana, matando uma mulher e ferindo uma série de pessoas. De imediato, o governo cubano apontou o Centro de Inteligência Americano – CIA como responsável pelo incidente. Todavia, o governo Kennedy negou a participação e afirmou publicamente que não invadiria Cuba.⁶¹

No dia 15 de abril, o governo estadunidense organizou o ataque de aviões contra-revolucionários vindos da Guatemala, que tinham por objetivo destruir o maior número de aviões das Forças Aéreas de Cuba. A operação não obteve o êxito desejado, pois os aviões haviam sido transferidos de local.

Fidel Castro no enterro dos sete mortos e em homenagem aos cinqüenta e três feridos, no dia 16 de abril, realiza um discurso oficial e declara, pela primeira vez, o caráter socialista e democrático da revolução cubana.

Porque os imperialistas não podem nos perdoar é o fato de estarmos aqui; o que os imperialistas não podem nos perdoar é a dignidade, a integridade, o valor, a firmeza ideológica, o espírito de sacrifício e o espírito revolucionário do povo de Cuba.

Isso é que não podem nos perdoar: que estejamos aqui, na frente do seu nariz, e que tenhamos uma revolução socialista no próprio nariz dos Estados Unidos.

Defendemos essa revolução socialista com esses fuzis. Essa revolução socialista nós a defendemos com o valor com que, ontem, nossos artilheiros antiaéreos metralharam os aviões agressores.

[...]

⁶⁰ LIEUWEN, E. **Generales contra...** p.174.

⁶¹ SADER, Emir. **Cuba: Um Socialismo em Construção**. Petrópolis: Editora Vozes. 2001. p.67.

Companheiros operários e camponeses, esta é a revolução socialista e democrática dos humildes, com os humildes e para os humildes. E por esta revolução dos humildes, e pelos humildes e para os humildes, estamos dispostos a dar a vida.

[...]

Viva a classe operária! Vivam os camponeses! Vivam os humildes! Vivam os mártires da pátria! Vivam eternamente os heróis da pátria! Viva a revolução socialista! Viva Cuba livre! Pátria ou Morte! Venceremos!⁶²

O maior e principal ataque foi executado um dia depois, em 17 de abril. Nessa data, um grupo de mil e quinhentos exilados cubanos e mercenários americanos, treinados, armados e transportados pelos Estados Unidos, desembarcaram na Praia de Girón, na Baía dos Porcos, Estado de Matanzas, no litoral sul de Cuba. No entanto, em setenta e duas horas, sob o comando direto de Fidel, o desembarque das tropas invasoras, organizadas na Nicarágua, frustrou-se. O governo norte-americano evidencia, nesse momento, ao contrário do sustentado pelos exilados cubanos, em Miami, que o povo estava disposto a lutar em favor do regime.⁶³

A falta de eficácia das medidas militares estadunidense conduziu o governo a adotar uma nova investida. A idéia, naquele momento, era isolar diplomaticamente Cuba.

A estratégia adotada, com sucesso, foi realizada nas rodadas da VIII Reunião Consultiva de Ministros de Relações Exteriores, em Punta del Este, no Uruguai, em janeiro de 1962. Para conseguir a aprovação da medida, Washington exerceu uma forte pressão, diretamente nos governos civis ou por meio de articulação com os exércitos nacionais, sobre os países latino-americanos, em especial, do Equador, da Argentina, do Brasil, do Chile, da Bolívia, do Uruguai e do México.

A exhortación de los Estados Unidos em Punta del Este se organizó también un Comité Interamericano de Seguridad, dirigido por cinco altos jefes, con el fin de formular recomendaciones para combatir la subversión comunista en el Hemisferio

⁶² CASTRO, Fidel. Revolução socialista e democrática em Cuba. In: LÖWY, Michael (org.). **O Marxismo na América Latina: Uma Antologia de 1909 aos Dias Atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p.263-264.

⁶³ SADER, E. **Cuba:...** p. 68-69.

Occidental. La principal tarea del Comité era afrontar la amenaza revolucionaria originada en Cuba catrista.⁶⁴

Além disso, os Estados Unidos, que decretaram embargo econômico total contra a ilha, afirmaram que iriam punir as empresas que mantivessem relações comerciais com Cuba e anunciaram “represálias contra os navios dos países que sustentassem qualquer forma de relação com Havana”.⁶⁵ As medidas tiveram forte impacto para a economia e para a sociedade cubana, como expõe Emir Sader:

Os efeitos diretos para o nível de vida do povo cubano foram imediatos. Um país submetido a um esquema de economia primário-exportadora, dependendo da venda de um único produto no mercado internacional e praticamente de um único comprador – os EUA -, se via de um dia para o outro, ao decidir romper com essa dependência, privado das fontes de abastecimento e do mercado com que sempre havia contado. A burguesia cubana viajava de manhã a Miami para fazer compras e voltava de tarde. Houve momentos em que até o pão chegava da Flórida. O governo norte-americano sabia, portanto, os efeitos que o bloqueio provocaria na economia de Cuba.⁶⁶

A reação cubana surgiu ainda no ano de 1962 na chamada *Guerra dos Mísseis*. Em 22 de outubro daquele ano, o Presidente Kennedy afirma ter provas da existência dos mísseis soviéticos e monta um bloqueio aeronaval contra Cuba. A restrição imposta pelos norte-americanos impedia a chegada de qualquer embarcação à ilha, inclusive dos navios soviéticos que transportavam petróleo e alimentos.⁶⁷

Após seis dias, entretanto, os Estados Unidos e a União Soviética, sem consulta prévia e posterior consenso de Cuba, firmam acordo, que “implicava a retirada dos mísseis de território cubano em troca do compromisso público do governo norte-americano de que os EUA não invadiriam Cuba e da retirada de armamento similar norte-americano de território turco, na fronteira com a URSS”.⁶⁸

⁶⁴ LIEUWEN, E. **Generales contra...** p.175.

⁶⁵ SADER, E. **Cuba:...** p.71.

⁶⁶ SADER, E. **Cuba:...** p.76.

⁶⁷ SADER, E. **Cuba:...** p.80.

⁶⁸ SADER, E. **Cuba:...** p.80.

Os momentos que cristalizaram a tensão vivida no continente americano, que poderiam abalar os consensos de paz mundial, foram o único caso da história da Organização dos Estados Americanos - OEA que mobilizou diversos países da América Latina, de forma articulada e coletiva, em “defesa” do território.

A la mañana siguiente el secretario de Estado, Dean Rusk, planteó una moción en una reunión de emergencia del Consejo de la OEA, por la que se autorizaba el uso de la fuerza para garantizar el cumplimiento del bloqueo. La moción fue aprobada por unanimidad. Para ayudar a reforzar el bloqueo, nueve naciones latinoamericanas adoptaron actitudes de cooperación: Argentina afreó dos destructores; Honduras y Perú ofrecieron tropas; Costa Rica, Nicaragua, Panamá, la República Dominicana, Guatemala y Venezuela ofrecieron el uso temporario de sus bases.

[...]

Hasta dónde América Latina estaría dispuesta a cooperar realmente es cosa que nunca se puso a prueba, ya que la crisis militar fue sorteada por la decisión rusa de no enfrentar el bloqueo, y por el subsiguiente retiro de las armas ofensivas y del personal combatiente estacionado en Cuba, durante el resto de 1962 y los años 1963 y 1964.⁶⁹

Independentemente das medidas diretas adotadas contra Cuba, Washington, reafirmando a necessidade de barrar a expansão da ideologia socialista no continente americano, inicia um processo de contensão das guerrilhas armadas revolucionárias, consideradas por Guevara como um método de luta para se alcançar o poder político em todo continente americano.⁷⁰

⁶⁹ LIEUWEN, E. **Generales contra...** p.176.

⁷⁰ “Estas notas tentarão expressar nossas idéias sobre a guerra de guerrilhas e qual seria sua utilização correta. Primeiramente, é preciso esclarecer que esta modalidade de luta é um método; um método para alcançar um fim. Este fim, indispensável, inevitável para todo revolucionário é a conquista do poder político. Portanto, nas análises das situações específicas dos diferentes países da América, deve ser utilizado o conceito de guerrilha reduzido à simples categoria de método de luta para alcançar aquele fim. Quase imediatamente surge a pergunta: o método da guerra de guerrilhas é a única fórmula para a tomada do poder em toda a América? Ou, de qualquer forma, será a fórmula predominante? Ou, simplesmente, será uma fórmula a mais entre todas as usadas para a luta? E em última instância, se perguntam, o exemplo de Cuba será aplicável a outras realidades continentais? Pelo caminho da polêmica, costuma-se criticar aqueles que querem adotar a guerra de guerrilhas, alegando que se esquecem da luta de massas, como se fossem métodos contrapostos. Rejeitamos o conceito inerente a essa posição: a guerra de guerrilhas é uma guerra do povo, é uma luta de massas. Pretender realizar este tipo de guerra sem o apoio da população é o prelúdio de um desastre inevitável. A guerrilha é a vanguarda combativa do povo, situada em um determinado lugar de um certo território, armada, disposta a realizar uma série de ações bélicas tendentes ao único fim estratégico possível: a tomada do poder. Está apoiada pelas massas camponesas e operárias da região e de todo o território em questão. Sem estas premissas não se pode admitir a guerra de guerrilhas.” (GUEVARA, Ernesto Che. Guerra de Guerrilhas, um método. In: LÖWY, Michael (org.). **O Marxismo na América Latina: Uma Antologia de 1909 aos Dias Atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p.276.)

O programa, pensado em 1961 e executado em 1962, consistia no aumento das Forças Especiais do Exército dos Estados Unidos, que haviam “atuado com sucesso” no Sudeste da Ásia,⁷¹ e no treinamento contra-guerrilhas de oficiais latino-americanos na Escola de Forças Especiais de Fort Bragg, na Carolina do Norte, e na Escola de Guerra de Jungla, de Fort Girlick, na zona do Canal do Panamá.⁷²

A fim de atender essa nova realidade, a Agência de Desenvolvimento Internacional constituiu, ainda, em julho de 1962, a Academia Interamericana de Polícia, em Fort Davis, na zona do Canal do Panamá.⁷³

Aquí, durante el resto del año 1962 y en 1963 más de 600 policías de quince países latinoamericanos fueron adiestrados para hacer frente a manifestaciones de las turbas y realizar labor de contraespionaje. Además, se organizaron programas especiales de adiestramiento policial en doce países latinoamericanos. Uno de los argumentos en favor de los programas de adiestramiento policial era que si la policía podía mantener la ley y el orden en las capitales, las fuerzas armadas probablemente se mostrarían menos ansiosas de arrebatar el poder a las autoridades civiles.⁷⁴

O planejamento militar americano estava voltado para as ações urbanas e rurais que poderiam ser praticadas pelos grupos revolucionários e destacava, em reiterados momentos, a necessidade de formação específica dos soldados sul-americanos para a guerra de guerrilha e a utilização de armamento específico para o enfrentamento direto.

Además, los equipos norteamericanos especializados en la lucha contra las guerrillas impartieron instrucción a los ejércitos de toda América latina. Se alentó a las fuerzas

⁷¹ Os Estados Unidos haviam participado da Guerra da Coréia que se travou “entre 25 de junho de 1950 e 27 de julho de 1953, opondo a Coréia do Sul e seus aliados, que incluíam os Estados Unidos da América e a Inglaterra, à Coréia do Norte, apoiada pela República Popular da China e a antiga União Soviética. O resultado foi a divisão da península da Coréia em dois países, que perdura até aos dias de hoje.” Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal Acessado em : 09 de janeiro de 2006.

⁷² LIEUWEN, E. **Generales contra...** p.177-178.

⁷³ LIEUWEN, E. **Generales contra...** p.178-179.

⁷⁴ LIEUWEN, E. **Generales contra...** p.179.

armadas para que se equiparan con aviones de chorro, tanques y portaaviones, totalmente inútiles para encarar los problemas actuales.⁷⁵

O programa militar estabelecido previa, também, inserções diretas na sociedade civil, pois buscava, com o apoio popular, impedir o avanço guerrilheiro, em postura idêntica à utilizada por Cuba na revolução de 1959.

Não obstante, as forças armadas dos países da América Latina continuavam a adquirir armamentos convencionais como aviões, tanques e navios, destacando-se o caso do Brasil, que investiu altíssimos valores, à época, para adquirir e equipar todo o porta-aviões *Minas Gerais*.

No campo das relações internacionais, os Estados Unidos continuavam agindo nas instâncias diplomáticas, forçando os países da América Latina a limitarem ao máximo a ida dos seus cidadãos a Cuba. O governo estadunidense afirmava que anualmente entre mil e mil e quinhentos militantes dos grupos de esquerda eram treinados na ilha em técnicas de sabotagem, terrorismo, guerrilha e desordem social.⁷⁶

Nessa linha de atuação, os norte-americanos formularam requerimento, por meio do Comitê Interamericano de Seguridade, para a Organização dos Estados Americanos – OEA, em abril de 1963, exigindo que os países limitassem o deslocamento de seus cidadãos à ilha, bem como impedissem o tráfico de armas e a propaganda cubana pelo continente. A medida foi aprovada, em julho de 1964, por quatorze votos a favor e quatro contra⁷⁷ e resultou em imposições de sanções diplomáticas e econômicas em desfavor de Cuba.⁷⁸

A política militarista fomentada pelos Estados Unidos para as forças armadas dos países da América Latina estendeu-se para além do combate às

⁷⁵ LIEUWEN, E. **Generales contra...** p.178.

⁷⁶ LIEUWEN, E. **Generales contra...** p.179-180.

⁷⁷ Bolívia, Chile, México e Uruguai votaram contra as medidas, porém o Chile e a Bolívia romperam relações diplomáticas com Cuba.

⁷⁸ LIEUWEN, E. **Generales contra...** p.179-180.

guerrilhas e aos movimentos populares de esquerda e surtiu efeito contra os governos constitucionalmente eleitos, em um breve espaço de tempo.

No intervalo de, aproximadamente, dois anos – março de 1962 a abril de 1964 – oito golpes militares depuseram os presidentes constitucionalmente eleitos da Argentina, Peru, Guatemala, Equador, República Dominicana, Honduras, Bolívia e Brasil, três ditaduras foram mantidas e reforçadas no Paraguai, Haiti e Nicarágua.⁷⁹

A velocidade das medidas militares em oposição ao discurso democrático da Aliança para o Progresso⁸⁰ recebeu especial atenção no caso Argentino, pois o país foi golpeado em 29 de março de 1962, ou seja, apenas oito meses após a assinatura da Carta de Punta del Este. Nesse caso, o Presidente Arturo Frondizi foi deposto e Washington nem cogitou a questão do reconhecimento diplomático ou a suspensão da ajuda econômica e militar ao país.

A inserção estadunidense no continente americano exigia a “deposição de vários governos civis para garantir a ‘calma’ necessária ao andamento dos negócios e o combate à Revolução Cubana.”⁸¹

A estratégia adotada pelas forças armadas dos países da América Latina e aceita pelo governo dos Estados Unidos consistia na tomada do poder por meio de golpes militares, aplicando-se a seguinte fórmula: **a)** afirmar que o governo deposto

⁷⁹ LIEUWEN, E. **Generales contra...** p.9-11.

⁸⁰ Caio Prado Júnior é preciso ao analisar a forma de atuação dos Estados Unidos na década de 1960. “É sobretudo depois de 1960, e quando o governo norte-americano, em seguida aos acontecimentos de Cuba, se lança abertamente em sua política intervencionista na América Latina, que a opinião pública brasileira começa a tomar consciência mais clara do problema. O presidente Kennedy, com a sua hábil maneira de tratar os países latino-americanos, conseguiu em parte disfarçar o rumo que a política exterior norte-americana estava tomando. Assim mesmo não impediu que ganhasse corpo a convicção, cada vez mais distinta e generalizada, que as pretensões da política norte-americana se dirigiam francamente no sentido da completa subordinação dos países da América Latina, e naturalmente do Brasil também. A própria dinâmica daquela política, a sua natureza profunda tendia fatalmente para isso, quaisquer que fossem os disfarces e lenitivos com que se apresentasse – Aliança para o Progresso ou outro semelhante. E assim quando a situação internacional se aguça, e as contradições daí decorrentes se agravam – tudo isso acrescido do prematuro desaparecimento do Presidente Kennedy, o que precipita o deslocamento do eixo político norte-americano para o lado dos setores mais extremados -, desmascara-se por completo o seu intervencionismo, que, entre outros, tão claramente se afirmaria no caso de São Domingos. E no que diz respeito em particular ao Brasil, se fez patente, e até mesmo escandaloso, a partir de 1964.” (PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. p. 201-202).

⁸¹ COGGIOLA, O. **Governos Militares...** p.19.

tinha ligações com o comunismo e estava em crise política permanente; **b)** afirmar que logo se realizariam eleições e se restabeleceriam, em “prazo razoável”, os processos constitucionais.⁸²

A aplicação da receita para o continente latino-americano era ratificada pelos Estados Unidos com o reconhecimento diplomático e, por consequência, com a manutenção da ajuda militar e econômica. Todas as intervenções militares, que conduziram a deposição dos governos democraticamente eleitos, foram avalizadas pelo reconhecimento diplomático estadunidense.⁸³

Reações às medidas do governo Kennedy surgiram no Congresso norte-americano, porém foram ações isoladas que não tiveram o apoio da maioria dos parlamentares.

Después del golpe en Argentina, el senador Frank Carlson (republicano, de Kansas) exigió la eliminación de la ayuda militar. Después del golpe en Perú, el senador Ernest Gruening (demócrata, de Alaska) formuló reclamos similares. Consideró que los golpes eran subproductos de los programas de ayuda militar, los que habían fracasado tanto en sus objetivos militares – el robustecimiento de la defensa del hemisferio – como en los políticos – la afirmación de la influencia democrática sobre el cuerpo de oficiales de América latina. Los golpes en la República Dominicana y en Honduras determinaron una propuesta del senador Wayne Morse (demócrata, de Oregón) para que se interrumpiera toda la ayuda prestada a los regímenes dirigidos por los militares en América latina. Cuando se discutió el presupuesto de la ayuda al exterior correspondiente al año de 1964, Morse introdujo una enmienda reduciendo en un 15 por ciento la ayuda militar a la América latina, pero en la ley final se autorizó al presidente a continuar el programa en el acostumbrado nivel de 76 millones de dólares, si consideraba que ello estaba en el interés nacional.⁸⁴

Na América Latina as manifestações dos partidos políticos foram mais intensas e massivas. O conteúdo das intervenções buscava demonstrar a direta relação entre os golpes e o auxílio militar americano, citando-se, à época, por exemplo, o caso de Honduras, em que “os batalhões de infantaria e as tropas aerotransportadas,

⁸² LIEUWEN, E. **Generales contra...** p.167.

⁸³ GRACIARENA, J. **O Poder e as...** p.28.

⁸⁴ LIEUWEN, E. **Generales contra...** p.182.

desenvolvidas especialmente para execução de missões de defesa do hemisfério, foram justamente os que derrubaram o governo de Villeda Morales”.⁸⁵

O jornal *New York Times*, em outubro de 1973, divulga que “mais de 170 graduados da Escola Militar das Américas de Estados Unidos são hoje chefes de governos, ministros em gabinetes, comandantes-em-chefe, chefes de Estado-Maior e chefes de inteligência”.⁸⁶

Não obstante as diversas denúncias realizadas, o movimento golpista desencadeado pelas forças armadas dos países da América Latina, com o apoio expressivo dos Estados Unidos, em oposição ao discurso político democrático e de cunho desenvolvimentista estabelecido na Aliança para o Progresso, encontrou ressonância, também, no Brasil. Nesse sentido, os fundamentos de um Estado democrático começaram a ser desestruturados a fim de que golpe militar aparecesse, à sociedade, como a única alternativa para o restabelecimento da ordem e do crescimento econômico. Para tanto, era necessário reformular as estruturas do poder, com base na democracia e legalidade formais.

⁸⁵ LIEUWEN, E. **Generales contra...** p.184.

⁸⁶ SELZER, G., DIAZ, C. *El Pentágono y la política exterior norteamericana*. Buenos Aires: Crisis, 1975. p. 61. Apud: AYERBE, L. F. **Estados Unidos e a América Latina: A construção da Hegemonia**. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p.124.

SEIBEL, J. Erni. **Estado e instituições públicas**: caso do cooperativismo. Perspectiva economia, v. 29, n.º 84. Série Cooperativismo, n.º 35. 1994, nota de rodapé, p.25. Apud: VÉRAS NETO, F. Q. *Cooperativismo: nova abordagem sócio-jurídica*. Curitiba: Juruá, 2003, p.109.

CAPÍTULO 2

BRASIL: O DESVELAR DO VÉU

2.1 A ESTRUTURA DE PODER AO ESTADO AUTORITÁRIO

A incapacidade das classes⁸⁷ dominantes de proporcionar o desenvolvimento da totalidade da população é o fator desencadeador das crises dos sistemas políticos da América Latina.

As revoluções liberais, fomentadas pelas burguesias nacionais contra as estruturas aristocráticas e oligárquicas, constituíram o fator determinante à transposição das crises nos países precursores do capitalismo.

O efeito foi o surgimento de economias capitalistas autônomas, que, segundo Marx, fez emergir a definição “de ‘burguesia’ como um conceito histórico-descritivo concernente a um estrato específico da classe dominante que surgiu em competição com os estamentos tradicionais e se tornou hegemônico”.⁸⁸

Por ser uma *classe* e não um *estamento*, a burguesia é obrigada a se organizar em plano nacional, e não mais no plano local, e a dar forma universal aos seus interesses comuns.
[...]

⁸⁷ Destaca-se, nesta oportunidade, a análise efetuada por Marx, em *O 18 Brumário*, para exemplificar a definição de classe: “Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, que através de uma Convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o Poder Executivo submete ao seu domínio a sociedade.” (MARX, Karl. **18 Brumário**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.127-128).

⁸⁸ RIBEIRO, D. **O Dilema da...** p.101.

A independência do Estado não existe mais hoje em dia a não ser nos países onde os estamentos ainda não atingiram completamente, em seu processo de desenvolvimento, o estágio de classes e desempenham ainda um papel, ao passo que são eliminadas nos países mais evoluídos, em países, portanto, onde existe uma situação mista e nos quais, por conseguinte, nenhuma parcela da população pode vir a dominar as outras.⁸⁹

A utilização da definição de burguesia nacional em países com estrutura socioeconômica diversa desloca o eixo da definição construída historicamente e direciona a sofismas que desconsideram a identidade e solidariedade de seguimento das classes dominantes com a nobreza ou as oligarquias.⁹⁰

A construção socioeconômica européia, no dizer de Florestan Fernandes, não se estendeu “como as águas de um rio que transborda. Ao saltar suas fronteiras, ela se corrompeu, se transformou e por vezes se enriqueceu, convertendo-se numa variante do que deveria ser, à luz dos modelos originais”.⁹¹

A América Latina, nesse contexto, não construiu um modelo de desenvolvimento capaz de proporcionar as condições objetivas e subjetivas de constituição de uma burguesia nacional⁹² semelhante à existente nas revoluções liberais. A estrutura de poder no continente foi composta, dessa forma, pelo patronato de proprietários dos meios de produção, pelo estamento gerencial estrangeiro e pelo patriciado burocrático, que, unidas, representam as classes dominantes.⁹³

As divergências entre os grupos que constituíram as classes dominantes não adquiriram proporções capazes de propiciar uma revolução liberal-burguesa na América Latina, porém proporcionaram circunstâncias “traumáticas em que a

⁸⁹ MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia...** p.73-74.

⁹⁰ RIBEIRO, D. **O Dilema da...** p.101-102.

⁹¹ FERNANDES, F. **Sociedade de...** p.26.

⁹² No pensamento de Florestan Fernandes “seria ilógico negar a existência do ‘burguês’ e da ‘burguesia’ no Brasil. Poder-se-ia dizer, no máximo, que se trata de entidades que aqui aparecem tardiamente, segundo um curso marcadamente distinto do que foi seguido na evolução da Europa, mas dentro de tendências que prefiguram funções e destinos sociais análogos tanto para o tipo de personalidade quanto para o tipo de formação social. Na verdade, assim como não tivemos um ‘feudalismo’, também não tivemos o ‘burgo’ característico do mundo medieval. Apesar da existência e da longa duração forçada das corporações de ofícios, não conhecemos o ‘burguês’ da fase em que não se diferenciava o mestre do artesão senão nas relações deles entre si – o ‘buguês’ como típico morador do ‘burgo’.” (FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa...** p.17-18).

⁹³ RIBEIRO, D. **O Dilema da...** p.134.

legalidade da ordem instituída pode ser sempre questionada;”⁹⁴ os consensos sobre a legitimidade do poder são reduzidos no tempo; torna-se limitado o alcance dos instrumentos de controle e sucessão do poder; e o choque entre a maioria da população e as classes dominantes transformam as forças armadas em organismos de polícia, cujo objetivo é manter a ordem.⁹⁵

Nestas condições, o regime político é mais cruamente classista e os governos impostos à população se tornam sempre dependentes do apoio militar. O braço armado não só atua como instrumento de repressão pronto para afogar as insurreições populares, como também se vê investido de poderes tutelares sobre os governos que só se mantêm estáveis enquanto a pessoa do governante conta com a lealdade da tropa.⁹⁶

O Brasil, de igual forma, não executou uma “revolução democrática burguesa” ou de “libertação nacional”, com os elementos que caracterizaram a revolução jacobina.

No entendimento dos representantes da Terceira Internacional, que incorporavam uma visão fortemente economicista dos conceitos marxistas⁹⁷, a presente circunstância conduzia o Brasil a ter uma formação social atrasada, semicolonial⁹⁸ e semifeudal⁹⁹, sendo o fomento à revolução burguesa o único caminho a ser trilhado.¹⁰⁰

⁹⁴ RIBEIRO, D. **O Dilema da...** p.134.

⁹⁵ RIBEIRO, D. **O Dilema da...** p.134.

⁹⁶ RIBEIRO, D. **O Dilema da...** p.135.

⁹⁷ Gramsci aponta o equívoco de conduta ao se vislumbrar um determinismo econômico no pensamento de Marx: “*Estrutura e superestrutura*. Economia e ideologia. A pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, ou deve ser combatida, praticamente, com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas.” (GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, v. 1, p.238).

⁹⁸ “Entretanto, não estávamos para a Europa como o feudalismo para o capitalismo, pelo contrário, éramos seus tributários em toda linha, além de não termos sido propriamente feudais – a colonização é um feito do capital comercial.” (SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**. 5. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2003, p.17).

⁹⁹ Pesquisadores latino-americanos como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Sérgio Bagú, Marcelo Segall, Nahuel Moreno e Milcíades Peña, rejeitavam, contrariando a posição oficial dos partidos comunistas, a tese de que a formação socioeconômica do continente fosse feudal. Afirmavam que a formação era estruturada em um capitalismo colonial. Para aprofundar o tema, ver: *História Econômica do Brasil, A Revolução Burguesa no Brasil, A Economia da Sociedade Colonial, Desarrollo del Capitalismo en Chile e O Marxismo na América Latina: Uma Antologia de 1909 aos Dias Atuais*.

¹⁰⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Gramsci e a América Latina**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p.104.

A idéia contida no pensamento apresentado estava ligada ao raciocínio desenvolvido por Lênin de que a revolução burguesa ostentava vantagens também ao proletariado, pois o desenvolvimento do capitalismo era necessário para romper os elos com a sociedade feudal, e, conseqüentemente, fomentar a organização da classe trabalhadora em direção à revolução proletária e ao socialismo.¹⁰¹

Os neiskristas compreendem de modo radicalmente errado o sentido e significado da categoria 'revolução burguesa'. Em seus raciocínios, surge constantemente a idéia de que a revolução burguesa é uma revolução que pode gerar somente o que é vantajoso para a burguesia. Nada é mais errado que uma tal idéia. A revolução burguesa é uma revolução que não sai dos quadros do regime econômico e social burguês, ou seja, do capitalismo. A revolução burguesa expressa a necessidade de desenvolvimento do capitalismo; não apenas ela não destrói as bases do capitalismo como, ao contrário, as amplia e aprofunda. Essa revolução expressa, portanto, os interesses não apenas da classe operária, mas também de toda a burguesia. Dado que, em regime capitalista, o domínio da burguesia sobre o proletariado é inevitável, pode-se dizer com pleno direito que a revolução burguesa expressa não tanto os interesses do proletariado quanto aqueles da burguesia. Mas é absolutamente absurda a idéia de que a revolução burguesa não expresse de nenhum modo os interesses do proletariado. Essa idéia absurda se reduz, ou à velha teoria populista, que afirma ser a revolução burguesa contrária aos interesses do proletariado e que, por conseguinte, não temos necessidade das liberdades políticas burguesas; ou se reduz ao anarquismo, que condena qualquer participação do proletariado na revolução burguesa, na política burguesa, no parlamento burguês. No campo teórico, essa idéia esquece os princípios elementares do marxismo acerca da inevitabilidade do desenvolvimento do capitalismo sobre a base da produção mercantil. O marxismo ensina que uma sociedade baseada sobre a produção mercantil e que efetua trocas com as nações civilizadas deve ela mesma, num determinado estágio do seu desenvolvimento, ingressar no caminho do capitalismo. O marxismo rompeu definitivamente com as fantasias dos populistas e dos anarquistas, segundo as quais, por exemplo, a Rússia poderia evitar o desenvolvimento capitalista, escapar do capitalismo etc."¹⁰²

O Partido Comunista Brasileiro – PCB e o Partido Comunista do Brasil – PCdoB eram as principais agremiações nacionais que articulavam suas ações com base no conceito da revolução por etapas. A posição adotada pode ser observada no documento produzido pelo PCdoB, na década de 1960, denominado *A Revolução Nacional-democrática*.

¹⁰¹ GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000, p.8.

¹⁰² LÊNIN, Vladimir. **Opere Complete**. Roma: Editori Riuniti, 1960, v. IX, p.22.

O programa da Frente de Libertação Nacional do Vietnã do Sul, recentemente publicado, inclui somente reivindicações da etapa nacional e democrática. E isto quando a parte norte do país já é socialista.

Estas experiências demonstram o quanto é importante definir de maneira correta o caráter da revolução e o quanto é nocivo estabelecer agora objetivos que correspondem a outra etapa do processo revolucionário. Para os povos do continente esta é uma questão vital. Em todos os países da América Latina é bastante evidente a natureza nacional e democrática, o cunho agrário e antiimperialista e o aspecto popular da revolução.¹⁰³

Entretanto, diversamente do que acreditava o pensamento marxista-leninista, o Brasil vivenciou um processo de modernização capitalista,¹⁰⁴ chamado de modernização conservadora, o qual se diferencia das experiências capitalistas autônomas dos países precursores deste modelo econômico.¹⁰⁵

[...] o latifúndio pré-capitalista e a dependência em face do imperialismo não se revelaram obstáculos insuperáveis ao completo desenvolvimento capitalista do país. Por um lado, gradualmente e “pelo alto”, a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária e, por outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social. Ambos os processos foram incrementados pela ação do Estado: ao invés de ser o resultado de movimentos populares, ou seja, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, à exclusão das forças populares e à utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado.¹⁰⁶

¹⁰³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. A Revolução Nacional-democrática. In: LÖWY, M. (org.). **O Marxismo na América Latina**:... p.263-264.

¹⁰⁴ Florestan Fernandes destaca que “a modernização mencionada não é uma simples reprodução da evolução anterior do capitalismo na Europa. Sem dúvida, nos quadros históricos do século XIX ela equivale a *europização* e acarreta efeitos *europizadores*. Opera-se um salto, em várias esferas concomitantes da vida, do legado português às formas econômicas, jurídicas e políticas da Europa moderna – do liberalismo econômico, do parlamentarismo e da monarquia constitucional, dos mitos progressistas. Mas trata-se sobretudo de uma europeização dos níveis de aspiração das classes dominantes ou de suas elites dirigentes, nem sempre dos modos de agir, raramente dos modos de ser e muito superficialmente do estilo de vida acessível a todos. Em suma, o que se transfere, de imediato, não é nem padrão de cultura nem um padrão de integração da ordem social. A transferência se deu ao nível das normas, instituições e valores sociais, que iriam orientar o comportamento verbalizado, primeiro, e o comportamento efetivo, em seguida, através da cooperação ou do conflito, na direção daqueles padrões. Nesse sentido, o que prevaleceu, como força histórico-social dinâmica, foi a identificação com a civilização ocidental, a qual explica os vários caminhos tomados pelos diferentes círculos das camadas dominantes para ajustar interesses sócio-econômicos mais ou menos toscos e imediatistas às estruturas econômicas, sociais e jurídico-políticas requeridas pelo capitalismo.” (FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p.25-26).

¹⁰⁵ COUTINHO, C. N. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. **Gramsci e a América Latina**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p.106.

¹⁰⁶ COUTINHO, C. N. **As Categorias de**... p.106.

Vê-se, assim, que um dos elementos fundamentais do processo da modernização conservadora, o qual foi implantado no Brasil, consiste no fato de que as alterações na estrutura socioeconômica são efetivadas pela classe dominante com a ausência da classe trabalhadora no processo de transformação, ou seja, encontram uma resolução “pelo alto”.

As medidas articuladas de cima para baixo, entre parcela das classes dominantes, “com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional,”¹⁰⁷ são os elementos que caracterizam a chamada “via-prussiana”¹⁰⁸ (Lênin e Lukacs) ou “revolução passiva” (Gramsci) vivenciadas no Brasil, as quais encontraram seu ponto mais alto no golpe militar de 1964

que criou as condições políticas para a implantação em nosso país de uma modalidade dependente (e conciliada com o latifúndio) de capitalismo monopolista de Estado, radicalizando ao extremo a velha tendência a excluir, tanto dos frutos do progresso quanto das decisões políticas, as grandes massas da população nacional.¹⁰⁹

¹⁰⁷ COUTINHO, C. N. A Democracia como Valor Universal. In: LÖWY, Michael (org.). **O Marxismo na América Latina: Uma Antologia de 1909 aos Dias Atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p.426-427.

¹⁰⁸ “Embora a noção leniniana de ‘via prussiana’ fosse capaz de constituir uma chave interpretativa para esse processo de transformação pelo alto, só recentemente ela passou a ser utilizada nas análises marxistas da realidade brasileira. De qualquer modo, na medida em que se concentra prioritariamente nos aspectos infra-estruturais do processo, o conceito de Lênin não é suficiente para compreender plenamente as características supra-estruturais que acompanham – e, em muitos casos, determinam – essa modalidade de transição. Portanto não é um acaso que essas tentativas recentes de aplicar ao Brasil o conceito de ‘via prussiana’ sejam quase sempre complementadas pela noção gramsciana de ‘revolução passiva’. Na medida em que esse conceito, como todos os demais os demais gramscianos, sublinha fortemente o momento supra-estrutural, em particular o momento político, superando assim as tendências economicistas, ele se revelou de inestimável utilidade para contribuir à especificação e à análise do caminho brasileiro para o capitalismo, um caminho no qual o Estado desempenhou freqüentemente o papel de principal protagonista” (COUTINHO, C. N. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. **Gramsci e a América Latina**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p.107).

¹⁰⁹ COUTINHO, C. N. A Democracia como Valor Universal. In: LÖWY, M. (org.). **O Marxismo na América Latina: Uma Antologia de 1909 aos Dias Atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p.427.

Deve-se observar que a concretização da revolução passiva está vinculada à realização de duas circunstâncias fáticas: **a)** o momento da *restauração* – “na medida em que é uma reação à possibilidade de uma efetiva e radical transformação ‘de baixo para cima’”; **b)** o momento da *renovação* – na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes”.¹¹⁰

De posse dos elementos que constituem o conceito de revolução passiva torna-se possível compreender e dialogar, de forma mais precisa, com o momento histórico que precedeu à tomada do poder pelas forças armadas, verificando-se os elementos objetivos e subjetivos que deram suporte ao golpe.

O espectro existente direciona-se, dessa forma, à composição de forças, expressas por um bloco modernizante-conservador, que produziram e sustentaram a eleição de Jânio Quadros, a qual foi conduzida por uma plataforma publicitária demagógica que constituiu uma fascinação popular. “O estado de espírito foi inteligentemente preparado por cartazes mostrando o símbolo de Jânio Quadros, a vassoura, e sua intenção declarada de ‘varrer’ o país”.¹¹¹

O resultado do pleito, ao eleger Jânio Quadros como presidente e João Goulart como vice,¹¹² demonstrava que a “população brasileira, quando consultada, apoiava uma combinação de reformas populares sociais, de desenvolvimento nacionalista e de austeridade e eficiência administrativas”.¹¹³

Não obstante a vontade popular, os grupos multinacionais e associados, os agro-exportadores e a burguesia nacional consideravam que a ordem econômica deveria ser direcionada para um caminho diverso. Encerrado o processo eleitoral, Quadros recebeu do Conselho Nacional de Classes Produtoras –

¹¹⁰ COUTINHO, C. N. **As Categorias de...** p.108.

¹¹¹ DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. p.125-126.

¹¹² O processo eleitoral de 1960 previa que a população brasileira votaria para o cargo de presidente da república e para o cargo de vice-presidente de forma desvinculada. Neste sentido, foi Jânio Quadros foi eleito presidente da república em desfavor do Marechal Henrique Teixeira Lott, porém Milton Campos, seu candidato à vice-presidente, jurista oriundo de Minas Gerais, considerado do bloco conservador que havia comandado o país, perde para João Goulart, candidato de uma coalizão de forças coordenadas pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e considerado herdeiro da tradição de Getúlio Vargas.

¹¹³ DREIFUSS, R. A. **A Conquista do Estado:...** p.126.

CONCLAP¹¹⁴ uma declaração escrita, denominada *Documento para uma Política Nacional de Desenvolvimento*, que

exigia a reafirmação do papel da empresa privada e do capital estrangeiro no planejamento do desenvolvimento, o controle da mobilização popular e da intervenção estatal na economia, a redefinição das funções do Estado, medidas contra a inflação e uma readequação da administração Pública.¹¹⁵

As diretrizes apontadas no documento, aliadas a uma composição das estruturas do Estado com representantes de idêntico pensamento,¹¹⁶ foram as

¹¹⁴ “O papel do CONCLAP foi vital na escolha de Jânio Quadros para candidato das classes empresariais às eleições nacionais de 1960, escolha esta feita tendo em vista os compromissos ideológicos e o posicionamento político do candidato quanto a questões sócio-econômicas cruciais. A decisão tornou-se clara para o CONCLAP após terem seus membros apresentado ao então candidato Jânio Quadros um questionário, tentando inteirar-se de suas opiniões. O apoio que Jânio Quadros receberia da classe empresarial durante sua campanha para as eleições presidenciais de 1960 e mesmo posteriormente foi condicionado às respostas positivas que ele daria ao questionário. Vide os arquivos do IPES, Rio de Janeiro. Sálvio de Almeida Prado, líder da FARESP – Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, foi um dos capitalistas responsáveis pelo levantamento de fundos para a campanha de Jânio Quadros. Vide Moniz BANDEIRA. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973. p. 403. Ajuda financeira para a campanha veio também do grupo Matarazzo, da indústria automobilística de São Paulo, de José Erminio de Moraes (do grupo Votorantim), da Moinho Santista, da Associação Comercial de São Paulo e da Federação das Indústrias de São Paulo. Vide Gileno de CARLI. *Anatomia da renúncia*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1962. p. 171. (DREIFUSS, R. A. **A Conquista do Estado**:... p. 147.)

¹¹⁵ DREIFUSS, R. A. 1964: **A Conquista do Estado**:... p.126.

¹¹⁶ Incluíam-se em seu ministério: Clemente Mariani (Banco da Bahia, Light S.A. – grupo Morgan), Ministro do Tesouro; Arthur Bernardes Filho (The Royal Bank of Canadá, Westinghouse – grupo Mellon e Banco do Comércio), Ministro da Indústria e Comércio; Walter Moreira Salles (grupo financeiro-industrial Moreira Salles, ligado ao grupo Rockefeller), embaixador do Brasil nos Estados Unidos; Oscar Pedrosa Horta (grupo Mellon), Ministro da Justiça; Francisco Carlos de Castro Neves (FIESP), Ministro do Trabalho, e Caio Mário da Silva Pereira, ex-advogado da Hanna Mining e que se tornou Consultor Geral da República. Também compunham a administração o empresário João Baptista Leopoldo Figueiredo (membro ativo das American Chambers of Commerce e líder do CONCLAP), designado para a presidência do Banco do Brasil, e o empresário Paulo Ayres Filho (membro ativo da FIESP e das American Chambers of Commerce), para a direção do mesmo banco. A administração contou também com a experiência e assessoria dos empresários e tecno-empresários: Lucas Lopes, J. L. Bulhões Pedreira (coordenador da Comissão de Assessoria Técnica do presidente), Octávio Gouveia de Bulhões, José Garrido Torres e Roberto de Oliveira Campos (que atuou também como embaixador itinerante), todos eles membros da CONSULTEC. O governo de Jânio Quadros foi apoiado militarmente pelos fundadores e ideólogos da ESG, Coronel Golbery do Couto e Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (auxiliado pelo Tenente Heitor de Aquino Ferreira, pelo Tenente-Coronel Mário Andreazza e pelo Tenente-Coronel João Baptista Figueiredo, sobrinho do presidente do Banco do Brasil e filho do General Euclides de Figueiredo), Tenente-Coronel Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações – SFICI, General Cordeiro de Farias, que presidiu o Estado Maior das Forças Armadas, auxiliado pelo Coronel Ernesto Geisel como chefe do Serviço de Informações do Exército e comandante da guarnição-chefe sediada em Brasília. Jânio Quadros contou ainda com o apoio do General Orlando Geisel, da ESG e do IBAD, irmão de Ernesto Geisel e que se tornou Chefe de Gabinete e Chefe de Estado Maior do Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denys, do General Idílio Sardenberg, presidente da Petrobrás, e do General Ademar de Queiroz, comandante da importante guarnição da Vila Militar do Rio de Janeiro. O General Ademar de Queiroz tornou-se também o subcomandante do Estado Maior do Exército. Outra característica desse período foi a colocação em postos-chave de comando ou de formação de opinião de outros oficiais que apoiavam os líderes de direita das Forças Armadas e favoreciam medidas fortes contra a organização política das forças populares. Assim, o General Hugo Panasco Alvim tornou-se assistente da ESG, o General João Punaro Bley, do IBAD, tornou-se diretor do Serviço Social do Exército, o General Sizen Sarmento (lacerdista) foi indicado Comandante da Polícia de São Paulo, o General Inácio Rolim, do IBAD, tornou-se diretor do Clube Militar, o General Pedro Geraldo de Almeida, esguiano, foi escolhido Chefe da Casa Militar do Presidente, o Brigadeiro Carlos Alberto Huet de Oliveira (ESG), diretor da Escola da Aeronáutica, o Brigadeiro Ismar Brasil (IBAD), comandante do Estado Maior da Aeronáutica, o Brigadeiro Clóvis Travassos (ideólogo geopolítico da ESG), diretor da Aviação Civil, e o General Décio Palmeiro Escobar (IBAD) foi designado para o Departamento de Provisão do Exército. Ao indicar o Marechal Odílio Denys Ministro do Exército, o Almirante Sílvio Heck da Marinha e o Brigadeiro Gabriel Grun Moss, do IBAD, Ministro da Aeronáutica, Jânio Quadros corou seu apoio militar com os líderes de direita das Forças Armadas. (DREIFUSS, R. A. 1964: **A Conquista do Estado**:... p.127-128.)

medidas adotadas por Quadros na condução de seu governo. Os oficiais da Escola Superior de Guerra – ESG destacavam Quadros como a “negação da demagogia e, conseqüentemente, do populismo; apesar de ter sido ele mesmo um populista, arriscou suas oportunidades eleitorais contra os herdeiros dos getulismo, contra a esquerda e a demagogia governamental”.¹¹⁷

As medidas econômicas adotadas por Quadros, contudo, num curto espaço de tempo, demonstraram que não conseguiriam atingir as metas de crescimento distributivo que atendessem às necessidades e à expectativa da classe trabalhadora. De igual forma, as ações econômicas não proporcionavam os “desejos” do bloco multinacional e do grande capital do país, que pretendiam que fossem implementadas medidas que flexibilizassem benefícios trabalhistas, diminuíssem vantagens econômicas e políticas a setores da oligarquia tradicional e a interesses industriais locais de médio porte.¹¹⁸

O grupo populista-udenista do bloco modernizante-conservador, que apoiou Quadros, acreditava, a partir da realidade posta, que não conseguiria avançar em seus interesses privados, dentro de uma sociedade pluralista e regida por um sistema eleitoral.¹¹⁹

Jânio Quadros, nesse contexto, acreditava que a governabilidade pela via democrática esgotava-se naquele momento histórico e considerava que o caminho para manter-se no poder seria mediante um golpe de Estado¹²⁰. Em 25 de agosto de

¹¹⁷ DREIFUSS, R. A. 1964: **A Conquista do...** p.128.

¹¹⁸ DREIFUSS, R. A. 1964: **A Conquista do...** p.128-129.

¹¹⁹ DREIFUSS, R. A. 1964: **A Conquista do...** p.129.

¹²⁰ “A primeira grande manifestação da crise econômica, social, política e institucional foi a eleição de Quadros para a Presidência da República; e, mais ainda, o episódio de sua renúncia, mascarando uma tentativa original, que somente poderia emanar de uma cabeça como a dele, de dar um golpe de Estado *sui generis*, um golpe “à la De Gaulle”, um golpe em que ele aproveitaria a lição que o suicídio de Vargas ensinou ao povo brasileiro, um golpe em que ele voltaria com plenos poderes, com o apoio das massas em revolta e o beneplácito das correntes conservadoras das forças armadas, que não queriam a posse de João Goulart na Presidência da República. Esta tentativa, como todos sabem, fracassou, e não poderia deixar de fracassar. (BANDEIRA, A. L. MONIZ. Desenvolvimento Econômico e Superestrutura Política. In: Cadernos de Debate 5. **Repensando o Nacionalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978, p.22).

1961, Quadros deu início ao seu plano golpista: renunciou, oito meses após a posse, acreditando que a parte significativa dos trabalhadores, do empresariado e dos militares lhe conduziria novamente ao poder. Entretanto, o desdobramento dos fatos direcionou-se de forma diametralmente oposta.¹²¹

O povo saiu às ruas para defender a posse do vice-presidente João Goulart, que estava em viagem oficial à China. A mobilização popular, fortalecida com o apoio dos políticos democráticos e dos militares nacionalistas¹²², ocorria para evitar a concretização fática do veto ao nome de Jango que foi articulado entre uma importante parcela dos militares, a União Democrática Nacional – UDN e a elite conservadora.

O Vice-almirante Sílvio Heck, Ministro da Marinha, o Marechal Odílio Denys, Ministro da Guerra e o Brigadeiro-do-ar Gabriel Grün Moss, Ministro da Aeronáutica, contrários à investidura de Jango ao cargo, em 30 de agosto de 1961, publicaram uma carta em que afirmavam “a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao País do Vice-presidente da República”¹²³ e vinculavam a sua imagem a figura dos comunistas.

No cargo de Vice-Presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial, em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares.

¹²¹ TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004 REIMPRESSÃO. p.7-8.

¹²² Os momentos de tensão relacionados à posse de João Goulart são conhecidos como período da *legalidade*, em que parcela significativa da população sai às ruas do país em defesa da ordem constitucional que garantia a nomeação de Jango no cargo de Presidente da República. Destaca-se como um dos principais defensores da campanha pela legalidade o governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, que, à época, angariou o apoio do III Exército, comandado pelo General José Machado Lopes, distribuiu armas à população e constituiu a *Rede da Legalidade*, mecanismo utilizado para se manter informado das movimentações políticas e para se articular, em nível nacional, contra o movimento antigolpista. A cadeia de emissoras era formada por 102 rádios de todo país e que tinha como sede os porões do palácio Piratini. Os discursos de Brizola que desencadearam a campanha da legalidade podem ser lidos no endereço eletrônico do Partido Democrático Trabalhista – PDT (<http://www.pdt.org.br/bz/legali2.asp>).

¹²³ O veto dos militares a Jango. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/personalidades/jango_historia_4.htm> Acesso em: 12 de outubro de 2005.

Ora, no quadro de grave tensão internacional que vive, dramaticamente o mundo de nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas, avultam, à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil. País em busca de uma rápida recuperação econômica que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes; em marcha penosa e árdua para estágio superior de desenvolvimento econômico-social e tão urgentes problemas, para reparação, até de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos - não poderá nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo vierem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.

Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no País um período inquietador de agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, enfim através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas, e com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã.

Na Presidência da República, regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao Chefe do Governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.¹²⁴

A posição assumida contra a imagem de Jango estava relacionada à concepção de que o Vice-presidente “simbolizava tudo aquilo que havia de ‘negativo’ na vida política brasileira: demagogo, subversivo e implacável inimigo da ordem capitalista”.¹²⁵

Em pouco tempo, nesse período histórico, “duas tentativas de golpe se sucediam: a de Jânio Quadros e a dos setores militares”.¹²⁶ Todavia, ambas foram barradas.

Superado o impasse no tocante à posse, por meio de uma “solução de compromisso” que instituiu o parlamentarismo no Brasil,¹²⁷ Jango implementa uma

¹²⁴ O veto dos militares a Jango. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/personalidades/jango_historia_4.htm> Acesso em: 12 de outubro de 2005.

¹²⁵ TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart...** p.12.

¹²⁶ TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart...** p.8.

¹²⁷ O impasse relacionado à posse do Jango foi encaminhado com uma proposta de emenda constitucional, formulada pela UDN e o PSD, chamada de “solução de compromisso”, que instituiu o parlamentarismo no Brasil. A emenda nº 04 (quatro) foi aprovada e o Goulart assume a Presidência da República, sob o regime parlamentarista. (Paula, Christiane Jalles de. O Segundo Mandato na Vice-presidência e a Crise Sucessória. A Trajetória Política de João Goulart, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/hm/5Vice_presidente_Janio/O_segundo_mandato_e_a_crise_sucessoria.asp> Acesso em: 12 de outubro de 2005).

política nacional-reformista, cujos eixos estavam direcionados para a contenção da inflação e da dívida pública, combinados com o crescimento da economia e o fortalecimento do setor estatal¹²⁸. No plano internacional adota posição “solidária com as lutas anticoloniais na África, defende os princípios da autodeterminação e não-intervenção em relação a Cuba, estabelece relações com os países socialistas e se posiciona a favor do ingresso da República Popular da China nas Nações Unidas”.¹²⁹

As medidas políticas assumidas contavam com o apoio da classe trabalhadora, organizada “contra o que cada vez mais parecia ser a formação de um bloco de poder UDN-PSD,” e com frações da pequena e média burguesia industrial nacional “que visava a atingir mercados de baixo poder aquisitivo, bem como pelo setor agrário que produzia gêneros alimentícios para o mercado interno”.¹³⁰

Em viagem aos Estados Unidos, Jango procurou “tranquilizar a opinião pública e os homens de negócios norte-americanos quanto aos caminhos a serem trilhados pelo governo”¹³¹ e reafirmou que o país era favorável aos princípios democráticos; “defendeu enfaticamente a participação do capital privado estrangeiro no desenvolvimento brasileiro; aprovou o princípio da ‘justa compensação’ nos casos de desapropriação de empresas estrangeiras no Brasil”.¹³²

No tocante à Aliança para o Progresso, manifestou-se favorável à iniciativa de Kennedy e destacou “os perigos que representaria o fracasso deste programa para os ‘povos democráticos’”,¹³³ retomando o ideário reformista do presidente

¹²⁸ O governo de Jango, nos primeiros meses, com o apoio dos setores progressistas, cancela “todas as autorizações feitas ao truste norte-americano Hanna Corporation (companhia de mineração que controlava jazidas em Minas Gerais)” e restabelece “relações diplomáticas com a URSS (rompidas no governo Dutra, em plena ‘guerra fria’).” (TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004 REIMPRESSÃO. p. 26).

¹²⁹ AYERBE, L. F. **Estados Unidos e...** p.140.

¹³⁰ DREIFUSS, R. A. *1964: A Conquista...* p.130.

¹³¹ TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart...** p.29.

¹³² TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart...** p.29.

¹³³ TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart...** p.29.

estadunidense, declarou: “Aqueles que tornarem impossível a revolução pacífica, farão inevitável a revolução violenta”.¹³⁴

As palavras de Jango nos Estados Unidos conduziram a um curto período de estabilidade política, que foi rompido com a sua postura no tocante à reforma agrária. Em discurso, o presidente afirmava que o § 16 do artigo 141 da Constituição Federal de 1946, que condicionada a desapropriação de terra à *prévia e justa indenização em dinheiro*, deveria ser alterado para se garantir a efetiva reforma agrária.¹³⁵

A reação dos setores conservadores foi imediata, e o desgaste do governo iniciava uma crescente sem precedentes.¹³⁶ O ápice do confronto político foi vivenciado no momento da busca da implementação do Plano Trienal e das Reformas de Base,¹³⁷ principalmente, quanto ao debate relativo à questão agrária.

O governo entendia que para realização desse projeto era necessário que fosse implementada, primeiramente, uma real transformação no campo, por meio da reforma agrária,¹³⁸ sob duas razões: **a)** econômica, pois havia necessidade do aumento da produção de alimentos e matéria-prima, aliados ao interesse de abertura do mercado nacional para os produtos manufaturados; **b)** social, pois havia

¹³⁴ TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart...** p.29.

¹³⁵ “[...] o que Jango tentava fazer não tinha nada de muito ousado nem radical. Ele dizia sempre que, se o número de proprietários rurais fosse elevado de 2 para 10 milhões, a propriedade seria muito melhor defendida, e simultaneamente possibilidades maiores seriam abertas a mais gente de comer mais, de se educar melhor, de viver mais dignamente. Por isso é que Jango, latifundiário, queria fazer a Reforma Agrária para defender a propriedade e assegurar a fartura, evitando o desespero popular e a convulsão social.” (RIBEIRO, Darcy. Governo Goulart caiu por suas próprias qualidades, não por seus defeitos. In: *A História Vivida II* – Estado de São Paulo, apud TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart...** p.54-55).

¹³⁶ TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart...** p.31.

¹³⁷ Moniz Bandeira aponta que as Reformas de Base “não eram reformas socialistas; eram inclusive a reforma agrária, reformas burguesas, que visavam viabilizar o capitalismo brasileiro.” (BANDEIRA, A. L. MONIZ. Desenvolvimento Econômico e Superestrutura Política. In: Cadernos de Debate 5. **Repensando o Nacionalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978, p. 22).

¹³⁸ O projeto de Reforma Agrária do Governo João Goulart foi configurado no Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964, pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio, porém não foi analisado pelo Congresso Nacional, tendo em vista o golpe militar de 1º de abril de 1964. O Decreto previa, em seu artigo 3º, que as áreas desapropriadas estavam condicionadas, entre outros fatores, ao estabelecimento e a manutenção de colônias, núcleos ou cooperativas agropecuárias e de povoamento.

previsões de que ocorreriam conflitos internos incontrolláveis, caso não fosse efetivada uma redistribuição de terras.¹³⁹

As medidas do governo,¹⁴⁰ “apesar de não ter nenhum sentido revolucionário, correspondendo, pois, de um lado, às necessidades do capitalismo industrial e, de outro lado, à estratégia da dominação social burguesa,”¹⁴¹ sofrem, novamente, forte oposição dos latifundiários, da bancada ruralista no Congresso e de setores da Igreja Católica. O principal argumento utilizado era de que a alteração constitucional iria banir o instituto da propriedade privada no Brasil e, articulada com as outras reformas, poderia gerar uma alteração na correlação de forças nacional.¹⁴²

O PSD, ao contrário da UDN, num primeiro momento, concordava em dialogar com o governo sobre o anteprojeto. No entanto, essa perspectiva foi alterada e o alinhamento com os ruralistas foi reafirmado, a partir do congresso da UDN em que foi defendida “a intervenção das Forças Armadas e dos EUA a fim de porem termo ao ‘comunismo legal’ de Goulart”.¹⁴³

A posição política implementada e intensificada pelo bloco modernizante-conservador fez crescer as pressões internas, “numa tentativa de associar o governo

¹³⁹ TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart...** p.54.

¹⁴⁰ “Na conversa que tive com Jango [após o Congresso Nacional dos Camponeses, em Belo Horizonte], observei que ele estava realmente preocupado, e fez questão de me dizer, de forma bem clara, bem contundente, que não era capaz de chegar ao socialismo; seu ideário chegava até o programa de Vargas. Ele defendia, com o seu partido, o programa de Vargas e não chegaria mais além. [...] O Jango estava interessado em aplicar o programa Aliança para o Progresso, fazer uma reforma fiscal e democratizar as relações entre camponeses e senhores de terra, melhorando, por conseguinte, de certo modo, a situação dos camponeses nas regiões onde havia mais conflitos. Por isso estava disposto a defender um programa para distribuir terras, mas de forma muito bem pensada, bem moderada, e eu estava em posição naturalmente muito mais conseqüente, mais avançada. Eu queria que, de um golpe, se limitasse a quantidade de terra que uma pessoa jurídica pudesse possuir – e isso era uma resolução do Congresso.” (JULIÃO, Francisco. Atividades Durante o Governo João Goulart. 5 de novembro a 6 de dezembro de 1977. Entrevista concedida a Apásia Carmargo. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/depoimentos/Francisco_Juliao.asp > Acesso em: 22 de outubro de 2005).

¹⁴¹ TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart...** p.55.

¹⁴² TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart...** p.55.

¹⁴³ TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart...** p.55.

a posições pró-comunistas.”¹⁴⁴ A UDN declarava, sistematicamente, estar sobressaltada “com a ‘agitação social’, a ‘desordem’ e a comunização crescente do país’ promovidas – segundo estes – por Goulart, pelo PTB e pelas ‘forças subversivas’ (CGT, UNE, FMP etc.)”.¹⁴⁵

Por outro lado, Jango não concretizava as medidas de interesses dos grupos nacionalistas e de esquerda, as quais não dependeriam de reforma constitucional e, sim, de iniciativa exclusiva do Executivo. Pode-se destacar, por exemplo, a

regulamentação da Lei de Remessa de Lucros (aprovada pelo Congresso, mas ‘engavetada’ pelo Executivo); nacionalização das concessionárias de serviços públicos, moinhos frigoríficos e indústria farmacêutica; intervenção no mercado de gêneros alimentícios; monopólio das operações de câmbio pelo Banco do Brasil; monopólio das exportações de café pelo IBC; ampliação do monopólio estatal do petróleo, etc.¹⁴⁶

A decorrência do processo político foi o isolamento e o enfraquecimento do governo de Goulart¹⁴⁷, “que não conseguia o pleno respaldo das classes trabalhadoras, nem se legitimava face ao conjunto das classes dominantes”.^{148 149}

¹⁴⁴ AYERBE, L. F. **Estados Unidos e...** p. 140.

¹⁴⁵ TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart...** p.58.

¹⁴⁶ TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart...** p.58.

¹⁴⁷ “Goulart tentou negociar; entretanto, as contradições de classe se aguçavam cada vez mais. Os empresários estrangeiros se aliaram prontamente e, através da campanha anticomunista, alimentada, como todas sabem hoje, pela CIA, conseguiram aliar ao seu lado o empresariado nacional – mesmo aqueles setores que tinham interesse na política de Goulart. E a reforma agrária, por fim, colocou os fazendeiros, os latifundiários, na linha de frente contra o governo, ao lado dos empresários estrangeiros.” (BANDEIRA, A. L. MONIZ. Desenvolvimento Econômico e Superestrutura Política. In: Cadernos de Debate 5. **Repensando o Nacionalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978, p. 23).

¹⁴⁸ TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart...** p.119.

¹⁴⁹ Quando se dizia que o Jango era um homem que estava levando o país ao comunismo, considero que era apenas um argumento para justificar-lhe o derrocamento, a caída. Em verdade, o Jango não era um homem capaz de levar ao país nem sequer ao socialismo. [...] Jango desafiou muitas forças, sem estar em condições de poder responder a esse desafio. Creio que tocou em muitos problemas que eram, naquele momento, bastante graves, com uma certa irresponsabilidade. Era muito fácil, num momento como esse, um grupo, com toda uma estratégia bem planejada, dar o chamado golpe de estado sem necessitar, inclusive, de chegar a um derramamento de sangue. Eles deviam ter estudado muito bem, conheciam bem a psicologia do Jango, a sua ambivalência, as suas debilidades, para poder orquestrar o golpe. Eu considero que a ambivalência do Jango realmente facilitou muita essa... Quer dizer, ele perdia a confiança de um setor e não adquiria do outro. Essa ambivalência, essas negativas, esse vazio que o Jango foi criando em torno dele mesmo... Então, o resultado foi esse. Creio que eu não estava errado quando fui me afastando do Jango. É que eu perdi a confiança. (JULIAO, Francisco. Atividades Durante o Governo João Goulart. 5 de novembro a 6 de dezembro de 1977. Entrevista concedida a Apásia Carmargo. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/depoimentos/Francisco_Juliao.asp> Acesso em: 22 de outubro de 2005).

As crises econômicas e o aumento das agitações populares conduziram o bloco conservador a acreditar na possibilidade, mesmo que remota, da tomada de poder pelos grupos nacionalistas e de esquerda no país. Nesse contexto, acelera-se o momento da *restauração*, ou seja, constrói-se, de forma intensa, o discurso de que a situação socioeconômica nacional não poderia permanecer “instável” e à mercê de “grupos comunistas”, sendo fundamental a unidade do bloco modernizante-conservador para concretizar uma efetiva alteração na estrutura de poder estatal.

O processo desencadeado para encontrar uma solução “pelo alto” para o país é compartilhado com o momento da *renovação*, pois o bloco modernizante-conservador incorpora em seu discurso as principais reivindicações populares e afirma que a atual composição de governo, de cunho comunista, não tinha condições de responder às necessidades emergentes. Fomenta-se, assim, uma forte atitude popular de oposição a Jango, com o eixo do discurso centrado na omissão do governo em apresentar resposta às demandas populares e de que a alteração de poder no Estado era a única solução capaz de beneficiar a população.

A tática utilizada para desconstrução do governo, sob o argumento da desordem social, da incapacidade de apresentar respostas às necessidades populares e das vinculações comunistas, já era conhecida na América Latina, pois reproduzia o receituário que legitimava nacional e, principalmente, internacionalmente a ação das forças armadas.

Nesse sentido, as condições objetivas e subjetivas estavam presentes para o golpe militar que ocorreu em 1.º de abril de 1964,¹⁵⁰ o qual se pode indicar algo que Gramsci apontou como próprio do fascismo italiano:

¹⁵⁰ Na preparação da revolução, Golbery teve uma ação importante. Já estava na reserva, e os empresários de São Paulo e do Rio criaram uma organização que se chamava IPES, da qual ele se tornou executivo. A classe empresarial começou a se envolver no problema. Alguns governadores também começaram a participar da conspiração, como Magalhães Pinto, Ademar de Barros, Lacerda, Meneghetti. O movimento cresceu muito, inclusive porque houve mobilização das mulheres e do clero. Realizou-se a célebre marcha da Igreja pela família. Não estou de acordo quando se considera essa revolução um golpe militar. Realmente foi um movimento político, militar e popular. Foi um movimento quase que espontâneo. (*Ernesto Geisel*. Org. Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. Rio de Janeiro, FGV, 1997, p. 162-163). Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/depoimentos/Ernesto_Geisel.asp> Acesso em: 22 de outubro de 2005).

O que importa política e ideologicamente é que ele pode ter, e tem realmente, a virtude de servir para criar um período de expectativa e de esperanças, notadamente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa dos pequenos burgueses urbanos e rurais, e, conseqüentemente, para manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais.”¹⁵¹

Os Estados Unidos consideram a alteração do poder um avanço contra o comunismo e a certeza da volta da estabilidade política,¹⁵² tendo em vista que os militares e as forças tradicionais que sustentaram o golpe eram antigos aliados do governo americano.¹⁵³

A revolução brasileira que acarretou a queda de Goulart marcou um sério retrocesso para os interesses soviéticos.

A revolução de abril também sobreveio como um choque para Fidel Castro e é evidente, por suas próprias declarações, que ele considerou o fato como uma grave perda para Cuba.

No Brasil, os primeiros três meses do governo do presidente Humberto Castello Branco foram bem-sucedidos em acalmar as ameaças maiores à estabilidade política. Castello Branco tem ministrado até agora uma liderança firme, responsável, executiva, e seu regime constituiu promover um início promissor para aliviar alguns dos graves problemas econômicos e sociais do Brasil. O apoio popular ao regime mantém-se relativamente alto, apesar da crescente resistência a certas medidas de reforma e estabilização e também à crescente insatisfação com os contínuos aumentos de preços e escassez de alimentos. (CIA, 1982, rolo II, doc. 0374)

¹⁵¹ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, v. 1, p.299-300.

¹⁵² No dia 02 de abril de 1964, os Estados Unidos já reconheciam a deposição de Jango e felicitavam o novo Presidente da República, o Deputado Federal, Paschoal Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara, que foi empossado às pressas, à noite, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. (GASPARI, Elio. **As Ilusões Armadas: A Ditadura Envergonhada**. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.115).

¹⁵³ “Documentos do Departamento de Estado norte-americano, recentemente revelados à opinião pública, evidenciam o grau de envolvimento dos Estados Unidos na preparação e execução do golpe de abril de 1964. Examinaremos aqui apenas o caso da chamada Operação *Brother Sam*. No dia 31 de março aprovou-se, numa reunião no departamento de Estado, um plano militar norte-americano que consistia no envio às costas brasileiras de um porta-aviões de ataque pesado (o Forrestal), destróieres de apoio, petroleiros bélicos, navios de munição e navios de mantimentos; aviões transportando armas e munição (110 toneladas), aviões de caça, aviões tanques e um posto de comando-transportado deveriam se deslocar para o Rio de Janeiro. O Objetivo de toda essa aparatosa operação era fornecer apoio logístico, material e militar aos golpistas. Contrariando os próprios prognósticos da CIA (Central de Inteligência dos Estados Unidos, criada depois da Segunda Guerra Mundial), que previa uma guerra civil prolongada, os ‘revolucionários de abril’ não precisaram disparar praticamente um só tiro para derrubar o governo de Goulart. Dessa maneira, a sigilosa Operação *Brother Sam* pôde ser cancelada, antes mesmo de se efetivar.” (COGGIOLA, O. **Governos Militares na...** p.14-15).

A tônica assumida a partir do golpe foi manter o controle social por meio da centralização do poder e da repressão. No tocante ao ordenamento jurídico pátrio, foram editadas normas estruturantes para regular setores estratégicos do país, dentre eles o cooperativismo.

2.2 A REVOLUÇÃO PASSIVA E O PAPEL DO COOPERATIVISMO

As ações que culminaram no golpe militar de 1.^o de abril de 1964, as quais demonstravam uma “tendência em direção à militarização do Estado e da política,”¹⁵⁴ foram decorrentes de um processo de “autodefesa política de uma complexa situação de interesses, criada pelo capitalismo dependente, num período de crise e de reorganização na América Latina”.¹⁵⁵

A participação militar ocorre “em virtude das potencialidades institucionais estratégicas de ação organizada e efetiva das forças armadas, num contexto onde a ordem social estabelecida enfrenta diferentes tipos de fissura”.¹⁵⁶ Tendo em vista que o comprometimento era institucional, “o *status quo* e os interesses privados dominantes, internos e externos, foram privilegiados, o que deu ao golpe de estado militar, de fato, o caráter de uma contra-revolução”,¹⁵⁷ por outras palavras, de uma ditadura sem hegemonia.¹⁵⁸

As classes dominantes no Brasil jamais desempenharam “uma efetiva função hegemônica em face das massas populares,”¹⁵⁹ optando por “delegar a

¹⁵⁴ FERNANDES, F. **Circuito Fechado...** p.105.

¹⁵⁵ FERNANDES, F. **Circuito Fechado...** p.105.

¹⁵⁶ FERNANDES, F. **Circuito Fechado...** p.105.

¹⁵⁷ FERNANDES, F. **Circuito Fechado...** p.105.

¹⁵⁸ Sobre o conceito de contra-revolução, conferir o livro *a Revolução Burguesa* de Florestan Fernandes, p.310 e seguintes.

¹⁵⁹ COUTINHO, C. N. **As Categorias de...** p. 104.

função de ‘direção’ política ao Estado – ou seja, às camadas militares e tecnoburocráticas –, ao qual coube a tarefa de ‘controlar’ e, quando necessário, de reprimir as classes subalternas”.^{160 161}

Essa constatação direciona o pensamento a um paralelo entre a situação vivida na Itália e analisada por Gramsci com a posição assumida pelas classes dominantes no Brasil, que

não queriam ‘dirigir’ ninguém, isto é, não queriam harmonizar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos. Queriam ‘dominar’, não queriam ‘dirigir’, e mais ainda: queriam que fossem dominantes seus interesses, não suas pessoas, isto é, queriam que uma força nova, independente de qualquer compromisso e condição, se tornasse o árbitro da Nação. [...] Este fato é de máxima importância para o conceito de ‘revolução passiva’: isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o ‘dirigente’ do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática.¹⁶²

Esse fenômeno é fundamental para compreender o processo instaurado pela revolução passiva no país, isto é, para observar que o Estado fez as vezes das “classes sociais em sua função de protagonistas do processo de transformação”¹⁶³ e assumiu “a tarefa de ‘dirigir’ politicamente as próprias classes economicamente dominantes”.¹⁶⁴ Retomando-se ao pensamento de Gramsci para o caso em tela, nota-se que

¹⁶⁰ COUTINHO, C. N. **As Categorias de...** p.113.

¹⁶¹ “[...] devido à natureza de classe da ditadura militar, o processo mencionado [constituição de um estado autoritário] se caracteriza mais como uma *reserva de poder*, que como uma transição efetiva para o despotismo militar. Os objetivos do processo são dois: substituir o consenso negociado pela decisão vertical e impor como norma a submissão passiva. A distância na direção de um estado autoritário ativo só é vencida em aéreas específicas, como na eliminação sistemática da oposição real ou potencial válida ou no nível sombrio do terror permanente, que se volta contra os que defrontam a ditadura militar pela força.” (FERNANDES, F. **Circuito Fechado...** p.107).

¹⁶² GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 5, p.329.

¹⁶³ COUTINHO, C. N. **As Categorias de...** p.113.

¹⁶⁴ COUTINHO, C. N. **As Categorias de...** p.113.

é um dos casos em que estes grupos têm a função de ‘domínio’, e não de ‘direção’: ditadura sem hegemonia. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre todo o grupo, não deste sobre outras forças para fortalecer o movimento, radicalizá-lo, etc., segundo o modelo ‘jacobino’.”¹⁶⁵

Os elementos que constituíram o golpe militar brasileiro, que detêm fortes traços de identidade com as ações militares praticadas nos outros países da América Latina, demonstram que o instrumento de passagem “pelo alto” é o Estado. Tal constatação aponta para um fortalecimento, no contexto de uma teoria “ampliada” do Estado, da sociedade política – os aparelhos militares e burocráticos de dominação e de coerção – em desfavor da sociedade civil¹⁶⁶ – o conjunto dos aparelhos privados¹⁶⁷ mediante os quais uma classe ou um bloco de classe luta pela hegemonia e pela direção político-moral.¹⁶⁸

A composição emergente (golpe militar) poderia conduzir à idéia de que o Brasil, utilizando-se uma expressão gramsciana, teria uma formação social de cunho “oriental” ao invés de ter se consolidado como uma formação de caráter “ocidental”.¹⁶⁹ No entanto, tendo em vista o processo que desenvolveu e concretizou a modernização conservadora,¹⁷⁰ o país constituiu os pressupostos objetivos e

¹⁶⁵ GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere...** p.330.

¹⁶⁶ O cotejo entre o conceito de sociedade civil para Hegel, Marx e Gramsci pode ser observado no livro de Norberto Bobbio, **Ensaio sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.54 e ss.

¹⁶⁷ Pode-se compreender como aparelhos privados de hegemonia “tudo aquilo que resulta de uma crescente ‘socialização da política’,” citando-se, por exemplo, os partidos de massa, os sindicatos, as associações, etc. (COUTINHO, C. N. **O Pensador Hegemônico**. Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 21 nov. 1999).

¹⁶⁸ COUTINHO, C. N. **As Categorias de...** p.116.

¹⁶⁹ A definição de formação oriental e ocidental, construída para se definir a utilização da guerra de movimento ou de posição, pode ser compreendida na seguinte passagem elaborada por Gramsci: “No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isso exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional.” (GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere...** p.262).

¹⁷⁰ Fato que conduziu a uma formação ocidental periférica e tardia, que “contém em seu interior vastas zonas ‘orientais’. Mas esse era também o caso da Itália nos anos 30, e Gramsci não hesitou em considerá-la ‘ocidental’.” (COUTINHO, C. N. **O Pensador Hegemônico...** 1999).

subjetivos para construção de uma sociedade civil autônoma capaz de criar aparelhos privados de hegemonia desvinculados do Estado.¹⁷¹

Certamente a ação militar produziu um refluxo na “ocidentalização” do Brasil, ceifando e restringindo o aparecimento dos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil. As produções legislativas materializadas, principalmente, nos Atos Institucionais foram os mecanismos centrais de desequilíbrio entre o Estado e a sociedade civil.

Esse processo tem início formal com a publicação do Ato Institucional n.º 1,¹⁷² de 09 de abril de 1964, o qual, na primeira parte, expõe à nação que os acontecimentos que culminaram com a deposição de Jango são decorrentes de um processo revolucionário e que a vitória investiu a revolução no exercício do Poder Constituinte.¹⁷³ O Comando Supremo da Revolução entendia que

os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas as seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.

¹⁷¹ COUTINHO, C. N. **As Categorias de...** p.116-122.

¹⁷² Originalmente o Ato Institucional n.º 1 não tinha número, pois seria o único. Todavia, durante todo o período da ditadura militar foram publicados 17 Atos Institucionais. (GASPARI, Elio **As Ilusões Armadas: A Ditadura Envergonhada**. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.136).

¹⁷³ A redação do Ato Institucional n.º 1 é precedido de diversas versões apresentadas por apoiadores distintos do regime instaurado. Citam-se, por exemplos: **a)** a enviada pelo empresário Antonio Gallotti, presidente da empresa canadense *Light*; **b)** a capitaneada por Golbery do Couto e Silva, denominada de Decreto Institucional; **c)** a do presidente do jornal *Estado de São Paulo*, Julio de Mesquita Filho, elaborada com o apoio do advogado Vicente Ráo, professor da USP e Ministro da Justiça no Estado Novo, denominado Ato Institucional; **d)** uma proposta de origem desconhecida, chamada de Ato Operacional Revolucionário. No entanto, a versão final foi elaborada por Francisco Campos, o *Chico Ciência*, e Carlos Medeiros Silva. (GASPARI, E. **As Ilusões Armadas...** p.122-124).

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.¹⁷⁴

O corpo do texto apresenta, nos seus distintos vetores, mecanismos explícitos de contenção de direitos políticos e de cassação de mandatos legislativos direcionados aos atores sociais que o Comando Supremo da Revolução considerasse “inimigo” do processo. A estratégia, num primeiro momento, era a de provocar o imobilismo e desestruturar, por conseguinte, as forças sociais, por meio da perseguição de seus representantes políticos.¹⁷⁵

A ordem contida no mandamento legal foi direcionada, de forma contundente e vertical, às estruturas do Estado, em nível nacional, estadual e municipal, com alcance determinado aos três Poderes, conforme se pode depreender da leitura do seguinte artigo:

Art. 7º. Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.

§ 2º Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal.

§ 3º Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

¹⁷⁴ BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>> Acesso em: 26 outubro de 2005.

¹⁷⁵ No período de 1964 a 1966, aproximadamente, 2 mil servidores públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, 386 foi o número de pessoas que tiveram seus mandatos cassados e/ou seus direitos políticos suspensos. Estima-se que 621 oficiais das Forças Armadas foram passados, “voluntária” ou compulsoriamente, para reserva, sendo 24 dos 91 generais existentes. (GASPARI, E. **As Ilusões Armadas**:... p. 130-131).

§ 4º O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que os motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

O mecanismo que permita ultrapassar as estruturas internas do Estado foi precisamente construído no artigo 8.º do Ato Institucional. O regramento permitia a abertura de inquéritos e processos, individuais ou coletivos, visando à apuração de responsabilidade pela suposta prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio, a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária.

A independência e harmonia dos Poderes, previstas no artigo 46 da Constituição Federal de 1946, foi dilacerada pela ordem do Comando Supremo da Revolução, contida no artigo 10 do Ato Institucional, que estabelecia, no interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, a possibilidade de suspensão dos direitos políticos e a cassação dos mandatos legislativos, excluída a possibilidade de análise judicial do ato.

O permissivo contido nessa regra, ensejou a publicação no dia 10 de abril de 1964, do Ato n.º 1,¹⁷⁶ que suspendia, pelo prazo de 10 anos, os direitos políticos das seguintes pessoas: 1. Luiz Carlos Prestes; 2. João Belchior Marques Goulart; 3. Jânio da Silva Quadros; 4. Miguel Arrais de Alencar; 5. Darci Ribeiro; 6. Raul Riff; 7. Waldir Pires; 8. Gen. R/1 Luiz Gonzaga de Oliveira Leite; 9. Gen. R/1 Sampson da Nóbrega Sampaio; 10. Leonel de Moura Brizola; 11. Clodsmith Riani; 12. Clodomir Moraes; 13. Hercules Correa dos Reis; 14. Dante Pelacani; 15. Oswaldo Pacheco da Silva; 16. Samuel Wainer; 17. Santos Vahlis; 18. Lincoln Cordeiro Oest; 19. Heber Maranhão; 20. José Campelo Filho; 21. Desembargador Osni Duarte Pereira; 22. Ministro José de Aguiar Dias; 23. Francisco Mangabeira; 24. Jesus Soares Pereira; 25. Hugo Regis dos Reis; 26. Jairo José Farias; 27. José Jofily; 28. Celso Furtado; 29. Marechal R/1 Osvino Ferreira Alves; 30. Josué de Castro; 31. João Pinheiro Neto; 32. Antonio Garcia Filho; 33. Djalma Maranhão; 34. Huberto Menezes

¹⁷⁶ O Comando Supremo da Revolução editou nove Atos os quais versavam sobre a suspensão de direitos políticos, cassação de mandatos legislativos e transferência para reserva de oficiais das forças armadas.

Pinheiro; 35. Ubaldino Santos; 36. Raphael Martinelli; 37. Raimundo Castelo de Souza; 38. Rubens Pinho Teixeira; 39. Felipe Ramos Rodrigues; 40. Alvaro Ventura; 41. Antonio Pereira Netto; 42. João Batista Gomes; 43. Ademar Latrilha; 44. Feliciano Honorato Wanderley; 45. Othon Canedo Lopes; 46. Paulo de Santana; 47. Luiz Hugo Guimarães; 48. Luiz Viegas da Mota Lima; 49. Severino Schnaipp; 50. Meçando Rachid; 51. Newton Oliveira; 52. Demistóclides Baptista; 53. Roberto Morena; 54. Benedicto Cerqueira; 55. Humberto Melo Bastos; 56. Hermes Caíres de Brito; 57. Aluisio Palhano Pedreira Ferreira; 58. Salvador Romano Lossaco; 59. Olympio Fernandes de Mello; 60. Waldir Gomes dos Santos; 61. Amauri Silva; 62. Almino Monteiro Alvares Afonso; 63. José Guimarães Neiva Moreira; 64. Clovis Ferro Costa; 65. Silvio Leopoldo de Macambira Braga; 66. Adahil Barreto Cavalcante; 67. Abelardo de Araujo Jurema; 68. Arthur Lima Cavalcante; 69. Francisco Julião; 70. José Lamartine Távora; 71. Murilo Costa Rego; 72. Pelopidas Silveira; 73. Barros Barreto; 74. Waldemar Alves; 75. Henrique Cordeiro Oest; 76. Fernando de Sant'Ana; 77. Helio Vitor Ramos; 78. João Doria; 79. Mario Soares Lima; 80. Ramon de Oliveira Netto; 81. Luiz Fernando Bocayuva Cunha; 82. Luiz Gonzaga de Paiva Muniz; 83. Adão Pereira Nunes; 84. Eloy Angelo Coutinho Dutra; 85. Marco Antonio; 86. Max da Costa Santos; 87. Roland Cavalcante Albuquerque Corbisier; 88. Sergio Nunes de Magalhães Junior; 89. José Aparecido de Oliveira; 90. Plínio Soares de Arruda Sampaio; 91. José Antonio Rogé Ferreira; 92. Rubens Paiva; 93. Paulo de Tarso Santos; 94. Moysés Lupion; 95. Milton Garcia Dutra; 96. Ney Ortiz Borges; 97. Paulo Mincaroni; 98. Armando Temperani Pereira; 99. Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo; 100. José Anselmo dos Santos.

A ação repressiva dos protagonistas do golpe é intensificada com o Ato Institucional n.º 2, que, na tentativa de conter os “agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada”, determina, por exemplo, que a suspensão dos direitos políticos implicava também: **a)** a perda de foro privilegiado em razão da atividade desenvolvida; **b)** a suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições sindicais; **c)** a proibição de participar de qualquer ato de natureza política; **d)** a

aplicação, quando necessário à preservação da ordem política e social, de medidas de segurança como a liberdade vigiada, proibição de freqüentar determinados lugares e o domicílio determinado.¹⁷⁷

A novidade apresentada no Ato Institucional pode ser observada na ampliação do alcance das medidas, pois as restrições estendem-se, também, aos aparelhos privados de hegemonia que se opõem ao regime estabelecido. Agora as ordens repressivas não são apenas para os indivíduos, mas, simultaneamente, para os espaços autônomos construídos pela sociedade civil.

Os partidos políticos existentes foram o alvo do Presidente Castello Branco.¹⁷⁸ As referidas agremiações, em 27 de outubro de 1965, por meio do prescrito no artigo 18 do Ato Institucional n.º 2, foram extintas e tiveram seus registros cancelados. Instituiu-se, a partir deste momento, o bipartidarismo no país, sendo a Aliança Renovadora Nacional – ARENA e o Movimento Democrático Nacional – MDB as duas expressões políticas que surgiriam posteriormente.

A nova realidade partidária autorizava o regime, conforme afirmou Geisel em entrevista, a “caracterizar quem estava com a revolução e quem era contra. Era uma forma de definir posições”.¹⁷⁹

As medidas que estavam sendo tomadas pelo governo e a compreensão de seus significados ensejaram profundos debates no Congresso Nacional. O pronunciamento do Deputado Federal Cid Moreira, do PTB do Maranhão, na última sessão em que aparecem os partidos políticos no Diário do Congresso Nacional, é sintomático em retratar a atitude da oposição em relação às regulações adotadas pelo regime, a inoperância que pairava sobre o parlamento e o futuro do Congresso:

¹⁷⁷ BRASIL. Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 27.10.1965, e da outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>> Acesso em: 26 out. 2005.

¹⁷⁸ O Presidente da República era, de igual forma, o Chefe do Governo Revolucionário e o Comandante Supremo das Forças Armadas, conforme prescrevia o Ato Institucional n.º 2.

¹⁷⁹ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org). **Ernesto Geisel**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.192.

[...] considero de maior importância ler um trecho histórico, que se aplica muito bem a esta sessão do Congresso. Discutia-se, na Alemanha de Hitler, uma lei de autorização solicitada ao Parlamento. Aqui temos essa maravilhosa página, que pode ficar muito bem de advertência a este Parlamento, neste momento histórico e grave: 'A democracia parlamentar ...' depois de concedidos poderes, '... foi, assim, enterrada na Alemanha. A não ser pela prisão dos comunistas e de alguns dos deputados social-democratas, tudo foi feito de forma completamente legal, se bem que acompanhado pelo terror. O Parlamento entregara sua autoridade constitucional a Hitler e, assim, suicidara-se, embora sobrevivesse, como uma recordação, até o fim do Terceiro Reich, servindo esporadicamente como caixa de ressonância para alguns dos estrondosos pronunciamentos de Hitler: seus membros, daí em diante, foram escolhidos pelo Partido Nazista, pois não houve mais eleições de verdade.' E isto, Sr. Presidente, é isto Srs. Congressistas que se está decidindo, neste dia histórico e grave da nação brasileira."^{180 181}

Vozes como a Antônio Carlos Magalhães, da UDN da Bahia, entretanto, mantinham posição diversa e defendiam diretamente as ações praticadas pelo governo.

Conseqüentemente, quero dizer que estamos prontos para o debate, examinando as posições nesta conjuntura, no passado e no presente, Não temos porquê não defender este Governo do Marechal Castello Branco. Porque muito nos honra o apoio que lhes damos: é uma honra para nós.¹⁸²

As formulações inflamadas em defesa do regime instaurado e da edição do Ato Institucional n.º 2, as quais evocam situações históricas de rupturas, o espírito das revoluções, bem como a coerência e a necessidade das decisões tomadas, se seguiram nas sessões subseqüentes, sendo a fala do deputado Carlos Werneck, do PDC do Rio de Janeiro, emblemática:

Sr. Presidente, há uma personagem de Machado de Assis, num dos famosos contos desse extraordinário escritor brasileiro, que, saindo de casa no dia 18 de novembro de 1889, admirou-se profundamente das modificações que ia encontrando pela cidade. Era

¹⁸⁰ Diário do Congresso Nacional, 28 de outubro de 1965, p. 754. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/pesquisadiariosanais.html>> Acessado em: 7 nov. 2005.

¹⁸¹ Sobre o debate político-institucional que vivia a Alemanha, consultar Hans Kelsen, em *Quién debe ser el defensor de la Constitución?*, e Carl Schmitt, *La Defensa de la Constitución*.

¹⁸² Diário do Congresso Nacional, 28 de outubro de 1965, p. 754. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/pesquisadiariosanais.html>> Acessado em: 7 nov. 2005.

uma certa liberdade de críticas a respeito do Imperador, era o Partido Republicano começando a dar manifestações de euforia, de grande alegria: eram, na repartição em que trabalhava, seus colegas todos comentando abertamente contra uma atuação que ele julgava ainda em vigor. Em suma, esse funcionário, que adoecera durante três dias, não sabia que a 15 de novembro se proclamara a República. E quando viu retirar da parede de sua repartição um retrato do Imperador, ele, sem saber dos acontecimentos, teve mais ou menos a seguinte expressão: 'O mundo está se acabando: daqui a pouco acabarão proclamando a República.' Na verdade, ela já estava proclamada.

Sr. Presidente, lembramos esse conto para, neste momento, parafraseando Machado de Assis, sentir que no caso brasileiro, relativamente à revolução de março de 1964, um fato semelhante se passou, inúmeros brasileiros não tomaram conhecimento de que se fez uma revolução e permaneceram, durante 19 meses, ignorando-^a E sentimos justamente que, agora, eles se sentem perplexos, achando que as instituições foram arranhadas, que a democracia foi atingida, que a marcha da legalidade foi interrompida, porque o Governo editou o Ato número 2.

[...]

A questão é que nós perdemos as perspectivas e ficamos situados dentro da conjuntura atual, achando que essas ilegalidades todas que se estão cometendo, todas elas arrancam a Constituição e todas provocam modificações profundas nas instituições vigentes. Mas algumas dessas alterações de há muito desejadas por todos nós.

Por exemplo, fala o Ato em reformulação partidária. Ora, todos nós, que militamos na política, verificamos quão defeituosa, falha, criminosa mesmo, era a existência de inúmeros partidos. Sentíamos com que dificuldade, nesta Casa, um partido votava compactamente esta ou aquela medida. Em todos havia dissensões: em todos havia divisões profundas e até alguns dissidentes que, em certos casos, ultrapassavam até o número de militantes do partido.

Diante deste fato, diante do pouco amadurecimento da maioria dos partidos políticos, fazia-se mister uma reformulação partidária.¹⁸³

A extinção dos partidos políticos expressou apenas a tônica que já se estendia e que se intensificaria aos demais aparelhos privados de hegemonia. O movimento sindical, naquelas condições, foi, também, duramente atingido, sendo que as medidas desestabilizadoras das estruturas tinham um alcance nacional e internacional.

A autonomia e a independência dos sindicatos foram os primeiros fundamentos estruturantes de um regime democrático a serem violentados pelo

¹⁸³ Diário do Congresso Nacional, Seção I, 29 de outubro de 1965, p. 9185. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/pesquisadiariosanais.html>> Acessado em: 7 nov. 2005.

Comando Supremo da Revolução sem, contudo, serem editadas novas regras. O regime utilizou-se do conteúdo normativo do artigo 528 e 555 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para efetivar as intervenções e conseqüentes cassações.¹⁸⁴

O primeiro texto legal estabelecia que, ocorrendo dissídio ou situações que perturbassem o funcionamento do sindicato, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderia nele intervir, por intermédio de delegado com atribuições para administração da associação, e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento.¹⁸⁵

Já a ordem contida no artigo 555 determinava que a pena de cassação da carta de reconhecimento seria imposta à entidade sindical que criasse obstáculos à execução da política econômica adotada pelo governo.

Ambas as redações, de conteúdo, extremamente, subjetivo, foram amplamente utilizadas pelo governo, fato que conduziu às intervenções em quatrocentos e nove sindicatos profissionais, quarenta e três federações estaduais, interestaduais e nacionais, três confederações, sendo apenas uma confederação patronal.¹⁸⁶

As limitações impostas às articulações internacionais surgiram com a publicação do Decreto n.º 62.347, de 04 de março de 1968. A referida regra prescrevia sobre a concessão de licença para filiação de entidades sindicais brasileiras, de qualquer grau, a organizações internacionais, e o funcionamento de

¹⁸⁴ PINTO, Almir Pazzianotto. Sindicatos, corporativismo e política. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ÁRAÚJO, Maria Celina. **21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, p.107.

¹⁸⁵ O Decreto-lei n.º 3, de 27 de janeiro de 1966, alterou a redação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e fixou a seguinte redação para o dispositivo: “**Art. 528.** Ocorrendo dissídio ou circunstâncias que perturbem o funcionamento de entidade sindical ou motivos relevantes de segurança nacional, o Ministro do Trabalho e Previdência Social poderá nela intervir, por intermédio de Delegado ou de Junta Interventora, com atribuições para administrá-la e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento.” BRASIL. Decreto-lei n.º 3, de 27 de janeiro de 1966. Disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias; altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 13 nov. 2005.

¹⁸⁶ PINTO, A. P. **Sindicatos, corporativismo e política...** p.108.

filiais, agências ou representações de entidades sindicais, ou organizações vinculadas ao movimento sindical, estrangeiras, em território nacional.

O regulamento visava conter, em realidade, a influência política e o apoio financeiro internacional aos sindicatos de trabalhadores organizados no país. O artigo 1º era expresso ao determinar que as entidades sindicais brasileiras, de qualquer grau, não poderiam filiar-se, firmar convênios ou manter relações com organizações internacionais. Estabelecia, de igual forma, que as entidades sindicais ou as organizações vinculadas ao movimento sindical estrangeiras não poderiam constituir agências, filiais ou representações no Brasil, sem licença prévia ou autorização concedida por decreto específico.

O ponto que o regime militar procurava efetivamente conter pode ser observado no artigo 7º do Decreto, pois expõe, de forma detalhada, as medidas de contenção político-financeiras, *verbis*:

Art. 7º. Às filiais, agências ou representações é expressamente proibido o exercício de qualquer atividade que não se vincule aos interesses profissionais e sindicais que lhes são próprios, sendo-lhes particularmente vedado:

- a)** o envolvimento em disputas políticos-partidárias nacionais ou em assuntos de política internacional;
- b)** qualquer propaganda incompatível com as instituições e os interesses do Brasil;
- c)** a cessão da sede, ou dependências da mesma, a reuniões de pessoas ou agremiações estranhas, ou sua utilização para atividades diversas das que justificaram a autorização para funcionamento;
- d)** o empréstimo e a doação de bens ou valores a qualquer pessoa física ou jurídica residente ou sediada em território nacional, sem prévia e expressa autorização do Ministério do Trabalho e Previdência Social, bem como o exercício, em geral, de qualquer atividade econômica;
- e)** a celebração de contratos de trabalho ou da prestação de serviços com servidor público federal, estadual, municipal ou autárquico da ativa, ou com membros da diretoria, conselho fiscal ou conselho de representantes de entidades sindical nacional.

O resultado das ações restritivas e opressivas do regime militar contra o movimento sindical aponta para números significativos, principalmente, para os espaços políticos com maior capacidade de mobilização e pressão. Estima-se, neste

sentido, que 67% das confederações, 42% das federações e 19% dos sindicatos sofreram intervenção, destacando-se que 70% das interferências ocorreram em sindicatos com mais de cinco mil filiados.¹⁸⁷

Considerando-se apenas as ações sobre as confederações e os sindicatos com mais de cinco mil filiados e admitindo-se que a estrutura das agremiações de trabalhadores violentadas tivesse vinte dirigentes, eliminaram-se dez mil pessoas.¹⁸⁸

A outra medida construída, paralelamente, pelo regime militar, e que atingiu o movimento sindical de maneira frontal, por meio da edição da Lei n.º 4.330, de 1º de junho de 1964, foi direcionada ao instituto jurídico da greve.

A norma estabelecia, entre outros elementos coercitivos, que a mesa apuradora dos votos que iriam deliberar sobre as questões relacionadas à greve seria presidida por membro do Ministério Público do Trabalho ou por pessoa de notória idoneidade, designada pelo Procurador-Geral do Trabalho ou Procuradores Regionais, sendo dever enviar a ata da assembléia com as deliberações ao Diretor do Departamento Nacional do Trabalho ou ao Delegado Regional do Trabalho.

Greves deflagradas por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade, sem quaisquer reivindicações que interessassem, direta ou legitimamente, segundo o entendimento do governo, à categoria profissional, seriam consideradas ilegais.

Os objetivos do regime, expressos na norma, foram plenamente atingidos. No Estado de São Paulo, por exemplo, no período anterior à lei que regulou o direito de greve, ocorreu um número substancial de paralisações: **a)** 180 em 1961; **b)** 154 em 1962; **c)** 302 em 1963. Todavia, os números foram reduzidos drasticamente para 25 em 1965, 15 em 1966, 12 em 1970 e zero em 1971.¹⁸⁹

¹⁸⁷ ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no Processo Político no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p.210.

¹⁸⁸ GASPARI, E. **As Ilusões Armadas**:... p.131.

¹⁸⁹ ERICKSON, K. P. **Sindicalismo no Processo**... p.210.

Destruído o sistema partidário nacional e imobilizado o espaço sindical, o regime militar, em 1967, no governo Costa e Silva, direciona sua atuação ao único movimento social de massa ativo: o estudantil.

A forte organização dos estudantes possibilitava uma abertura das articulações políticas, principalmente, com os intelectuais da época, como se pôde ver na construção e realização da passeata dos “Cem Mil”, no Rio de Janeiro, em 1968. Nesse contexto de crescente mobilização, as forças armadas atuaram de forma eficaz no processo de desarticulação, por meio da repressão, que teve como momento simbólico a dissolução, em outubro de 1968, do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes - UNE, em Ibiúna, interior de São Paulo, com as várias prisões realizadas.^{190 191}

Os fatos destacados acima, em especial, os direcionados às organizações partidárias, sindicais e estudantis, em realidade, demonstram “que toda estrutura jurídica reproduz o jogo de forças sociais e políticas, bem como os valores morais e culturais de uma dada organização social”,¹⁹² especialmente ao se verificar, por mais paradoxal que possa parecer, o surgimento e a consolidação, na sociedade civil, de aparelhos privados identificados diretamente com o regime estabelecido.¹⁹³

Quer dizer: se, por um lado, o governo editava normas que tinham o condão de restringir e ceifar os aparelhos que se postavam contrários ao regime, de outro, conforme se verificará adiante, fomentava a constituição de espaços de sustentação de sua ideologia na sociedade civil.

¹⁹⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura, esquerdas e sociedade no Brasil**. Disponível em: <<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=57>> Acesso em: 26 out. 2005.

¹⁹¹ Em 13 de dezembro de 1968, 2 meses após a dissolução do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE, foi decretado o Ato Institucional n.º 5, o qual expressou o pensamento e possibilitou a ação direta da *linha dura* da ditadura.

¹⁹² WOLKMER, Antonio Carlos. **Ideologia, Estado e Direito**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p.152.

¹⁹³ Deve-se, contudo, evitar-se uma leitura maniqueísta entre sociedade civil e Estado, especialmente, no sentido de que tudo que provém da sociedade civil é bom e o que tem origem na sociedade política é eivado de carga negativa, pois, por exemplo, “a partir dos anos 80, a ideologia neoliberal em ascensão apropriou-se daquela dicotomia maniqueísta para demonizar de vez tudo o que provém do Estado (mesmo que se trate agora de um Estado de direito) e para fazer a apologia acrítica de uma ‘sociedade civil’ despolitizada, ou seja, convertida num mítico ‘terceiro setor’ falsamente situado para além do Estado e do mercado.” (COUTINHO, C. N. **Gramsci e a Sociedade Civil**. Disponível em: <<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=209>> Acesso em: 26 out. 2005).

A mecânica binária (destruição e construção) demonstra que o Estado apresentava-se como “um organizador político dos setores dominantes e um desorganizador político dos dominados, organiza principalmente, os interesses daqueles extratos que servem como classe de apoio do modo capitalista de produção”.¹⁹⁴

O Direito, assim, servia e serve como “a projeção normativa que instrumentaliza os princípios ideológicos (certeza, segurança, completude) e as formas de controle de poder de um determinado grupo social”,¹⁹⁵ pois

todo Direito é particular, não realiza o verdadeiro interesse geral, mas apenas o interesse médio de uma classe minoritária; todo Direito é temporário, apenas transitoriamente constitui a expressão legítima das condições adequadas de desenvolvimento da sociedade. Todo Direito é ideológico, porque na sua reivindicação desconhece sempre seu condicionamento social e histórico.¹⁹⁶

A complexa combinação entre política, poder e direito pode ser observada, nesse contexto, no fenômeno que potencializa a constituição de espaços autônomos na sociedade civil com identidade umbilical ao regime. No caso brasileiro, destaca-se, entre outros aparelhos produzidos para ocupar o vácuo da violência, aquele ao qual foi atribuída a função de representar e centralizar todas as medidas direcionadas ao setor cooperativo, no caso, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

2.3 A REPRESENTAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVISTA

O projeto cooperativista instaurado a partir da gênese da cooperação moderna, fundação da *Rochdale Society of Equitable Pioneers*, tem por objetivo finalístico a transformação da sociedade orientada por valores capitalistas. As cooperativas, na realidade, “podem ser olhadas como um meio de transformação

¹⁹⁴ VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha. **Cooperativismo**: nova abordagem sócio-jurídica. Curitiba: Juruá, 2003, p.110.

¹⁹⁵ WOLKMER, A. C. **Ideologia, Estado e Direito**... p.151-152.

¹⁹⁶ FETSCHER, Iring. **Direito e Justiça no Marxismo Soviético**. In Karl Marx e os Marxistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970, p.231.

social, quer pela energia libertadora que incorporam, quer pela eficácia prática quotidiana revelada”.¹⁹⁷

Os elementos que integram o pensamento e o agir do movimento cooperativista apontam para a emancipação do trabalhador ante o capital, sendo o fortalecimento da cooperação a essência da estratégia adotada para superação da exploração.¹⁹⁸

Nesse contexto, os princípios¹⁹⁹ cooperativos da *autonomia* e *independência*,²⁰⁰ fixados pela Aliança Cooperativa Internacional, recebem importante destaque, uma vez que visam garantir que “as relações das cooperativas com o Estado não conduzam à sua instrumentalização” e “assegurar que a entrada de capitais de fontes externas não ponha em causa, nem a autonomia, nem o controle democrático das cooperativas pelos seus membros”.²⁰¹

Voltando-se à realidade brasileira, vê-se que o golpe de 1964 exigia que o movimento cooperativista nacional fortalecesse, internamente, os valores e princípios do sistema cooperativo para poder, externamente, enfrentar as investidas produzidas pelo Estado ditatorial.

A fusão da Aliança Brasileira de Cooperativas – ABCOP e da União Nacional das Associações de Cooperativas – UNASCO, realizada no IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, em 2 de dezembro de 1969, na cidade de Belo

¹⁹⁷ NAMORADO, Rui. **Introdução ao Direito Cooperativo**: Para uma Expressão Jurídica da Cooperatividade. Coimbra: Almedina, 2000. p.13-14.

¹⁹⁸ NAMORADO, R. **Horizonte Cooperativo**:... p.43.

¹⁹⁹ Os princípios cooperativos fixados pela Aliança Cooperativa Nacional, no Congresso de Manchester, em 1995, resguardam a fonte de Rochdale, de igual forma que os encontros de Paris em 1937 e Viena em 1966. Os princípios aprovados são: 1.º Adesão Voluntária e livre; 2.º Gestão Democrática pelos Membros; 3.º Participação Econômica dos Membros; 4.º Princípio: Autonomia e Independência; 5.º Educação, formação e informação; 6.º Intercooperação; 7.º Interesse pela Comunidade.

²⁰⁰ O princípio da autonomia e independência foi fixado pela Aliança Cooperativa Internacional com a seguinte redação: “As cooperativas são organizações autônomas [sic], de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controlo democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia das cooperativas.” Disponível em <<http://www.ica.coop/ica/pt/ptprinciples.html> dia 12.01.2005>, Acessado em 13 jan. 2005.

²⁰¹ NAMORADO, R. **Introdução ao Direito Cooperativo**:... p.190.

Horizonte, em Minas Gerais, a qual deu origem à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, apresentava-se como uma importante ação em defesa do cooperativismo nacional.²⁰²

Na ata de constituição foi estabelecido que a nova entidade representaria e defenderia o cooperativismo nacional e que os eixos de atuação estariam voltados: **a)** à legislação cooperativa; **b)** ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo; **c)** ao Regime Fiscal e Previdenciário; **d)** aos Serviços Oficiais de Cooperativismo; **e)** à Representação Nacional do Cooperativismo.

Não obstante, examinando-se a ata mencionada de forma detalhada, verifica-se que a entidade constituída apresentava sinais de que a nova ordem a ser instituída ao cooperativismo brasileiro estava estruturada nas bases historicamente vinculadas às classes dominantes, que, naquela conjuntura, expressavam seu poder por meio do Estado ditatorial.

Três momentos distintos e registrados na ata expõem, de forma contundente, o conteúdo do pensamento sustentado. O primeiro é observado no início da sessão de constituição da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, em dezembro de 1969, pois a reunião em que se deliberou pela substituição da ABCOP e da UNASCO foi convocada pelo então Ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, e realizada em seu gabinete:

Pelo presente protocolo, que será considerado válido após ratificação pelas Assembléias Gerais Extraordinárias da Aliança Brasileira de Cooperativas – ABCOP – e a União Nacional das Associações de Cooperativas – UNASCO -, representados neste ato pelos seus respectivos Presidentes, Drs. Gervário Tadaschi Inoue e Tertuliano Bofill, respectivamente, reunidos nesta Capital, *no Gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura – Professor Luiz Fernando Cirne Lima, convocados pelo mesmo, nesta data, em plena harmonia e com pontos de vistas uniformes.*²⁰³ (sem grifos no original)

²⁰² Ata de Constituição da Organização das Cooperativas Brasileiras, fl. 1, datada de 2 de dezembro de 1969.

²⁰³ Ata de Constituição da Organização das Cooperativas Brasileiras, fl. 1, datada de 2 de dezembro de 1969.

O segundo momento em que aparecem evidências de alinhamento do movimento cooperativista nacional à ideologia de centralização de poder e controle da ditadura é confirmado na definição dos eixos de atuação da nova entidade, nos seguintes termos:

Representação Nacional do Cooperativismo. – constituição de uma nova Entidade, a “Organização das Cooperativas” para substituir as existentes, destinada a representar o pensamento do Movimento Cooperativista, falar em seu nome e representá-lo perante o Governo, mantendo, todavia, independência perante ele, *mas colaborando franca e lealmente com as autoridades.*²⁰⁴ (sem grifos no original)

A terceira passagem é observada após a declaração de posse dos membros da Diretoria Provisória,²⁰⁵ que teria a responsabilidade de praticar os atos necessários à legalização da OCB, eis que a mesa diretora dos trabalhos do IV Congresso foi composta por personalidades como o General de Divisão Itiberê Gouveia do Amaral – Comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria –, o General Gentil Marcondes Filho – Comandante da ID-4 –, o Senador Flávio da Costa Britto – Presidente da Confederação Nacional da Agricultura – e por Dom Geraldo Tiganlt – Arcebispo de Diamantina –, sendo a chamada dos Estados procedida pelo Major João Gilberto e o Hino Nacional executado pela Banda da Polícia Militar de Minas Gerais.²⁰⁶

O conteúdo do documento mencionado acima, resultado de uma atuação direta do Ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, e do Secretário da

²⁰⁴ Ata de Constituição da Organização das Cooperativas Brasileiras, fl. 2, datada de 2 de dezembro de 1969.

²⁰⁵ A Diretoria Provisória foi assim composta: **Presidente** – Antônio Rodrigues Filho (SP); **1º Vice-presidente** – Tertuliano Dofill (RS); **2º Vice-presidente** – Cel. Carlos Helvídio Américo Reis – (GB); **3º Vice-presidente** – Adhemar Carvalho Gomes (SP); **4º Vice-presidente** – Virgílio Vorreia de Oliveira (PE); **5º Vice-presidente** – Francisco dos Santos Sena (BA); **6º Vice-presidente** – Roberto Bezerra de Menezes – (CE); **Secretário-geral** – Manoel Ramos (RJ); **1º Secretário** – Álvaro Augusto Loureiro Belota (BR); **2º Secretário** – Jaime Miranda (SP); **Tesoureiro-geral** – Adolfo Fregni (SP); **1º Tesoureiro** – José de Campos Pereira Filho (MG); **2º Tesoureiro** – A. Arruda Camargo (SP). **Conselho Fiscal:** **1º** Kemper Van Der Meer (PR); **2º** Epaminondas Dourado (BA); **3º** Darcy Martins Mano (RS). **Suplentes:** **1º** Virmondes Correia Borges (GO); **2º** Walmor Francke (RS); **3º** José Bulhosa (PA).

²⁰⁶ Ata de Constituição da Organização das Cooperativas Brasileiras, fl. 4, datada de 2 de dezembro de 1969.

Agricultura do Estado de São Paulo, Antonio José Rodrigues Filho, que atuaram por quase dois anos na construção da fusão das entidades,²⁰⁷ demonstra a concretização formal de uma relação que já era exercida substancialmente. A declaração de que a entidade organizada *colaboraria de forma franca e leal com as autoridades* constituídas sinaliza o rumo que parcela quantitativamente importante do movimento cooperativo assume, isto é, de afirmação do Estado ditatorial.

A OCB, que teve Antonio José Rodrigues Filho como primeiro Presidente²⁰⁸, emerge, assim, “como produto dos interesses da classe governamental, que se utiliza destes aparatos privados de hegemonia do Estado, para desarticular ou organizar determinados setores e frações de classe”.²⁰⁹

Com a restrição ou eliminação dos espaços autônomos da sociedade civil contrários ao regime militar, o governo, no caso específico do campo, transforma o cooperativismo “no único canal político efetivo de representação dos interesses das massas trabalhadoras rurais”,²¹⁰ reforçado e garantindo o poder de vigilância pela forma de representação, a qual foi atribuída à OCB.

Conforme consta na publicação comemorativa *Cooperativismo Brasileiro – Uma História*, elaborada pela OCB, “como a grande força das cooperativas estava no campo, passou a ser interessante para o Estado que o movimento [de constituição da OCB] se consolidasse e ajudasse o governo a realizar sua política econômica para o setor agrícola”.²¹¹

²⁰⁷ Organização das Cooperativas Brasileiras. *Cooperativismo Brasileiro: uma história*. Ribeirão Preto: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004, p.43.

²⁰⁸ Antonio José Rodrigues Filho foi o primeiro Presidente da OCB, encabeçando uma diretoria que em 6 meses deveria constituir a nova entidade. A Assembléia Extraordinária de 30 de junho de 1970 aprovou o Estatuto Social da OCB e deu posse à diretoria, que de provisória conquistou um mandato completo, permanecendo até 1973 no comando da nova entidade. (Organização das Cooperativas Brasileiras. *Cooperativismo Brasileiro: uma história*. Ribeirão Preto: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004, p.43).

²⁰⁹ VÉRAS NETO, F. Q. **Cooperativismo**:... p.109.

²¹⁰ SEIBEL, J. E. **Estado e instituições públicas**:... p. 109.

²¹¹ Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo Brasileiro**: uma história. Ribeirão Preto: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004, p. 43.

Em 8 de junho de 1970, após aprovação em Assembléia Extraordinária da ABCOP e da UNASCO, a OCB é finalmente registrada em Brasília, Distrito Federal, no cartório Manoel Ribas, sob o n.º 729 do livro A-5. Surge, segundo o entendimento de seus fundadores, “formalmente a entidade una, representativa e defensora dos interesses do Cooperativismo nacional. Sociedade civil e sem fins lucrativos, com neutralidade política e religiosa, nasceu com a tarefa de organizar o Cooperativismo em todo o território nacional”.²¹², ²¹³

O extrato do seu Estatuto assim dispõe:

A Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, sociedade civil sem fins econômicos nem lucrativos, de duração indeterminada com sede e foro na Capital Federal, é a sucessora por fusão, da ABCOOP e UNASCO, com a aprovação unânime do IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, é órgão representativo do sistema cooperativista ao nível nacional e tem a finalidade de representá-lo perante o Governo e outras instituições nacionais e internacionais, competindo-lhe, ainda, realizar estudos, promover e divulgar o sistema cooperativista e estimular o fortalecimento do sistema de representação do cooperativismo, entre outros objetivos. As associadas não respondem mesmo subsidiariamente, pelos compromissos contraídos pela sociedade. A OCB terá os seguintes órgãos: 1. Órgãos Superiores – Conselho de Representantes; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal. 2. Órgãos Auxiliares – Secretaria; Assessoria Técnica; Conselhos Especializados. O Conselho de Representantes é o órgão deliberativo máximo da sociedade, e será composto pelos Presidentes das associadas, na qualidade de Delegados. Compete ao Conselho de Representantes eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, alterar o presente estatuto e deliberar sobre

²¹² Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo Brasileiro: uma história**. Ribeirão Preto: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004, p. 44.

²¹³ Entidades filiadas à OCB no momento da fundação: **a)** Associação das Cooperativas Sul Riograndenses – ASCOOPER; **b)** União das Cooperativas do Estado de Pernambuco – UCEP; **c)** União das Cooperativas do Estado do Piauí – UCOPI; **d)** União das Cooperativas do Estado da Paraíba – UCOPA; **e)** União das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Norte – UCERNE; **e)** Associação das Cooperativas de Santa Catarina – ASCOOP; **f)** União das Cooperativas do Estado do Paraná – UCEPAR. **g)** União Sergipana de Cooperativas – ESECOOP; **h)** União das Cooperativas de Minas Gerais; **i)** União das Cooperativas do Estado de Goiás – UCEG; **j)** União das Cooperativas do Estado do Ceará – UCEC; **l)** União das Cooperativas do Estado de São Paulo – UCESP; **m)** Associação das Cooperativas do Estado de São Paulo – ACAPESP; **n)** União das Cooperativas do Estado da Guanabara – UCOEG; **o)** Aliança de Cooperativas do Estado de Alagoas – ALACOOP; **p)** Aliança de Cooperativas do Estado da Bahia – ACB; **q)** Aliança de Cooperativas do Estado do Ceará – ALICE; **r)** Aliança de Cooperativas do Estado do Espírito Santo; **s)** Aliança de Cooperativas do Estado do Maranhão – ALCOMAR; **t)** Aliança de Cooperativas do Estado de Pernambuco; **u)** Associação de Cooperativas do Estado de Mato Grosso; **v)** Aliança de Cooperativas do Planalto Central. (Anexo I da Ata de Constituição da OCB).

dissolução da sociedade, designando o destino dos seus bens, com a presença de, no mínimo, 2/3 dos conselheiros. A Diretoria Executiva, órgão executivo da OCB, será composta de 5 (cinco) membros eleitos pelo Conselho de Representantes, com mandato de 3 (três) anos, um, deles na qualidade de Diretor-Presidente, sendo obrigatória a renovação de 1/3 dos seus membros. Ao Diretor-Presidente compete representar a sociedade em juízo ou fora dele, podendo para tanto, designar outro Diretor através de delegações específicas. Os recursos para a manutenção dos serviços da sociedade provirão de contribuições das entidades filiadas, calculada em porcentual sobre o movimento financeiro, contribuições facultativas de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, doações ou legados, subvenções concedidas pelos poderes públicos ou contribuições que a lei estabeleça a seu favor. Brasília, 4 de junho de 1970. – Álvaro Augusto Loureiro Belota, 1º Secretário.

A centralidade, o controle e a instrumentalidade plena do cooperativismo nacional dependiam ainda de outras medidas no campo político e jurídico, as quais foram “sanadas”, formalmente, a partir de 19 de agosto de 1971, pelo Marechal Presidente Emílio Garrastazu Médici, que enviou à Câmara de Deputados a Mensagem n.º 300.

O documento referido, que estava acompanhado da Exposição de Motivos n.º 45, de 1º de abril, elaborada pelo Ministro da Agricultura, submetia à apreciação do parlamento o Projeto de Lei que definia a Política Nacional do Cooperativismo, instituía o regime jurídico das sociedades cooperativas e dava outras providências.

A iniciativa, conforme estava declarada na Exposição de Motivos, enquadrava-se nos objetivos estabelecidos pelo governo de apoio à área rural, a fim incorporá-la ao processo de desenvolvimento nacional, as quais estavam fixadas no programa “Metas e Bases para a Ação do Governo”, em que se prometia a “concessão de estímulos ao cooperativismo.”²¹⁴

O conteúdo do material produzido foi o resultado dos trabalhos realizados por um grupo de estudos “formado entre representantes do Cooperativismo e do governo,”²¹⁵ que haviam se reunido para discutir e definir uma política nacional para

²¹⁴ Exposição de Motivos n.º 45 de 1º de abril de 1971, Diário do Congresso Nacional, na Seção I, no dia 25 de agosto de 1971, p. 4275.

²¹⁵ Organização das Cooperativas Brasileiras. *Cooperativismo Brasileiro: uma história*. Ribeirão Preto: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004, p. 47.

o cooperativismo. Antonio José Rodrigues Filho é preciso ao retratar essa situação na 1ª reunião da Diretoria Provisória da OCB, que foi realizada em seu gabinete, na Secretaria de Agricultura de São Paulo, *verbis*:

Indagado sobre um anteprojeto de lei de cooperativismo que estaria sendo elaborado, o Senhor Presidente [Antonio José Rodrigues Filho] esclareceu que, de fato, recebera esta solicitação por parte do Ministro Cirne Lima. E que, a título de subsídio, havia encaminhado ao referido Ministro, um texto do Anteprojeto elaborado com base não só na análise da legislação vigente, como também em estudos realizados por associações representativas de Cooperativas e órgão oficiais, nas conclusões do 4º Congresso Brasileiro de Cooperativismo, no parecer do Dr. Walmor Franke, sobre o anteprojeto elaborado pelo Ministro do Planejamento e nas disposições constantes do protocolo firmado entre a ABCOOP e UNASCO. Esclareceu também que, mediante expressa solicitação do Senhor Ministro, havia discutido o assunto com o Dr. Walmor Franke, o qual permaneceu em São Paulo especificamente para esse fim. Ao terminar sua exposição sobre esse assunto, o Senhor Presidente acrescentou que, no encaminhamento do anteprojeto do Ministro esclareceu haver nele alguns dispositivos que não coincidiam totalmente com o ponto de vista do Dr. Walmor Franke.²¹⁶

O Projeto de Lei encaminhado, identificado sob n.º 292, foi lido na 95ª Sessão da 1ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, em 24 de agosto daquele ano, e publicado no Diário do Congresso Nacional, na Seção I, no dia 25 do corrente mês, juntamente com a Exposição de Motivos.

O Projeto de Lei n.º 292 foi convertido na Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a qual substituiu toda a legislação anterior relacionada ao cooperativismo. O texto aprovado, em cotejo com as disposições fixadas inicialmente no Projeto de Lei, apresentou sensíveis alterações, principalmente, no tocante à competência decorrente do *status* de representante do sistema cooperativista nacional atribuído à OCB e à inovação que tornou cogente a filiação das sociedades cooperativas à entidade.

A norma publicada, que, praticamente, transcreveu a ata de constituição da OCB, instituiu efetivamente o sistema nacional do cooperativismo e, dentre seus

²¹⁶ Ata da 1ª Reunião da Diretoria Provisória da Organização das Cooperativas Brasileiras, fl. 2, datada de 24 de dezembro de 1970.

comandos, estabeleceu, em seu artigo 105,²¹⁷ que a representação do cooperativismo seria exercido pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e, no artigo 107,²¹⁸ que as cooperativas para funcionarem teriam que se registrar na entidade, *verbis*:

Art. 105. A representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, sociedade civil, com sede na Capital Federal, órgão técnico-consultivo do Governo, estruturada nos termos desta Lei, sem finalidade lucrativa, competindo-lhe precipuamente:

- a) manter neutralidade política e indiscriminação racial, religiosa e social;
- b) integrar todos os ramos das atividades cooperativas;
- c) manter registro de todas as sociedades cooperativas que, para todos os efeitos, integram a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB;
- d) manter serviços de assistência geral ao sistema cooperativista, seja quanto à estrutura social, seja quanto aos métodos operacionais e orientação jurídica, mediante pareceres e recomendações, sujeitas, quando for o caso, à aprovação do Conselho Nacional de Cooperativismo – CNC;
- e) denunciar ao Conselho Nacional de Cooperativismo práticas nocivas ao desenvolvimento cooperativista;
- f) opinar nos processos que lhes sejam encaminhados pelo Conselho Nacional de Cooperativismo;
- g) dispor de setores consultivos especializados, de acordo com os ramos de cooperativismo;
- h) fixar a política da organização com base nas proposições emanadas de seus técnicos;
- i) exercer outras atividades inerentes à sua condição de órgão de representação e defesa do sistema cooperativista;

²¹⁷ A redação contida no Projeto de Lei tinha a seguinte orientação:

Art. 107. A representação do sistema cooperativista brasileiro caberá à Organização das Cooperativas Brasileiras, que será considerada órgão consultivo do Governo Federal.

Parágrafo único. Para esse efeito, a Organização das Cooperativas deverá atender aos seguintes requisitos:

- I - não ter fins econômicos nem lucrativos;
- II - manter neutralidade política e indiscriminação racial, religiosa e social;
- III – conjugar todos os principais ramos de cooperativismo;
- IV – preencher os cargos de direção mediante votação;
- V – renovar, no mínimo 2/3 (dois terços) dos cargos diretivos mediante votação;
- VI – fixar a política da entidade tendo em vista as proposições emanadas de seus órgãos técnicos;
- VII – dispor de setores consultivos especializados, de acordo com os ramos do cooperativismo;
- VIII – ter quadro social constituído de entidades, uma para cada Estado, Território e Distrito Federal, criadas com as mesmas características da entidade nacional.

²¹⁸ O conteúdo do presente artigo não encontra correspondente no Projeto de Lei n.º 292.

j) manter relações de integração com as entidades congêneres do exterior e suas cooperativas.²¹⁹

§ 1º A Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB será constituída de entidades, uma para cada Estado, Território e Distrito Federal, criadas com as mesmas características da organização nacional.

§ 2º As Assembléias Gerais do órgão central serão formadas pelos representantes credenciados das filiais, 1 (um) por entidade, admitindo-se proporcionalidade de voto.

§ 3º A proporcionalidade de voto, estabelecida no parágrafo anterior, ficará a critério da OCB, baseando-se no número de associados – pessoas físicas e as exceções previstas nesta lei – que compõem o quadro das cooperativas filiadas.

§ 4º A composição da Diretoria da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB será estabelecida em seus estatutos sociais.

§ 5º Para o exercício de cargos de Diretoria e Conselho Fiscal, as eleições se processarão por escrutínio secreto, permitida a reeleição para mais um mandato consecutivo.

[...]

Art. 107. As cooperativas são obrigadas, para seu funcionamento, a registrar-se na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores.

As duas medidas adotadas em conjunto com as prescrições contidas nos artigos 17²²⁰ e 18²²¹ da Lei n.º 5.764/71, que tratam da autorização concedida pelo

²¹⁹ Ressalta-se que a presente disposição tem conteúdo e alcance diametralmente oposto à norma expedida ao movimento sindical, por meio do Decreto nº 62.347, de 04 de março de 1968. O referido comando, conforme mencionado anteriormente, vedava, por exemplo, a vinculação do movimento sindical com entidades estrangeiras.

²²⁰ **Art. 17.** A cooperativa constituída na forma da legislação vigente apresentará ao respectivo órgão executivo federal de controle, no Distrito Federal, Estados ou Territórios, ou ao órgão local para isso credenciado, dentro de 30 (trinta) dias da data da constituição, para fins de autorização, requerimento acompanhado de 4 (quatro) vias do ato constitutivo, estatuto e lista normativa, além de outros documentos considerados necessários. Disponível em <www.planalto.gov.br>, acessado em 13.01.2005.

²²¹ **Art. 18.** Verificada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrada em seu protocolo, pelo respectivo órgão executivo federal de controle ou órgão local para isso credenciado, a existência de condições de funcionamento da cooperativa em constituição, bem como a regularidade da documentação apresentada, o órgão controlador devolverá, devidamente autenticadas, 2 (duas) vias à cooperativa acompanhadas de documento dirigido à Junta Comercial do Estado onde a entidade estiver sediada, comunicando a aprovação do ato constitutivo da requerente.

§ 1º Dentro desse prazo, o órgão controlador, quando julgar conveniente, no interesse do fortalecimento do sistema, poderá ouvir o Conselho Nacional de Cooperativismo, caso em que não se verificará a aprovação automática prevista no parágrafo seguinte.

[...]

Estado para que cooperativas possam arquivar a documentação na Junta Comercial e obtenham personalidade jurídica, possibilitaram o direcionamento das ações do movimento cooperativo e seu total controle.

A presente situação evidencia que houve uma real transposição do modelo de Estado adotado pelo regime militar à ordem legal que fixou o sistema nacional do cooperativismo, pois existia uma completa centralidade das decisões, um total controle estrutura e uma plena instrumentalidade das sociedades para se concretizar a política do governo.

A combinação normativa instituída apresenta novidades à conduta do governo em tons maquiavélicos, eis que, anteriormente, era possível, na concepção do regime, conforme o pensamento já citado de Geisel em relação aos partidos políticos, desestruturar e recompor as organizações em bases binárias e, por consequência, maniqueístas.

Agora, do contrário, foi constituído o pensamento único, tendo diversos mecanismos e técnicas que possibilitavam “moldar” e “docilizar” as sociedades cooperativas aos interesses desejados. A relação entre o bem e o mal é “resolvida”, nessa situação, antes da efetiva existência jurídica da entidade.

O projeto político que resultou no Projeto de Lei n.º 292 e, posteriormente, na publicação da Lei n.º 5.764/71,

é um divisor de águas para o movimento. A partir dela organizou-se e viabilizou-se a OCB, que então pôde promover a organização das entidades estaduais representativas, uma vez que passou a ser a representante única do Cooperativismo em âmbito nacional.

O Cooperativismo se modernizou e as cooperativas passaram a se enquadrar num modelo empresarial, permitindo sua expansão econômica e sua adequação às exigências do desenvolvimento capitalista agroindustrial adotado pelo Estado.²²²

§ 3º Se qualquer das condições citadas neste artigo não for atendida satisfatoriamente, o órgão ao qual compete conceder a autorização dará ciência ao requerente, indicando as exigências a serem cumpridas no prazo de 60 (sessenta) dias, findos os quais, se não atendidas, o pedido será automaticamente arquivado.

[...]

§ 6º Arquivados os documentos na Junta Comercial e feita a respectiva publicação, a cooperativa adquire personalidade jurídica, tornando-se apta a funcionar. Disponível em <www.planalto.gov.br>, acessado em 13.01.2005.

²²² Organização das Cooperativas Brasileiras. *Cooperativismo Brasileiro: uma história*. Ribeirão Preto: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004, p.47.

Sustentada politicamente pelo regime militar e apoiada no novo regramento legal instituído, a OCB avança no processo de enraizamento da ideologia que representa, por meio das organizações estaduais – OCEs, “as quais passaram a ser os agentes políticos e representativos que zelam e divulgam a doutrina cooperativista, defendendo os interesses do movimento em seus estados”.²²³

Estruturadas nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal, coube às OCEs “registrar, orientar e integrar cooperativas, promovendo treinamento, capacitação e, tornando possível a profissionalização e a autogestão cooperativas”.²²⁴

²²³ Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo Brasileiro**: uma história. Ribeirão Preto: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004, p.51.

²²⁴ Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo Brasileiro...** p. 51.

CAPÍTULO 3

OCB: MUTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

3.1 O PROCESSO CONSTITUINTE E O COOPERATIVISMO

Entre o transcorrer das décadas de 1970 e 1980 houve a expansão e a consolidação do projeto político atribuído legalmente à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. A entidade preparou e executou as demandas que estavam sob sua responsabilidade, estabelecendo normas e regras à estrutura nacional e às estaduais que se formavam, bem como para as sociedades cooperativas.²²⁵

As primeiras medidas a serem fixadas estavam relacionadas à adaptação dos estatutos das cooperativas às disposições da Lei n.º 5.764/71 e à ampliação de suas relações internacionais, que já eram exercidas, desde 1971, com a Organização das Cooperativas da América – OCA²²⁶ e foram ampliadas, em 1972, com a Organização dos Estados Americanos - OEA.^{227 228}

²²⁵ Organização das Cooperativas Brasileiras. *Cooperativismo Brasileiro: uma história*. Ribeirão Preto: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004, p. 55.

²²⁶ A Organização das Cooperativas da América – OCA, constituída em 1963, é responsável pela articulação no continente das atividades cooperativas. Atualmente essa entidade tem sua sede na cidade de Bogotá, Colômbia, e integra as representações de vinte países, incluindo o Brasil, por meio da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. Disponível em: <http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/cooperativismo/estrutura_cooperativismo.asp> Acessado em 15 nov. 2005.

²²⁷ Em 1972, a OEA efetuou o repasse de 3 mil dólares à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, a fim de garantir a participação no IV Seminário Interamericano de Bancos de Cooperativas. (Ata da 7.ª Reunião Ordinária da Diretoria da Organização das Cooperativas Brasileiras, fl. 1, datada de 24 mar. 1972).

²²⁸ Em 1988, Roberto Rodrigues, Presidente da OCB, requereu a filiação da entidade na Aliança Cooperativa Internacional – ACI, a qual foi aceita, em Assembléia-Geral, em 1989, na Índia. (Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo Brasileiro: uma história**. Ribeirão Preto: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004, p.56).

Paralelamente às ações de responsabilidade exclusiva da OCB, a partir da publicação da Lei n.º 5.764/71, em especial, dos artigos 95 a 102, que provocaram sensíveis alterações nas disposições do Decreto-lei n.º 59, de 21 de novembro de 1966,²²⁹ a macropolítica cooperativista ocupou oficialmente a agenda governamental com um novo prisma, sendo determinada pelo Conselho Nacional de Cooperativismo – CNC, que funcionava, agora, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA,²³⁰ *verbis*:

Art. 97. Ao Conselho Nacional de Cooperativismo compete:

- I** - editar atos normativos para a atividade cooperativista nacional;
- II** - baixar normas regulamentadoras, complementares e interpretativas, da legislação cooperativista;
- III** - organizar e manter atualizado o cadastro geral das cooperativas nacionais;
- IV** - decidir, em última instância, os recursos originários de decisões do respectivo órgão executivo federal;
- V** - apreciar os anteprojetos que objetivam a revisão da legislação cooperativista;
- VI** - estabelecer condições para o exercício de quaisquer cargos eletivos de administração ou fiscalização de cooperativas;
- VII** - definir as condições de funcionamento do empreendimento cooperativo, a que se refere o artigo 18;
- VIII** - votar o seu próprio regimento;
- IX** - autorizar, onde houver condições, a criação de Conselhos Regionais de Cooperativismo, definindo-lhes as atribuições;
- X** - decidir sobre a aplicação do Fundo Nacional de Cooperativismo, nos termos do artigo 102 desta Lei;
- XI** - estabelecer em ato normativo ou de caso a caso, conforme julgar necessário, o limite a ser observado nas operações com não associados a que se referem os artigos 85 e 86.

Parágrafo único. As atribuições do Conselho Nacional de Cooperativismo não se estendem às cooperativas de habitação, às de crédito e às seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas, no que forem regidas por legislação própria.

O Conselho, sob a presidência do Ministro da Agricultura, era composto pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, o Ministério da Fazenda, por

²²⁹ O Decreto-lei n.º 59, de 21 de novembro de 1966, foi revogado com a publicação da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

²³⁰ O Conselho Nacional de Cooperativismo, por meio da Lei n.º 7.231, de 23 de outubro de 1984, passou a funcionar junto ao Ministério da Agricultura e, mediante a edição do Decreto n.º 90.393, de 30 de outubro de 1984, foi criada a Secretaria Nacional de Cooperativismo – SENACOOOP, no Ministério da Agricultura, que substituiu o INCRA nas funções de controle do Cooperativismo.

intermédio do Banco Central, o Ministério do Interior, por intermédio do Banco Nacional de Habitação, o Ministério da Agricultura, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, e, por fim, pela Organização das Cooperativas Brasileiras.

A OCB, entretanto, no presente espaço político, além da ampla competência estabelecida no artigo 105 da Lei n.º 5.764/71, exercia forte influência e tinha a capacidade de ingerência diferenciada na condução da macropolítica nacional, pois detinha três assentos no Conselho Nacional de Cooperativismo. Quer dizer: a OCB, na prática, estava imbuída de maior força política individual do que os Ministérios relacionados para compor o CNC.²³¹

As Resoluções editadas pelo CNC versaram sobre variados temas relacionados, principalmente, à interpretação dos artigos da Lei n.º 5.764/71, voltando-se, em reiterados momentos, direta ou indiretamente, à reafirmação de que o sistema cooperativo era capitaneado pela OCB.

Um dos principais mecanismos utilizados para expressar a representatividade e forçar, por conseqüência, o controle é verificado nas Resoluções que exigiam, a fim de se efetivar algum encaminhamento burocrático, uma declaração fornecida pela OCB, de que a cooperativa estava registrada no seu quadro associativo.

Os efeitos dessa política construída pela classe dominante no período ditatorial conduziram ao atrofamento do movimento cooperativista brasileiro e à total falta de diálogo entre as normas vigentes e a realidade social vivida. Os dispositivos da Lei n.º 5.764/71 e as Resoluções do Conselho Nacional de Cooperativismo não atendiam às necessidades das novas formas de organização social no meio

²³¹ A estrutura do Conselho Nacional de Cooperativismo – CNC, estabelecida anteriormente no artigo 9º do Decreto-lei nº 59, de 21 de novembro de 1966, era composta por um Presidente, oriundo do Instituto de Desenvolvimento Agrário, e 6 membros, indicados, respectivamente, pelo Gabinete do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, o Banco Central, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o Banco Nacional de Habitação, o Instituto de Desenvolvimento Agrário e pelo órgão superior do movimento cooperativista nacional, devidamente reconhecido pelo governo.

cooperativista (camponeses, garimpeiros, seringueiros, artesões, quilombolas, ribeirinhos etc.)²³² e direcionavam-se contra o processo democrático que se instaurou no Brasil a partir da década de 1980.²³³

Os anos em que se avançava em direção à abertura política nacional foram tomados pelo movimento a favor da Constituinte,²³⁴ proliferando, nesse período,

organismos de democracia direta, sujeitos políticos coletivos de novo tipo (comissões de empresa, associações de moradores, comunidades religiosas de base, etc.); ganharam também autonomia e representatividade, na medida em que se desligaram praticamente da tutela do Estado, antigos organismos de massa, como alguns dos principais sindicatos do país, ou poderosos aparelhos privados de hegemonia, como a OAB, a CNBB, a ABI, etc.; finalmente, assistimos à irrupção de importantes movimentos setoriais contra opressões específicas (em particular o movimento feminista), ou em defesa da ecologia e

²³² As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) constaram e apontaram, de forma unânime, que o conteúdo da Lei nº 5.764/71 é insuficiente e inadequado para atender as necessidades das cooperativas populares urbanas e rurais, principalmente, porque o texto normativo destina-se, prioritariamente, às sociedades agrícolas, estruturadas em uma visão empresarial e agro-exportadora da política ocidental da década de 60, que resultou na obstrução do cooperativismo agrícola popular e da reforma agrária. (GEDIEL, J. A. P. Cooperativas Populares: A Legislação como Obstáculo. In: MELLO, S. L. de (org.). **Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais**. São Paulo: PW, 2005. p.54.)

²³³ Os agricultores de assentamentos de reforma agrária encontram resistência nas Juntas Comerciais para conseguirem arquivar os atos constitutivos das cooperativas criadas, sob argumentos diversos. Cita-se o caso que ocorreu, no ano de 2004, na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em que o arquivamento foi impedido, pois a denominação social da entidade não poderia conter a expressão “reforma agrária” ou que as profissões dos cooperados não se compatibilizam com o seguimento cooperativista.

²³⁴ O Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, neste contexto, fomentava um importante movimento nacional voltado à realização da Constituinte, materializado, entre outras ações, por meio dos Congressos Nacionais de Advogados Pró-constituinte, que contaram com a presença de nomes representativos dos mais variados seguimentos sociais como, por exemplo, José Lamartine Corrêa de Oliveira, Maurício Corrêa, Márcio Thomaz Bastos, Herbert José de Souza, Dom Mauro Morelli, Dalmo de Abreu Dallari, Fábio Konder Comparato, Eros Roberto Grau, Francisco de Oliveira, Paulo Bonavides, Evandro Lins e Silva, Galeano Lacerda, Tarso Fernando Genro, Ailton Krenak e Álvaro Tukano.

A amplitude da iniciativa pode ser observada nos objetivos do seu regimento interno, que pautava: **a)** a concretização, através de propostas em matéria de legislação eleitoral e partidária, e de deliberação sobre as características desejáveis da futura Assembléia Constituinte, da posição já assumida pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB em defesa de uma Constituinte com poderes originários, exclusivos e soberanos, e composição popular; **b)** a sugestão de linhas de pensamento básicas desejáveis para uma futura Constituição democrática para o Brasil, de modo a que tais linhas representem um convite ao debate a ser promovido em todo o Brasil, junto a todas as camadas populares, por intermédio das Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (CONGRESSO NACIONAL DE ADVOGADOS PRÓ-CONSTITUINTE, II, 1985, Brasília. **Anais do II Congresso Nacional de Advogados Pró-constituinte**. Brasília: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, 1986, p.25).

da qualidade da vida, cujas reivindicações – de caráter fundamentalmente democrático – são hoje parte integrante da luta pela renovação política e cultural de nosso país. O fortalecimento da sociedade civil abre assim a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política no sentido de uma democracia organizada de massas, que desloque cada vez mais ‘para baixo’ o eixo das grandes decisões hoje tomadas exclusivamente ‘pelo alto’.²³⁵

Não obstante a mobilização e a nova configuração social insurgente, o processo Constituinte e seu resultado que seria, posteriormente, expresso na Constituição Federal não iriam propor uma reestruturação nos fundamentos do país que pudesse, mesmo que à distância, expressar uma concepção socialista, pois a correlação de força políticas apresentava-se desfavorável à concretização de um projeto de vida com o presente conceito.²³⁶

A disputa que estava sendo realizada não era entre socialismo e capitalismo, mas sobre “o caráter aberto ou mais fechado do regime capitalista brasileiro”.²³⁷ Um modelo com uma configuração mais aberta, significava:

um capitalismo mais preocupado em distribuir renda; em assegurar níveis de vida mais elevado aos setores sociais de menores rendas; em garantir espaço de reivindicação e negociação às massas trabalhadoras; em possibilitar um grau maior de participação e controle dos cidadãos sobre a autoridade e funcionários do Estado.²³⁸

Por outro lado, um modelo econômico fundamentado e direcionado para uma aplicação de característica mais fechada representava a manutenção de um regime que havia predominado até aquele momento e que se “caracterizava pela extrema concentração da riqueza e da renda; pela abismal diferença de nível de vida entre os grupos de maiores e de menores rendas”.²³⁹

A condução do debate em torno de qual modelo capitalista a Constituição Federal iria acolher no seu texto final era conduzido, direta ou indiretamente, nessa

²³⁵ COUTINHO, C. N. **A Democracia como...** p.429-430.

²³⁶ SAMPAIO, Plínio de Arruda. Reforma Agrária e Constituinte. **Constituição & Constituinte**. Brasília: Editora da Universidade Federal de Brasília, 1987. p.69.

²³⁷ SAMPAIO, P. de A. **Reforma Agrária...** p.69.

²³⁸ SAMPAIO, P. de A. **Reforma Agrária...** p.69.

²³⁹ SAMPAIO, P. de A. **Reforma Agrária...** 1987. p.69.

conjuntura, pela elite conservadora que sempre impulsionou os processos de transformação nacional “pelo alto”.

A situação vivenciada expressava que o trauma político materializado em 1964, que estava em debate, não havia passado pelos procedimentos de assepsia necessários. O conteúdo político do regime militar sofreu um processo de mutação, sob o comando das forças armadas e dos empresários, e se reapresentou fortalecido. Nesse sentido, o texto constitucional a ser aprovado não pretendia provocar nenhuma transformação substancial na sociedade brasileira. Na realidade,

a ‘Nova República’ acomodar-se-ia perfeitamente ao quadro constitucional vigente, no qual os seus líderes não podem apontar, honestamente, nenhum obstáculo à sua movimentação política. O mesmo se diga, com maioria de razão, dos setores empresariais e dos proprietários agrícolas.

Tudo parece indicar que a idéia de se elaborar uma nova Constituição representou, da parte dos homens no governo, um grave erro político, não inteiramente corrigido com a rápida auto-atribuição, pelo Congresso, dos poderes constituintes. Pois, apesar das notórias deficiências da representação popular no Congresso, que é o órgão encarregado de votar a nova Carta, a tendência manifesta do eleitorado vai no sentido das mudanças substanciais e não da conservação do atual estado de coisas.^{240 241}

A célere investidura, ao parlamento, do poder constituinte foi iniciada com a Mensagem²⁴², de 28 de junho de 1985, enviada pelo Presidente da

²⁴⁰ COMPARATO, Fábio Konder. **Muda Brasil: Uma Constituição para o Desenvolvimento Democrático**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.11-12.

²⁴¹ O pronunciamento do Senador Aloysio Chaves, do PDS do Pará, corrobora com a afirmação elaborada pelo jurista Fábio Konder Comparato, principalmente, no tocante à resistência à elaboração de uma nova Constituição, *verbis*: “A promulgação da Emenda Constitucional nº 26, que convoca a Assembléia Nacional Constituinte, foi precedida de árduo e apaixonante debate ao longo da atual Sessão Legislativa. Para alguns a Constituinte é desnecessária. Mais do que isso, é um risco a que se não deve expor a Nação, porque o Poder Constituinte tem ação ilimitada quanto ao direito positivo interno, e só encontra barreira nos princípios fundamentais do Direito e da Justiça, que constituem o apanágio dos povos civilizados. Para os arautos do imobilismo, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte só se justifica após os grandes acontecimentos que modificam a estrutura do Estado, a fim de organizá-lo de acordo com os novos tempos. Proclamam a inexistência de um processo traumático para realçar a transição pacífica e ordenada. Negam a inexistência de uma rotura da ordem jurídica e ressaltam o funcionamento pleno de todos os poderes para exprobar a solução que se inclinou pela Constituinte ampla e soberana, surdos e indiferentes aos anseios da Nação que deseja novas e grandes mudanças em todos os setores da sociedade brasileira para adequá-la às exigências do nosso tempo.” (Publicada no Diário do Congresso Nacional, de 28 nov. 1985, p.2505.)

²⁴² Ver Decreto nº 91.451, de 19 jul. 1985.

República, José Sarney, ao Congresso Nacional para que convocasse uma Assembléia Nacional Constituinte.²⁴³

O ato resultou na Emenda Constitucional n.º 26, de 27 de novembro de 1985,²⁴⁴ que convocou os membros da Câmara de Deputados e do Senado Federal para se reunirem, unicameralmente, em Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, a partir de 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

A norma fixou, também, que estava sob a responsabilidade do Presidente do Supremo Tribunal Federal instalar a Assembléia, dirigindo a sessão de eleição de seu Presidente, e que o texto sistematizado da Constituição seria promulgado depois da sua aprovação, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos Membros da Assembléia Nacional Constituinte.

A dupla função atribuída ao Congresso no tocante à Constituinte expressou, conforme já havia previsto Maurício Corrêa, no II Congresso Nacional de Advogados Pró-constituinte, em 15 de outubro de 1985, um “outro golpe contra a manifesta ansiedade de uma nação castigada pelo infortúnio político, com uma Constituinte que necessariamente repetirá o mesmo enredo que traçaram as do passado, sem a legítima consulta à verdadeira origem do Poder que nasce no seio do povo”.²⁴⁵

Sob a regência do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, no dia 2 de fevereiro de 1987, o deputado Ulysses Guimarães foi eleito presidente

²⁴³ Por meio do Decreto n.º 91.450, de 18 de julho de 1985, o Presidente José Sarney constituiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. A Comissão, que se auto-regulamentou, foi presidida pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco, designado pelo Presidente da República, e tinha a função de desenvolver pesquisas e estudos fundamentais ao interesse da Nação Brasileira, para futura colaboração aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. O resultado das atividades da Comissão dos “notáveis”, como ficou conhecida, pois era integrada por 51 membros escolhidos, ultrapassou os marcos das atribuições inicialmente estabelecidas e apresentou um anteprojeto de Constituição. O Texto foi recebido por Sarney, em 18 de setembro de 1986, e enviado para o Ministério da Justiça, onde provavelmente foi arquivado sem ser encaminhado à futura Constituinte. (BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História Constitucional do Brasil**. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, [s.d.]. p.457-458.)

²⁴⁴ Publicada no Diário do Congresso Nacional, de 28 nov. 1985, p.2505.

²⁴⁵ CORRÊA, Maurício. In: CONGRESSO NACIONAL DE ADVOGADOS PRÓ-CONSTITUINTE, II, 1985, Brasília. **Anais do II Congresso Nacional de Advogados Pró-constituinte**. Brasília: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, 1986. p.33.

da Assembléia Nacional Constituinte. Os primeiros atos da Constituinte estavam direcionados à elaboração e aprovação do Regimento que iria guiar os trabalhos da Casa, o qual foi promulgado em 24 de março de 1987, sob a relatoria do então Senador Fernando Henrique Cardoso.²⁴⁶

As atividades das vinte e quatro subcomissões, das oito comissões temáticas e da comissão de sistematização, presidida pelo Senador Afonso Arinos e relatada pelo Deputado Bernardo Cabral, buscavam compatibilizar os diversos, divergentes e peculiares²⁴⁷ interesses opostos pelos parlamentares com as emendas populares apresentadas, destacando-se os abaixo-assinados com 1 milhão de assinaturas em favor da reforma agrária e o de 500 mil relacionado com a estabilidade do emprego.²⁴⁸

Os trabalhos da Constituinte, que já haviam deslocado o poder de decisão do povo e reduzido sua possibilidade de participação na estrutura em vigor, estavam prestes a sofrer um novo revés com a articulação parlamentar insatisfeita com o labor da Comissão de Sistematização. A presente composição suprapartidária de caráter conservador, denominada “Centrão”, buscava a reforma do Regimento da Constituinte para exercer um maior controle sobre as atividades e encaminhamentos desenvolvidos. O objetivo foi conquistado em 3 de dezembro de 1987, por meio do substitutivo do deputado Roberto Cardoso Alves, com 290 votos a favor e 16 contra.²⁴⁹

²⁴⁶ BONAVIDES, P.; ANDRADE, P. de. **História Constitucional...** p. 458-459.

²⁴⁷ Citam-se como modelo de decisões peculiares algumas das proposições do substitutivo do Relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, constantes do artigo 3º e determinadas como direitos e liberdades individuais invioláveis: **a)** a vida intra-uterina, inseparável do corpo que a concebeu ou a recebeu, é responsabilidade da mulher, comporta expectativa de direitos e será protegida por lei; **b)** o homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações, inclusive os de natureza doméstica e familiar, com a única exceção dos relativos à gestação, ao parto e ao aleitamento; **c)** a lei não limitará o número de dissoluções da sociedade conjugal. De igual forma, observa-se a emenda aditiva de Maguito Vilela, do PMDB de Goiás, que propunha a padronização das cores dos veículos oficiais pertencentes aos órgãos da administração pública, sendo que uma Lei Complementar e a Ordinária iriam estabelecer a cor.

²⁴⁸ BONAVIDES, P.; ANDRADE, P. de. **História Constitucional...** p. 462-466.

²⁴⁹ BONAVIDES, P.; ANDRADE, P. de. **História Constitucional...** p. 464-465.

O fantasma da unidade do bloco conservador, que poderia se estender às demais votações do processo Constituinte, não se concretizou, tendo em vista fragmentação dos interesses parlamentares, por exemplo, nacionalista *versus* “entreguistas”,²⁵⁰ e as pressões exercidas pelos mais diferentes setores da sociedade civil. Desta forma, prevaleceram as posições que sistematizaram e estruturaram a Carta Política com um recorte liberal e progressista, na esteira de um Estado social, em cotejo com as disposições da Constituição de 1967.²⁵¹

Nesse contexto histórico é que emerge a questão do cooperativismo no debate da Constituinte. Os anteprojeto, os projeto e as emendas da Assembléia Nacional Constituinte relacionados ao tema versavam, prioritariamente, sobre: **a)** o apoio e o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo; **b)** a educação cooperativista nas instituições de ensino de todos os graus; **c)** o ato cooperativo e o regime tributário incidente; **d)** a liberdade de constituição das sociedades cooperativas e seu livre funcionamento.

Dentre os conteúdos enfrentados, o ponto relacionado à liberdade de criação das cooperativas e à proibição da interferência estatal em seu funcionamento era o que recebia especial atenção da OCB, pois atendia a deliberação do X Congresso Brasileiro de Cooperativismo – CBC que reivindicava libertar o movimento da tutela do Estado.²⁵²

Assumir a condução do debate e efetivar a medida proposta denotava uma atitude de desvincular as entidades das “mãos visíveis” do Estado, dilacerando-se com a “correia de transmissão” política constituída no período ditatorial entre o Governo, a OCB e as cooperativas.

²⁵⁰ As disputas relacionadas aos setores estratégicos da economia e quais encaminhamentos seriam tomados foram intensas no período da Constituinte, pois o capital estrangeiro ocupava, à época, 100% de controle na indústria farmacêutica, 99,8% na produção de automóveis, 77,9% na eletrônica, 63,8% na de metais e afins, 61,2% na distribuição de petróleo, 59,4% na de máquinas e equipamentos. O controle das multinacionais incluía também o alumínio, o ferro, o manganês, o ouro, o chumbo, o estanho, o níquel, o amianto e o nióbio. (SADER, E. **Um Brasil para...** p. 82.)

²⁵¹ BONAVIDES, P.; ANDRADE, P. de. **História Constitucional...** p.465-466.

²⁵² Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo Brasileiro: uma história.** Ribeirão Preto: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004, p.61.

A materialização da remodelação estrutural, por parte da OCB, verticalizando-se a análise, expressaria, em verdade, uma readequação do projeto político instaurado na década de 1960, excluindo-se da engrenagem a representação estatal que estava sendo suplantada naquele momento histórico com a abertura política e a nova Constituição.

O caminho delineado refletia a posição adotada pelos setores empresariais, a qual se incluía a OCB, que buscavam ajustar

as fórmulas legais atuais a novos conteúdos, com base em critérios de racionalidade formal e com especial ênfase aos princípios de autonomia da vontade, da liberdade contratual, da responsabilidade civil e/ou criminal individual, da segurança das expectativas e da certeza jurídica. O que tais setores desejavam – e ainda desejam – era – e é - pôr as instituições vigentes a serviço de novos conteúdos capazes de administrar o ‘tempo histórico’ das mudanças sociais, identificando espaços ainda não devidamente explorados nos códigos de direito privado e nas leis de direito público em vigor, porém respeitando a ‘operacionalidade’ do ordenamento jurídico vigente.

Preservar a ‘operacionalidade’ do ordenamento jurídico significa não só manter a concepção liberal-burguesa de direito e Estado, mas, igualmente, assegurar a disjunção entre o poder que estabelece as leis, isto é, as premissas do jogo econômico e político, e o poder que as executa. Garantindo-se assim o equilíbrio entre os poderes, seria possível aspirar ao enquadramento legal da competência e da responsabilidade das instituições governamentais, razão pela qual os esforços pela preservação de padrões mínimos de racionalidade formal visavam a calculabilidade das expectativas, a segurança do direito e a certeza jurídica.²⁵³

O circuito planejado e executado no regime militar, entretanto, continuaria fechado, pois a representação e a obrigatoriedade de filiação das cooperativas permaneceriam sob a égide da OCB, conforme o estabelecido nos artigos 105 e 107 de Lei n.º 5.764/71. A transformação a ser realizada permitia a concretização de um duplo movimento: **a)** externo – de autonomia plena da OCB perante o Estado; **b)** interno – de submissão total das cooperativas somente à OCB.

O meio utilizado para levar a efeito o presente objetivo no Congresso Nacional foi a Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRENGCOOP), criada em 1984, e que contava, inicialmente, com 45 candidatos, entre deputados e senadores,

²⁵³ FARIA, José Eduardo. **O Brasil Pós-Constituinte**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p.61-62.

eleitos com apoio da OCB e das organizações estaduais. No transcorrer dos trabalhos da Constituinte os números aumentaram significativamente e chegaram a 217 parlamentares das mais variadas siglas partidárias.²⁵⁴

Os textos sugeridos sobre a questão apresentavam variações de redações, mas todas estavam direcionadas, fundamentalmente, à realização da orientação política retirada no Congresso Brasileiro de Cooperativismo, ou seja, desligar-se da tutela estatal. Algumas emendas apresentavam, ainda, uma sugestão de formação de um órgão de representação legal de arrecadação de contribuições. A iniciativa surge, por outros mecanismos normativos, dez anos depois com o Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP.

Nesse sentido, a emenda aditiva de Oswaldo Lima Filho, do PMDB, de Pernambuco, ao anteprojeto do relator da subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, a qual teve parecer pela rejeição, assim dispunha:

A lei disporá sobre o regime das sociedades cooperativas, assegurando a sua liberdade de constituição, atuação em todos os ramos da atividade econômica, livre administração, acesso aos incentivos fiscais e a formação do seu órgão de representação legal, que terá a função delegada de arrecadar contribuição para custeio dos seus serviços.

A emenda modificativa de Nelton Friedrich, do PMDB, do Paraná, ao anteprojeto do relator da subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, da Comissão da Ordem Econômica, a qual teve parecer pela rejeição, prescrevia o seguinte:

A lei disporá sobre o regime das sociedades cooperativas, assegurando-lhes liberdade de constituição, atuação em todos os ramos da atividade humana, livre administração, autocontrole, acesso aos incentivos fiscais e formação de seu órgão de representação legal, que terá função delegada de arrecadar contribuição para o custeio de seus serviços.

A emenda substitutiva de Roberto Rollemberg, do PMDB, de São Paulo, ao Primeiro Substitutivo do Relator, a qual teve parecer pela rejeição, propunha:

²⁵⁴ Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo Brasileiro**: uma história. Ribeirão Preto: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004. p.62.

O Poder Público fomentará o cooperativismo e a lei, assegurará a liberdade da Constituição das cooperativas, sua atuação em todos os ramos da atividade humana. Livre administração, autocontrole, acesso aos incentivos fiscais e constituição de seu órgão de representação legal.

A emenda substitutiva de Felipe Mendes, do PDS, do Piauí, ao anteprojeto do relator da subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, da Comissão da Ordem Econômica, a qual teve parecer pela rejeição, estabelecia:

O Poder Público reconhece a função social das sociedades cooperativas, assegurando-lhes liberdade de constituição e gestão, atuação em todos os ramos da atividade econômica e acesso aos incentivos fiscais e creditícios atribuídos às empresas privadas.

A emenda supressiva de Anna Maria Rattes, do PMDB, do Rio de Janeiro, ao anteprojeto do relator da subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, da Comissão da Ordem Econômica, a qual teve parecer pela rejeição, dispunha:

É reconhecida a função social de atividade cooperativa, como iniciativa empresarial sem fins lucrativos. A Lei disporá sobre o regime jurídico e estimulará a constituição de sociedades cooperativas, assegurando-lhes liberdade de constituição, atuação em todos os ramos da atividade econômica, livre administração e autocontrole.

A emenda substitutiva de Paulo Macarini, do PMDB, de Santa Catarina, ao anteprojeto do relator da subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, da Comissão da Ordem Econômica, a qual teve parecer pela rejeição, pregava:

Fomento e apoio às atividades das cooperativas, ao ensino do cooperativismo, à liberdade de constituição, atuação em todos os ramos da atividade humana, livre administração, autocontrole, acesso aos incentivos fiscais e à formação de órgão de representação legal, com função delegada de arrecadar contribuições para o custeio de seus serviços.

A emenda aditiva de Antônio Britto, do PMDB, do Rio Grande do Sul, ao anteprojeto da Comissão da Ordem Econômica, a qual teve parecer pela rejeição, propunha:

O sistema cooperativo é organizado com base na gestão democrática e a ausência de fins lucrativos. A lei garantirá às sociedades cooperativas a liberdade de constituição e de registro, atuação em todos os ramos, livre administração, autocontrole, acesso a incentivos fiscais e formação de seu órgão de representação legal. Os Estados legislarão supletivamente em matéria de direito cooperativo.

A emenda aditiva de Rospide Netto, do PMDB, do Rio Grande do Sul, ao projeto de Constituição, da Comissão de Sistematização, a qual teve parecer pela rejeição, *verbis*:

A lei disporá sobre o regime das sociedades cooperativas, assegurando-lhes liberdade de constituição, atuação em todos os ramos da atividade humana, livre administração, autocontrole, acesso aos incentivos fiscais e formação de seu órgão de representação legal, que terá a função delegada de arrecadar contribuição para o custeio de seus serviços.

A emenda Popular, ao projeto de Constituição, da Comissão de Sistematização, a qual teve parecer pela aprovação parcial nos termos do substitutivo,²⁵⁵ sugeria:

O Poder Público fomentará e apoiará o cooperativismo e a lei assegurará a liberdade de constituição das cooperativas, sua atuação em todos os ramos da atividade humana, livre administração, autocontrole, acesso aos incentivos fiscais e constituição de seu órgão de representação legal.

Os debates e as articulações estabelecidos no Congresso Nacional sobre o tema resultaram na aprovação da questão relacionada à liberdade de constituição das sociedades cooperativas e à proibição da intervenção do Estado em seu funcionamento.

O texto foi introduzido na Constituição Federal, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, especificamente, no artigo 5º, inciso XVIII, nos seguintes termos:

XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

²⁵⁵ O Parecer sobre a proposta apresentada, o qual foi pela aprovação parcial nos termos do substitutivo, sugeriu que não cabia “uma intervenção direta do Poder Público, sim o apoio e o estímulo legal ao cooperativismo e outras formas de associativismo, com incentivos diversos.” Disponível em < <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/basesHist/asp/consultaDetalhamento.asp>> Acessado em 1.º dez. 2005.

Não obstante a materialização, na Constituição, da autonomia perante o Estado, outros dispositivos constitucionais também trataram e garantiram direitos relacionados às liberdades fundamentais. Nesse sentido, o conteúdo do inciso XX, do mesmo artigo 5.^o, provocaria uma lacuna no projeto político da OCB, pois estabelecia diretamente, em sentido amplo, que ninguém poderia ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

O diálogo estabelecido entre os incisos constitucionais provocou, em interpretação sistemática, sem dúvida, as maiores alterações no sistema cooperativista, desde a publicação da Lei n.^o 5.764/71, pois rompeu com a centralidade de poder que havia sido instituída, quer estatal, quer da OCB, e desestruturou com um dos principais fundamentos do projeto político idealizado no regime militar.

Os efeitos das disposições constitucionais, como se verá posteriormente, não estavam em sintonia com as pretensões da OCB, pois, mesmo que a entidade tivesse o objetivo de desvincular-se da tutela do Estado, certo era que o posto de representante do cooperativismo nacional e, por conseqüência, dentro do arcabouço legal construído, de ente que atraía compulsoriamente todas as cooperativas a sua estrutura, deveria ser preservado.

O movimento da OCB de sair da tutela proporcionada pelo Estado ditatorial, de quase 17 anos, e que permitiu estruturar a entidade nacionalmente sofreu um revés juntamente com o regime que a idealizou e estava sendo suplantado naquele momento, tendo em vista a ruptura do controle e o estabelecimento da liberdade de organização e associação das sociedades coletivas, determinado pela nova Constituição Federal.

3.2 A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL, A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E A LEI N.º 5.764/71

A Constituição Federal de 1988 fez emergir expressamente, ao assegurar o direito à livre constituição e associação, nos incisos XVIII e XX do artigo 5º, a contrariedade existente entre a redação da Lei n.º 5.764/71 e as lutas travadas pelos atores sociais contrários ao intervencionismo Estatal exercido e *legalmente* permitido no cooperativismo, bem como ao controle exercido no sistema pela OCB.

O novo texto constitucional, inscrito entre os direitos fundamentais regentes da sociedade e do Estado brasileiro, refundou a estrutura de poder constante no ordenamento jurídico e, no que se refere à liberdade de organização e associação para constituição e representação das sociedades cooperativas, pode ser entendido nas seguintes dimensões: **a)** como o direito de livre criação dessas sociedades e de livre estabelecimento das normas de organização, funcionamento e representação interna; **b)** como direito à livre associação das sociedades cooperativas entre si, para deliberarem sobre a criação de pessoa jurídica que as congregue e as represente na defesa de seus interesses comuns ou, em sentido oposto, o direito de se desvincular espontaneamente da pessoa jurídica a que estavam associadas, e **c)** em sua vertente negativa, pode ser compreendido como o direito a não se associar, ou de não tomar parte de qualquer entidade representativa, como têm ressaltado a doutrina e as Cortes Constitucionais de outros países²⁵⁶.

²⁵⁶ “La STC 5/1996, de 16 de enero, puntualiza que el art. 22.1 CE reconoce el derecho de asociación en su más amplia dimensión, es decir, proyectado tanto sobre las asociaciones en sentido escrito como sobre las sociedades, si bien en cuanto expresión de un valor fundamental de libertad tiene una dimensión y alcance “que sobrepasa su mera consideración imprivatista”. En este sentido advierte que: “El art. 22.1 CE reconoce el derecho de asociación sin referencia material alguna, de modo que este derecho se proyecta sobre la totalidad del fenómeno asociativo en sus muchas manifestaciones y modalidades (SSTC 67/1985, 23/1987 y 56/1995). Ahora bien, este reconocimiento genérico se complementa con otras determinaciones, expresivas de una viva voluntad histórica de reacción frente a un pasado inmediato de represión de las libertades públicas. Así, el art. 22 CE, lejos de ser una disposición de mero reconocimiento, es también la expresión de un estatuto mínimo y ordenado a la garantía de la existencia de determinadas asociaciones sin necesidad de la previa intermediación del legislador. [...]”. En definitiva: “[...] el derecho de asociación, en tanto que derecho fundamental de libertad, tiene una dimensión y un alcance mucho más amplio, que sobrepasa su mera consideración iusprivatista”. Y, de para cerrar la exposición, de la doctrina del Tribunal Constitucional hasta aquí e de maiofectuada, baste apuntar que la STC 145/1996 reconoce expresamente la titularidad del derecho de asociación en su vertiente negativa (derecho a no formar parte de una determinada asociación) a una sociedad anónima.” (JIMÉNEZ, Guillermo J. **Libertades y Derechos de las Sociedades Mercantiles Susceptibles de Amparo Constitucional**. In: Persona e Derecho: Revista de Fundamentación de las Instituciones Jurídicas y de Derechos Humanos. Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 2001. p. 320.)

Essas dimensões constitucionais do direito à livre associação se relacionam e determinam o sentido e alcance jurídicos dos princípios que regem o cooperativismo, especialmente do princípio da autonomia e da independência, e incidem sobre dispositivos da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Fica evidenciado, assim, que a aplicação do mandamento constitucional (direito fundamental à liberdade de organização e associação) “não implica, para nenhum efeito, dependência de autorização de qualquer tipo ou de qualquer intervenção administrativa”²⁵⁷, na sociedade cooperativa.

No dizer de Vergílio Frederico Perius, o cooperativismo nacional alinhou-se com o cooperativismo dos países desenvolvidos, eis que ficou decretado o fim da tutela estatal sobre as cooperativas.²⁵⁸ O legislador e o executor da lei devem agir, com efeito, em estrita observância aos mandamentos constantes dos incisos referidos, sob pena de incorrerem em inconstitucionalidade, afrontando o próprio Estado Democrático de Direito.

Para se analisar a coerência entre princípios e regras jurídicas que regulam a vida das sociedades cooperativas e os direitos fundamentais, é necessário destacar, novamente, que eles foram constituídos e enunciados em conjunturas e a partir de concepções políticas e teóricas distintas e até mesmo opostas, cabendo aos *operadores do direito* não só levar em consideração essas diferenças, mas, principalmente, buscar a harmonização dessas expressões normativas de diversos níveis com a Constituição da República.

O processo de harmonização normativa, visando afirmar a mais ampla eficácia ao texto constitucional, não é simples nem pacífico e exige o manejo de inúmeros mecanismos, entre outros, a proibição de elaboração de normas contrárias à Constituição; a adoção de variados procedimentos hermenêuticos; e o controle judicial da constitucionalidade das leis.

²⁵⁷ MIRANDA, Jorge, **Manual de Direito Constitucional – tomo IV – Direitos Fundamentais**. Coimbra: Coimbra Editora, 2000. p.476.

²⁵⁸ PERIUS, Vergílio Frederico. **Cooperativismo e Lei**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001. p.28-29.

É, justamente, nessa perspectiva e com essas cautelas e finalidades que cabe analisar a constitucionalidade do sistema legal de representação “externa” e de registro das cooperativas previstos, respectivamente, nos artigos 105 e 107 da Lei n.º 5.764/71:

Art. 105 A representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, sociedade civil, com sede na Capital Federal, órgão técnico-consultivo do governo, estruturada nos termos desta lei, sem finalidade lucrativa, competindo-lhe principalmente:²⁵⁹

Art. 107 As cooperativas são obrigadas, para seu funcionamento, a registrar-se na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores.

O texto da Lei n.º 5.764/71, como se vê, opõe-se, frontalmente, aos incisos XVIII e XX do mencionado artigo 5º da Constituição Federal, os quais determinam, peremptoriamente:

XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

XX – Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

A Constituição Federal de 1988, sendo fruto de uma ruptura com o regime militar instaurado no Brasil, em 1964, e que perdurou até 1985, alterou os termos da relação entre Estado e sociedade civil. O Estado passou, a partir daí, a ser pautado por valores e princípios ausentes no período anterior (momento histórico em que foi publicada a Lei n.º 5.674/71) cujo fim último é o respeito e a realização dos direitos fundamentais, entre eles o direito à livre associação.

A restauração do Estado de Direito se dá com novos contornos delineando-se no texto constitucional o Estado Democrático de Direito, no interior do qual a liberdade ganha conteúdos específicos para afirmar-se como liberdade não só econômica, mas política e social, não só individual, mas coletiva, aí compreendidas as formações que os cidadãos instituem na vida em coletividade. Ou como explicita Canotilho:

²⁵⁹ BRASIL. Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 15 maio 2004.

O Estado de direito democrático-constitucional tornou-se, como vimos, um paradigma de organização e legitimação de uma *ordem política*. A 'decisão' plasmada na constituição de se estruturar um esquema fundador e organizatório da comunidade política segundo os cânones do Estado de direito democrático significa, pelo menos, rejeição de tipos de estado estruturalmente totalitários, autoritários ou autocráticos.²⁶⁰

Nota-se, desta forma, num primeiro momento, que a ordem constitucional dos direitos fundamentais está necessariamente vinculada à compreensão constitucional do Estado Democrático de Direito. Os direitos fundamentais têm, constitucionalmente, uma função democrática; e, por outro lado, o Estado Democrático de Direito pressupõe e garante os direitos fundamentais. O elo entre ambos pode ser sintetizado no seguinte: **a)** exercício democrático do poder funcionalmente assegurado pelo reconhecimento de direitos, liberdades e garantias de participação política dos cidadãos e de outros direitos com um alcance eminentemente político como, por exemplo, direito de associação; **b)** reconhecimento e garantia de uma relação de direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, isto é, direitos individuais ou coletivos das classes ou estratos sociais socialmente predominantes, que por isso assume uma posição de legitimação democrática do poder.²⁶¹

Em um segundo momento, como ensina Canotilho, a ordem constitucional dos direitos fundamentais está funcionalmente vinculada à constituição econômica e ao princípio da democracia econômica e social que a informa. Logo, a realização da democracia econômica, social e cultural pressupõe a efetivação dos direitos e liberdades fundamentais, em especial, dos direitos fundamentais dos trabalhadores e de suas organizações.

Cumprir lembrar, nesse sentido, que o parágrafo único do artigo 170 assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos

²⁶⁰ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Estado de Direito**. Lisboa: Gradiva.

²⁶¹ CANOTILHO, J. J. G; MOREIRA, V. **Fundamentos da Constituição**. Coimbra: Coimbra Editora, 1991. p.99.

em lei. E, mais adiante, no artigo 173, os contornos da intervenção estatal e a exploração direta pelo Estado de atividade econômica estão gizados pelo imperativo de segurança nacional ou relevante interesse coletivo, para, finalmente, dispor, no parágrafo 2º do artigo 174, que: *“A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”*.

Nesse ambiente político-constitucional, que conjuga valores, princípios e normas, a instituição e o funcionamento das sociedades cooperativas continuam a ser regulados pela Lei n.º 5.764/71, mas esta norma não pode, em hipótese alguma, conter dispositivos que venham ferir ou restringir os direitos fundamentais afirmados. Assim, a Lei n.º 5.764/71 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, nos pontos em que é mantida a harmonia com o sistema constitucional vigente.

Adotando-se essa posição hermenêutica coerente com o programa e a estrutura constitucional vigentes, os artigos 17, 18, 105 e 107, da Lei n.º 5.764/71, foram, sob o ângulo material, revogados tacitamente, em virtude da superveniência da Constituição Federal, pois os artigos revelam o caráter intervencionista e controlador estatal na atividade privada, preconizada em um modelo de Estado claramente refutado, desde 1988, pela sociedade brasileira.²⁶²

Como se observa, compõem esse conjunto de dispositivos revogados todos aqueles que sustentavam a existência de um sistema de intervenção e de controle do Estado, de forma direta ou delegada, sobre a atividade privada das cooperativas.

O núcleo desse sistema residia no Conselho Nacional de Cooperativismo, já extinto, que contava com várias entidades ou órgãos auxiliares, entre eles, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, conforme se depreende da leitura

²⁶² Brasil. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. PROCESSO - REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - DISCIPLINA - PERSISTÊNCIA NO CENÁRIO NORMATIVO. As normas processuais insertas no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, relativas a ações e recursos situados na respectiva competência, foram recepcionadas pela Constituição de 1988, no que com esta harmônicas [sic]. Inexistindo o instituto da inconstitucionalidade formal superveniente, o conflito entre normas processuais, sob o ângulo material, resolve-se mediante a consideração da revogação tácita. Agravo regimental nos Embargos de Divergência dos Embargos Declaratórios do Recurso Extraordinário nº 212455 – Distrito Federal. Arioaldo Salau Pinheiro e União Federal. Relator: Ministro Marco Aurélio. Julgado em 14 de novembro de 2002. In: Diário da Justiça de 11 mar. 2003, v.02106-04, p.70.

do *caput* do artigo 105, que, ao indicar a natureza jurídica dessa organização como de “*sociedade civil*”, a qualifica como: “*órgão técnico-consultivo do Governo*”. Mais adiante, nas alíneas “d”, “e” e “f” do referido artigo 105, também evidenciam o caráter instrumental da OCB, em relação a esse sistema estatal de controle nucleado em torno do Conselho Nacional de Cooperativismo.

Extinto o Conselho Nacional de Cooperativismo e evidenciada que a natureza jurídica da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB é privada, pois é uma sociedade civil²⁶³, torna-se inconciliável o pensamento que busca garantir a representação do Sistema Cooperativista Brasileiro sob o manto da desta, haja vista a contrariedade direta com os termos da Constituição Federal de 1988.

A Justiça Federal do Rio Grande do Sul, ao apreciar demanda de idêntico teor, ou seja, versando sobre a obrigatoriedade de filiação de uma cooperativa à Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, firmou o seguinte entendimento em caráter liminar:

De fato, a exigência em pauta cerceia o direito constitucional de livre associação, uma vez que o art. 5º, XX da CF/88 diz que ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado. Ademais, também a Constituição garante, pretendendo incentivar a criação de cooperativas, que estas não dependem de autorização do Poder Público para serem criadas. Ora, se não dependem sequer de autorização do Poder Público, por que dependeriam de autorização de pessoas jurídicas de direito privado, como os sindicatos? E em que pese a lei estadual não mencionar o vocábulo ‘autorização’, a exigência de pré-registro no Sindicato Funciona como verdadeira autorização para funcionarem as cooperativas, na medida em que sem tal medida não conseguem efetivar o registro na Junta Comercial, e em conseqüência, no CNPJ, inviabilizando inteiramente as atividades da Cooperativa, o que denota a presença do *periculum in mora*.²⁶⁴

²⁶³ Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. *Estatuto Social*. Capítulo I, Da Denominação, Prazo, Sede, Foro, Conceituação e Objetivos, **Art. 1º** - A Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, *sociedade civil, de natureza privada*, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e foro na Capital Federal, tendo o seu exercício social coincidente com o ano civil, é o órgão máximo de representação, controle, registro e cadastramento do Sistema Cooperativo Brasileiro, nos termos da legislação vigente.” Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>> Acesso em: 13 de maio de 2004.

²⁶⁴ Brasil. Justiça Federal. Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Circunscrição Judiciária de Porto Alegre. Mandado de Segurança n.º 2003.71.00.0017767-7. Adair Machado Brabosa e outros e Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul - OCERGS. Juíza Federal Verbena Duarte B. de Carvalho. 2003.

O Ministério Público Federal também manifestou posição quanto ao tema da liberdade de associação, em pleito diverso, que foi confirmado por decisão de mérito:

Note-se que não se olvida dos benefícios que a associação entre entes com comunhão de interesses pode trazer para a coletividade, já que é possível que um sindicato de cooperativas possa obter maior sucesso no pleito de maiores incentivos estatais do que uma única cooperativa, por exemplo. Todavia, tal objetivo não pode servir como justificativa para uma obrigatoriedade de associação da cooperativa a ser criada pelos impetrantes junto a OCERGS, pelo que também sob este aspecto pode ser tido como ilegal o ato da autoridade impetrada.²⁶⁵

Nesse contexto constitucional, a representação do sistema cooperativista só poderá ser compreendida a partir da autonomia privada, que se encontra na base da formação e instituição das sociedades cooperativas, determinando seu funcionamento, sua responsabilidade e a responsabilidade de seus sócios, bem como a decisão de associar-se, ou não, a qualquer entidade representativa, nacional, regional ou estadual, inclusive àquelas que compõem a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

Observa-se, de outra parte, num primeiro momento, que a representação do sistema cooperativista não deve se confundir com o direito do Estado de arquivar os atos constitutivos e societários das cooperativas, para lhes conferir personalidade jurídica, bem como com o seu poder de fiscalizá-las.

O Estado tem poder e legitimidade para requerer e centralizar o arquivamento dos atos constitutivos e societários das cooperativas e de fiscalizá-las. No entanto, tal atribuição é exclusiva do Estado, sendo que, se praticado, deve ser executado por organismo governamental, porém, em hipótese alguma, pelos sistemas de representação das cooperativas.

Compreendendo-se que para a constituição de uma pessoa jurídica, no caso, uma cooperativa, é necessário o arquivamento dos atos constitutivos e

²⁶⁵ Brasil. Justiça Federal. Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Circunscrição Judiciária de Porto Alegre. Mandado de Segurança n.º 2003.71.00.006267-9. Ademar de Oliveira e Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul - OCERGS. Procurador da República Marcelo Veiga Beckhausen.

societários, inimaginável que o reconhecimento da personalidade jurídica tenha que ocorrer com o “toque divino” de uma entidade privada, em especial, da Organização das Cooperativas Brasileiras.

Incompatível com a estrutura constitucional vigente, o conteúdo do parecer produzido pela Assessoria Jurídica da Organização das Cooperativas Brasileiras, que, em sentido diametralmente oposto ao apresentado no parágrafo anterior, dispõe:

Após a realização das formalidades relativamente à constituição, os atos originários da criação da sociedade cooperativa são levados ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado. Ainda com relação à parte constitutiva, reservou o legislador a obrigatoriedade de que fossem tais atos levados a registro [sic], junto a Organização das Cooperativas Brasileiras. A aquisição da personalidade jurídica da cooperativa, efetiva-se, portanto, após o cumprimento desses requisitos básicos.

A disciplina legal sobre a questão do registro, está contemplada no artigo 107, da lei de regência do cooperativismo, que assim dispõe, *in verbis*:

[...]

Cumpridas todas as etapas conforme as considerações acima, a sociedade estará plenamente legalizada podendo, daí por diante, exercer os seus objetivos sociais cooperativistas. Qualquer desvio de conduta relativamente ao cumprimento dos ditames da lei de regência, ensejará a descaracterização da sociedade como cooperativa, enquadrando-a no rol de sociedade irregular.²⁶⁶

As entidades representativas do sistema, que têm caráter privado, podem manter, se for do interesse, a centralização dos seus próprios registros de filiados, mas nunca exercer, por delegação, a tarefa do Estado. Cabe lembrar que o exercício de *poder de polícia administrativa*²⁶⁷ é exclusivo do Estado, sendo vedada a delegação a pessoa jurídica de direito privado.

²⁶⁶ Organização das Cooperativas Brasileiras. Assessoria Jurídica. *Parecer nº 008/2000 – CONJUR*. Brasília: 2000. Disponível em: <www.ocemg.org.br/port/juridico/parecer008.doc> Acesso em: 15 maio de 2004.

²⁶⁷ “[...] pode-se definir a polícia administrativa como a atividade da Administração Pública, expressa em atos normativos ou concretos, de condicionar; com fundamento em sua supremacia geral e na forma da lei, a liberdade e a propriedade dos indivíduos, mediante ação ora fiscalizadora, ora preventiva, ora repressiva, impondo coercitivamente aos particulares um dever de abstenção ‘*non facere*’ a fim de conformar-lhes os comportamentos aos interesses sociais consagrados no sistema normativo.” (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p.675).

Num segundo momento, nota-se que inexistia espaço constitucional para uma interpretação que busque vincular a idéia de que o registro da sociedade cooperativa possa ser uma forma de autorização.

Como exaustivamente mencionado, a arquitetura política e jurídica do Estado Democrático de Direito repousada sobre a Constituição Federal, aceita como produto da sociedade, impede expressamente que a criação de cooperativa esteja condicionada a algum tipo de autorização seja estatal ou privada. Neste sentido, o registro deve ser compreendido apenas como a ação de depósito dos atos constitutivos e societários da cooperativa no órgão estatal competente. Cumprida a formalidade, necessariamente, deve ser reconhecida a personalidade jurídica da sociedade cooperativa.

O direito estatal de poder exigir o arquivamento dos atos constitutivos e societários das sociedades cooperativas, a fim de, entre outros, perfectibilizar as ações que buscam a constituição de uma pessoa jurídica, e a faculdade do exercício do poder de polícia administrativa excluem a pretensão da OCB de efetuar o registro das cooperativas e de fiscalizá-las, bem como demonstra claramente a revogação do artigo 107 da Lei n.º 5.764/71. Apesar disso, a conveniência de uma ordem constitucional de ampla liberdade iria ser trabalhada pela OCB de modo a aprofundar o domínio político e social já estabelecido, por meio de técnicas jurídicas de elaboração, interpretação e integração legislativa.

3.3 A METAMORFOSE DO ESTADO E A REESTRUTURAÇÃO DA OCB

A configuração política de um Estado de bem-estar social, apontada na Constituição Federal de 1988, representou um breve hiato para o Brasil, entre o período que demarcou o fim do regime militar e o momento que concretizou o início dos fundamentos econômicos neoliberais.

Essa concepção expressa na Constituição Federal foi inspirada na idéia de instituir-se, por meio da intervenção jurídica estatal, o modelo de Estado do bem-

estar social para o Brasil, tal qual havia sido constituído nas democracias ocidentais dos países do capitalismo central, após a Segunda Guerra Mundial, em oposição, à época, ao espectro sócio, político e econômico organizado pelos regimes socialistas, liderados pela União Soviética.²⁶⁸

Esse modelo de Estado de bem-estar, que tem um caráter conformador e impositivo aos programas de governo, tomou forma no artigo 1.º, que declara que o país constitui-se em Estado Democrático de Direito e afirma seus fundamentos na soberania, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e no pluralismo político. No artigo 3.º, a Constituição afirma quais são os objetivos fundamentais da República brasileira, e no artigo 170 manifesta e declara que a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por fim assegurar a todos a existência digna.²⁶⁹

Entretanto, o modelo político que pregava uma intervenção estatal na economia e a sua assunção na efetivação de políticas públicas, a fim de impedir a substituição do capitalismo - seja pelo processo de transição para o socialismo, seja pela transposição do capitalismo e do socialismo —²⁷⁰ é reestruturado, e o pêndulo que oscilava para o público direciona-se para o setor privado.²⁷¹

O refluxo dessa concepção social do Estado é iniciado com o discurso neoliberal projetado em um momento de transformação radical do modo de produção capitalista, desencadeado, sobretudo, pela revolução tecnológica e pela desestruturação do chamado socialismo real.²⁷² A equação que sintetiza o momento histórico do desenvolvimento capitalista é expressa pela combinação: transformação e fortalecimento.

²⁶⁸ GROTTI, Dinora Adelaide M. **O Serviço Público e a Constituição Brasileira de 1988**. São Paulo: Malheiros Editores, 2003. p. 63.

²⁶⁹ GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1997. p.35-36.

²⁷⁰ GRAU, E. R. **A Ordem Econômica...** p. 28.

²⁷¹ GROTTI, D. A. M. **O Serviço Público...** p. 66.

²⁷² GRAU, E. R. **O Direito Posto e o Direito Pressuposto**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998. p.90.

O conteúdo do discurso neoliberal, que visava e visa à desestruturação do Estado de bem-estar, é calcado no binômio *arcaico* e *moderno*, ao invés de *esquerda* e *direita*, a fim “de evidenciar diferenças entre idéias e homens; nesse quadro, imediatamente associam a atuação estatal *na* e *sobre* a economia ao *arcaico*, indicando como expressão do *moderno* os ideais da livre empresa e da livre concorrência”.²⁷³

Não obstante essa construção ideológica inserida no discurso neoliberal, em verdade, o que ocorre é um redirecionamento da ação estatal *na* e *sobre* a economia e uma alteração na forma de regulação jurídica.

Tal afirmação decorre da observação da conduta das grandes potências econômicas, pois suas ações evidenciam que: primeiro, ser moderno não significa “mercado livre”, isto é, sem regulação, ao contrário, conforme demonstram a economia japonesa e a política econômica de subsídios estadunidense e europeu, expressa, no mínimo, ter consciência de que o mercado necessita de legislação e de uma intensa e racional intervenção, reservado a garantir sua existência e preservação; segundo, “os postulados da racionalidade dos comportamentos individuais, do ajuste espontâneo das preferências e da harmonia natural dos interesses particulares e do interesse geral são insuficientes;”²⁷⁴ terceiro, “os fenômenos de dominação desnaturam o mercado.”²⁷⁵

A inter-relação desses pontos é observada, nos dias de hoje, na exigência de que o Estado atue fortemente em defesa do mercado, pois, conforme afirmaram Laymert Garcia e Francisco de Oliveira, “o neoliberalismo considera que o Estado não deve governar para a sociedade. Nunca é demais repetir: trata-se de governar

²⁷³ GRAU, E. R. **O Direito Posto...** p. 92.

²⁷⁴ GRAU, E. R. **O Direito Posto...** p. 92.

²⁷⁵ GRAU, E. R. **O Direito Posto...** p. 92.

para o mercado, e não por causa dele, o que implica regular a sociedade para que ela se curve aos interesses econômicos”.^{276 277}

Nessas condições, mercado livre expressa um “modelo ideal” que jamais existiu. A união entre mercado capitalista e Estado é intensa, uma vez que o “Estado moderno”, ao fim e a ao cabo, é produzido pelo capitalismo. Tal circunstância evidencia “por que o capitalismo é essencialmente jurídico, na medida em que não prescinde de uma ordem jurídica estatal, voltada, como vimos, à superação das crises e à preservação dos mercados.”²⁷⁸

A desregulamentação da economia inserida no discurso neoliberal não está relacionada com o afastamento do Estado do papel de interventor da economia, mas com “uma mudança nas técnicas de regulação, de modo a elevar a eficácia reguladora da atuação estatal sobre o domínio econômico.”²⁷⁹

A fábula sobre a morte do Estado, nesse sentido, não reflete o real, pois, como apontou Milton Santos, o que se verifica é o seu fortalecimento em outras bases, para responder aos interesses do mercado globalizado em desfavor da população.²⁸⁰ ou seja, “só existe uma verdade universal no capitalismo contemporâneo: o mercado.”²⁸¹

²⁷⁶ SANTOS, Laymert Garcia dos; OLIVEIRA, Francisco de. Tem Limite? **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 set. 2005. Folha Opinião.

²⁷⁷ A materialização do ensinamento teórico expresso por Laymert Garcia e Francisco de Oliveira de que o Estado deve legislar para atender, exclusivamente, aos interesses mercado e nunca contra ou a favor da sociedade pode ser observada, de forma exemplificativa, em três situações distintas: primeiro, quando o Estado fixa duras medidas legislativas para garantir a eficácia da Lei de Patentes, coibindo a comercialização de produtos *piratas*; segundo, quando o Estado tenta coibir, por meio do direito legislado, a comercialização de produtos geneticamente modificados e suas ações apresentam-se completamente ineficazes; terceiro, quando o Estado legisla para atender aos efeitos da política normativa direcionada meramente ao interesses do mercado e determina, como ocorreu nos Estados Unidos, em 15 de dezembro de 2005, a construção de um muro de mais de mil e cem quilômetros na fronteira com o México, que passa pelos Estados do Texas, Califórnia, Novo México e Arizona, para impedir a entrada de imigrantes.

²⁷⁸ GRAU, E. R. **O Direito Posto...** p. 92.

²⁷⁹ GRAU, E. R. **O Direito Posto...** p. 97.

²⁸⁰ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.19.

²⁸¹ SANTOS, L. G. dos; OLIVEIRA, F. de. Tem Limite? **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 set. 2005. Folha Opinião.

A desregulamentação como forma de regulação, que impulsionou o pêndulo do público para o privado, encontra ressonância, também, no papel do Estado como agente no campo da atividade econômica. Nesse sentido, como a figura do Estado social vinculada à imagem de um amplo prestador de serviço público representa um "olhar pelo retrovisor" para o neoliberalismo, a desregulamentação funciona na linha de que o Estado desenvolva somente as atividades que o setor privado não deseja executar

seja porque não tem condições de exercer ou não deseja exercê-las, seja porque as exercerá de modo contrário ao interesse geral. No primeiro caso, atividades econômicas que exijam vultosos aportes de capital e de tecnologia; no segundo, atividades que não sejam suficientemente rentáveis; no terceiro, atividades definidas tipicamente como serviço público. Que se atribuam ao setor privado, pois, as atividades que a este interessa explorar, rentavelmente; as demais, que delas se incumba o Estado.²⁸²

É iniciado, assim, um forte processo de privatização e *publicização*²⁸³ das empresas e serviços estatais, inclusive nas aéreas consideradas estratégicas para manutenção da soberania nacional, como, por exemplo, nos setores de comunicação, saneamento, transporte, energia, educação e previdência,²⁸⁴ aliada a um processo de destruição do movimento sindical, apontado como responsável pela

²⁸² GRAU, E. R. **O Direito Posto...** p. 98.

²⁸³ Publicização é entendida, no Plano Diretor de Reforma do Estado, do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como a "descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolve o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica." (CARDOSO, Fernando Henrique. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforme do Estado, 1995, p. 17-18). O presente autor diverge do conceito estabelecido no Plano Diretor de Reforma do Estado, do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e considera que publicização é uma forma de privatização dos serviços públicos, pois a execução das atividades é deslocada para o comando da iniciativa privada e o objetivo fim estabelecido é a obtenção de lucro.

²⁸⁴ A adoção dessas medidas de privatização e publicização foram estabelecidas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, sob a afirmação de que era necessário garantir-se a capacidade de governo do Estado – governança – mediante uma "transição programada de um tipo de administração pública burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento da cidadania." (CARDOSO, Fernando Henrique. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforme do Estado, 1995, p. 19).

corrosão da acumulação capitalista em decorrência das pautas salariais e pela pressão “parasitária” exercida sobre o Estado para que aportasse mais recursos em gastos sociais.²⁸⁵

A solução proposta e realizada pelos teóricos do neoliberalismo é aparentemente paradoxal, pois, se, de um lado, o Estado deve ser forte para desestruturar as agremiações sindicais e para administrar os gastos públicos,²⁸⁶ de outro, deve ser anêmico para aplicar com o bem-estar e para intervir economicamente contra o mercado.²⁸⁷

Vê-se, nesse sentido, o caso exemplar da Inglaterra que foi a pioneira na aplicação das diretivas neoliberais e de maneira mais ortodoxa. A atuação contra o movimento sindical foi intensa com a edição de uma nova legislação anti-sindical e a aplicação da linha dura contra os atos de greve.

A ação do governo Thatcher em desfavor da paralisação dos mineiros de carvão, em 1984, que durou um ano, foi o momento simbólico que representou a gênese da derrocada dos trabalhadores, em nível mundial, frente a política neoliberal.

A partir desse momento, o retrocesso do movimento sindical foi intenso em todos os países que adotaram as medidas de ajustes da nova ordem econômica estabelecida. No Brasil, o paralelo ocorreu na greve dos petroleiros, em 1996, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nessa conjuntura histórica, o resultado da alteração do capitalismo, expresso na equação transformação e fortalecimento, que conduziu à metamorfose do Estado, é apresentado metaforicamente por Francisco de Oliveira na figura do

²⁸⁵ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org). **Pós-neoliberalismo**. 1ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p.10-11.

²⁸⁶ O número de servidores públicos estatutários ativos do Poder Executivo da União foi reduzido de 713 mil em 1989 para 580 mil em 1995, fato que indica uma diminuição da participação do Estado na execução de atividades produtivas e de serviços, bem como reflete uma perda real e substancial de pressão do movimento sindical do setor público. (CARDOSO, Fernando Henrique. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995, p.31).

²⁸⁷ ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo...** p. 11.

ornitorrinco, que contém em si, e simultaneamente em uma mesma perspectiva darwinista, todas as fases da evolução de sua família:

altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, *dunque* nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte *agrobusiness*. Um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo, tatibitate, pela Terceira Revolução, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligada aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulários que sofisticados; noutra, extremamente primitiva, ligada exatamente ao consumo dos estratos pobres. Um sistema financeiro ainda atrofiado, mas que, justamente pela financeirização e elevação da dívida interna, acapara uma alta parte do PIB, cerca de 9% em 1998, quando economias que são o centro financeiro do capitalismo globalizado alcançaram apenas 4% (Estados Unidos), 6% (Reino Unido), 4% (Alemanha), 4,2% (França). Em contrapartida, os créditos bancários totais sobre o PIB foram de apenas 28% em 2001 e já haviam caído para 23% no primeiro trimestre de 2003; países desenvolvidos têm proporções que vão dos 186%, no Japão, 146% para os Estados Unidos e até 80% para a Itália. Como o crédito financia a circulação de mercadorias, e por essa via, indiretamente, a acumulação de capital, é fácil perceber o significado de um sistema bancário fraco. Em termos da PEA ocupada, fraca e declinante participação da PEA rural, força de trabalho industrial que chegou ao auge na década de 1970, mas decrescente também, e explosão continuada do emprego nos serviços. Mas esta é a descrição de um animal cuja `evolução´ seguiu todos os passos da família! Como primata ele já é quase *Homo sapiens*!²⁸⁸

O nascimento, as características e o desenvolvimento, com saúde, do mamífero monotrêmato, coadunam-se com o diagnóstico internacional sobre o neoliberalismo apresentado por Perry Anderson:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.²⁸⁹

²⁸⁸ OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 132-133.

²⁸⁹ ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo...** p. 23.

Visto sob um ângulo específico, o da subsistência, deve-se dizer que o mamífero conta com a intervenção de inúmeros agentes parasitários e mutantes que atuam de variadas maneiras e em diversos campos.

A busca pela adequação do cooperativismo no processo competitivo de uma economia de mercado, por parte da OCB, é um dos casos exemplares, pois caminha em sentido diametralmente oposto à concepção do movimento cooperativista fundamentado em práticas e estruturas anti-hegemônicas de “natureza emancipatória, libertadora e humanizante”,²⁹⁰ e com as ações políticas que adotam idêntico direcionamento.

Esse movimento cooperativista de resistência e de cunho popular é composto por uma ampla parcela de trabalhadores do meio urbano e rural²⁹¹ que foram relegados pela legislação cooperativista nacional e tornaram-se “invisíveis” para o modelo empresarial e agro-exportador implementado.

As ações desses trabalhadores estão voltadas à construção e ao desenvolvimento da chamada economia solidária que pode ser considerada, de forma sucinta, como o “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva do capital e participação democrática (uma cabeça um voto) nas decisões dos membros da entidade promotora da atividade”²⁹² e que vem se estabelecendo como uma “resposta de parte da sociedade civil à crise das relações de trabalho e aumento da exclusão social.”²⁹³

²⁹⁰ NAMORADO, R. **Horizonte Cooperativo...** p. 6.

²⁹¹ Integram o presente grupo popular as mais diversas vertentes sociais como, por exemplo, os artesãos, os pescadores, os quilombolas, os seringueiros, os garimpeiros, os sem-terra, os sem-teto, os catadores.

²⁹² SINGER, Paul. Introdução: A Secretaria Nacional de Economia Solidária. In: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária em Desenvolvimento**. Brasília: 2003. p. 7.

²⁹³ SINGER, P. **Introdução:...** p. 7.

As articulações de resistência e de avanço da luta popular são realizadas em diferentes espaços locais, regionais e nacionais, dos quais, atualmente, o GT Brasileiro de Economia Solidária e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, fomentados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAIS, consistem os principais espaços de organização.

Há movimentos sociais com maior capacidade de mobilização que, além de participarem desses fóruns e defenderem esse modelo cooperativista de produção, avançam, em outros espaços, nos interesses populares relacionados aos meios em que se desenvolverá o processo produtivo.

Observa-se, assim, a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST que, ao participar da organização da IV Conferência Internacional da Via Campesina, que reuniu cerca de quinhentas pessoas, de setenta e seis países, entre os dias 14 e 19 de junho de 2004, em Itaici, interior de São Paulo, ratificou a declaração final do encontro que reafirmava a determinação de defender a cultura e o direito de “continuar existindo como camponeses e povos com identidade própria.”²⁹⁴

As ações definidas com o objetivo de garantir a concretização desses dois interesses estão voltadas, em sentido amplo, contra ao neoliberalismo, e, em sentido restrito,

ao combate sistemático aos transgênicos, que se revelou a principal estratégia de dominação das populações rurais; o fortalecimento de ações em defesa da reforma agrária e da soberania alimentar; a preservação, multiplicação e troca de sementes nativas; a defesa dos direitos humanos e trabalhistas da população rural; o combate ao avanço da biotecnologia no campo; a oposição às políticas da Organização Mundial do Comércio, FMI e Banco Mundial.²⁹⁵

Compreender, em especial, a política da Organização Mundial do Comércio e traçar as estratégias de oposição é uma das principais metas dos

²⁹⁴ GOMES, Cristiane. Via Campesina Define Plano de Lutas. **Revista Sem Terra**, Movimento Social, São Paulo, n.º 25, p. 33-35, jul./ago. 2004, p. 33.

²⁹⁵ GOMES, C. **Via Campesina Define...** p. 33.

integrantes da Via Campesina, pois o organismo é o principal responsável pela imposição aos governos do modelo agro-exportador que é implementado integralmente pelos empreendimentos agroindustriais. O efeito, além da expulsão dos trabalhadores do campo, é a adoção e intensificação da produção exclusiva de *commodity*,²⁹⁶ como soja, açúcar, álcool e café, fato que reduz as potencialidades cooperativas de características transformadoras.

Essa complexa relação entre os interesses do mercado, a atuação dos Estados e o modelo agro-exportador, pode ser observada nas notícias sobre o agronegócio apresentadas pela Monsanto:

As exportações brasileiras do agronegócio bateram novo recorde, ao totalizar US\$ 43,6 bilhões em 2005, com aumento de 11,8% (US\$ 4,585 bilhões) em comparação com 2004, quando somaram US\$ 39,016 bilhões. O saldo comercial do setor foi de US\$ 38,4 bilhões, 12,6% superior aos US\$ 34,1 bilhões registrados no ano passado. As importações tiveram uma variação anual de 6,2%, atingindo US\$ 5,183 bilhões. As vendas externas da cadeia produtiva representaram 37% das exportações totais brasileiras.

Os números constam da balança comercial do setor, divulgada nesta quinta-feira (05-01) pela Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). De acordo com a SRI, os grupos de produtos que mais contribuíram para o aumento das exportações foram carnes (31%), açúcar e álcool (49%), café (42%) e papel e celulose (17%).

O crescimento das vendas externas desses grupos de produtos compensou as perdas do complexo soja, cujo valor exportado caiu 5,7% por causa da queda de 15% nos preços da oleaginosa e seus derivados, destacam os técnicos da SRI. Segundo eles, as exportações do complexo soja totalizam US\$ 9,476 bilhões em 2005, contra US\$ 10,047 bilhões de 2004. A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio aponta o elevado crescimento da economia mundial como um dos principais fatores do desempenho positivo do agronegócio em 2005, quando houve maior demanda por bens e aumento dos preços de importantes *commodities* da pauta brasileira de exportação, como açúcar, café e carnes.²⁹⁷

Contrariando, assim, a proposta de um sistema cooperativo que busca, por princípio, o fortalecimento dos movimentos emancipatórios dos trabalhadores para

²⁹⁶ GOMES, C. Via Campesina Define Plano de Lutas. **Revista Sem Terra**. Movimento Social, São Paulo, n.º 25, p. 33-35, jul./ago. 2004, p. 33.

²⁹⁷ EXPORTAÇÕES do agronegócio somam R\$ 43,6 bilhões em 2005. *Monsanto*, São Paulo, 06 de janeiro de 2006. Disponível em: http://www.monsanto.com.br/roundup/noticias_agro/noticias_agro_02.asp?cod=72073 Acessado em: 09.01.2006.

que passem da condição de subalternos à condição de atuantes autônomos e dominantes,²⁹⁸ a OCB instituiu um projeto político de reestruturação que garantisse, além da sua plena autonomia privada, assegurada na Constituição Federal de 1988, a sua completa autonomia econômica nos moldes da nova ordem dominante. O objetivo dessa dupla remodelação era garantir a inserção do cooperativismo na mecânica estabelecida pela economia de mercado.

O processo político, estruturado sob a nova configuração atribuída ao Estado pelo neoliberalismo, é materializado no Projeto de Lei n.º 171, de 1999, apresentado pelo Senador Osmar Dias, que dispõe sobre as sociedades cooperativas,²⁹⁹ e na Medida Provisória n.º 1.715, de 03 de setembro de 1998, editada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que instituiu o Serviço Nacional do Cooperativismo - SESCOOP.

Análise, primeiramente, do Projeto de Lei e dos motivos que ensejaram a sua elaboração permite constatar que o texto proposto é a expressão exata dos interesses da OCB e, por conseqüência, traduz as necessidades políticas e econômicas do discurso neoliberal.

Quatro questões estruturais, nesse sentido, deveriam e foram remodeladas na nova proposta legislativa: **a)** o ato cooperativo; **b)** a abertura do capital das cooperativas; **c)** a possibilidade de pessoas jurídicas de qualquer natureza associarem-se às cooperativas; **d)** representatividade do sistema cooperativo permanecer com a OCB.

A justificativa apresentada pelo Senador ao Projeto de Lei evoca, de plano, a autonomia atribuída pela Constituição Federal de 1988 ao sistema cooperativista e

²⁹⁸ NAMORADO, R. **Horizonte Cooperativo**.... p. 6.

²⁹⁹ Tramitam, também, no Senado Federal os Projetos de Leis n.º 428 e 605, ambos de 1999, de autoria dos Senadores José Fogaça e Eduardo Suplicy respectivamente. No entanto, os dois Projetos de Leis apresentados não encontraram força política entre os parlamentares para avançarem como uma alternativa à iniciativa do Senador Osmar Dias. O texto encontra-se pronto para aprovação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, após audiência pública realizada com a presença do Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC, Sr. Márcio Portocarrero, e do Secretário Nacional de Economia Solidária, Prof. Paul Singer, em 14 de dezembro de 2005.

a experiência histórica acumulada pela OCB para legitimar a necessidade de elaboração de um novo instrumento normativo:

Conforme o Art. 5º, inciso XVIII, da Constituição Federal, "a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento." Esta mudança substancial em relação a legislação anterior (Lei n.º 5.764, de 1971), parcialmente vigente, que previa a tutela do Estado sobre o sistema cooperativista, constitui-se na principal justificação deste projeto.

Além dos aspectos legais, o projeto em questão atende exigências de ordem técnica e hodiernas para o cooperativismo brasileiro, conforme estudo comparativo com a legislação de outros países, elaborado pela Organização das Cooperativas Brasileiras. Muitas das sugestões apresentadas, fruto de debates amplos e continuados, promovidos nas bases do sistema por suas entidades de representação, sob a direção da Organização das Cooperativas Brasileiras, estão incorporadas neste projeto, que julgamos fundamental para a modernização do setor cooperativista.

Os elementos que ensejaram a proposta legislativa não estavam restritos, todavia, a um simples desejo de adequar-se as disposições ordinárias à Constituição Federal, mas em equacionar-se o sistema cooperativo nacional à nova realidade internacional imposta pelo neoliberalismo.

Se a ordem econômica mundial hegemônica está reforçando a política agro-exportadora e a substituição da produção de alimentos pelos *commodities*, o cooperativismo, na concepção construída historicamente no Brasil, a partir da Lei n.º 5.764/71, deve ser reestruturado para que se garanta o fluxo do circuito que parte do campo e vai até a bolsa de valores.

Quanto ao primeiro ponto, o ato cooperativo,³⁰⁰ há uma necessidade de ampliar-se o alcance do conceito que o estabelece, em síntese, como a relação

³⁰⁰ Conforme esclarece Marco Túlio de Rose "o ato cooperativo é uma criação dos juristas da América Latina, presos à tradição conceitual dos atos jurídicos, como forma de descrição de uma situação própria, *sui generis*, das sociedades cooperativas, que longe está em constituir-se numa ficção abstrata, antes sendo, como toda boa ficção, selecionado pelo direito como a ele relevante. O dado fático de que se fala está exatamente na diferença entre o sócio de uma sociedade comum e o sócio de uma sociedade cooperativa. Enquanto naquela existe evidente distinção entre a atividade profissional ou pessoal do associado e a sua participação no desenvolvimento e resultados da sociedade, nesta comparece uma conexão estrita entre a atividade particular do cooperativado e a sua integração, para todos os efeitos, na sociedade [...] O conjunto de ações que uma Cooperativa realiza, com seus associados, prestando a eles o serviço que eles, associados, procuram na Cooperativa quando se associam, serviço que não os diferencia da qualidade de associados, por serem clientes, este serviço é o que a lei chama de ato cooperativo. Ato que não é lucrativo e cuja realização não implica, por expressa disposição legal, operação de mercado ou contrato de compra e venda de produto, serviço ou mercadoria." (Rose, Marco Túlio de, A incidência do ISS sobre a atividade de cooperativas, em **Revista de Estudos Tributários**. nº 14, p.32-33, jul./ago. 2000.)

exercida entre as cooperativas e os seus associados, e entre as cooperativas quando associadas, para consecução dos objetivos sociais.

O motivo é garantir que a imunidade tributária incidente sobre as operações consideradas como ato cooperativo seja, conforme o disposto no artigo 48 do Projeto de Lei, estendida aos negócios auxiliares ou meios indispensáveis à consecução dos objetivos sociais da entidade.

O resultado é a instrumentalização do sistema cooperativo para que seja propiciada a evasão fiscal,³⁰¹ pois, admitindo-se a imunidade aos negócios auxiliares ou meios indispensáveis à consecução dos objetivos sociais da sociedade, por exemplo, pode-se afirmar que sobre o lucro auferido por uma empresa que realizou ato com a cooperativa não incidirá tributação ou que sobre eventual relação empregatícia existente na cooperativa as contribuições devidas ao trabalhador não sejam recolhidas, sob a justificativa de que a relação se enquadra nos meios indispensáveis à realização dos objetivos sociais.

O Poder Judiciário já se manifestou sobre situação similar a essa e decidiu em sentido contrário às pretensões inseridas no Projeto de Lei:

MANDADO DE SEGURANÇA. COOPERATIVAS. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA. ATOS COOPERATIVOS. TÃO-SOMENTE. CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS. EXIGÊNCIA VIÁVEL FRENTE À NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL. RESOLUÇÃO DO BACEN. ATO DECLARATÓRIO DA CEF.

Não são atos cooperativos a manutenção de empregados e as operações realizadas com os não-associados. Como as leis isentivas são de interpretação restritiva e literal, mantêm-se a exigência da contribuição para o PIS, para os atos não-cooperativos, afinal, a isenção foi, expressamente, recepcionada, pela nova Carta, em todas as suas circunstâncias legislativas, nos termos do art. 239. Segurança negada. Apelação da autora conhecida à qual se nega provimento.³⁰²

³⁰¹ “A evasão é sempre ilegal. A fuga do imposto devido, manifestada sob a forma de fraude, simulação ou embuste de qualquer natureza, sofre condenação em todos os sistemas jurídicos nacionais. Elisão, elusão ou evasão lícita é a subtração ao tributo de manifestações de capacidade contributiva originalmente sujeitas a ele, mediante a utilização de atos lícitos, ainda que não congruentes com o objetivo da lei. Em essência, surge como uma forma jurídica alternativa não prevista na lei tributária, de alcançar o mesmo resultado negocial originalmente previsto, sem o ônus do tributo.” (HUCK, Hermes Marcelo. **Evasão e elisão**: rotas nacionais e internacionais. São Paulo: Saraiva, 1997. p.326-327)

³⁰² Apelação em mandado de segurança n.º 1999.04.01.052433-9/RS. Tribunal Regional da 4ª Região – 1ª Turma.Des. Rel. Maria Isabel Pezzi Klein.

A utilização do cooperativismo como o espaço de implementação e de transmissão da política internacional agro-exportadora, mais uma vez, exige que a sua estrutura societária responda à dinâmica internacional dos fluxos de capitais. Nesse sentido, o Projeto de Lei prevê, em seus artigos 15, 17 e 58, respectivamente, a abertura do capital das cooperativas e a possibilidade de pessoa jurídica de qualquer natureza associar-se à sociedade.

A justificativa da proposta legislativa é precisa quanto aos objetivos pretendidos com a inovação normativa:

A segunda inovação significativa refere-se à possibilidade da cooperativa abrir seu capital, tal como o fazem as empresas capitalistas, mediante emissão, autorizada por assembléia geral, de Certificados de Aporte de Capital. Os compradores não teriam a condição de associado, mas apenas uma remuneração, fixa ou por percentual, sobre os ganhos do negócio efetuado. A participação de não sócios nas atividades de interesse da cooperativa poderia também ocorrer na forma de contratos de parceria, nos quais as formas de gestão e o rateio dos resultados seriam previamente acordados entre a cooperativa e seus parceiros.

[...]

O projeto apresenta ainda outras inovações, como o dispositivo específico sobre cooperativas escolares, a retirada de qualquer menção à correção monetária, a relação minuciosa das atribuições do Conselho Administrativo e a possibilidade de ingresso, na condição de associado, de pessoas jurídicas de qualquer espécie, inclusive empresas, desde que pratiquem as mesmas atividades de pessoas físicas e não se constituam em concorrentes da cooperativa.

A adoção dessas medidas acaba completamente com a construção originária do cooperativismo, acolhida até mesmo na Lei n.º 5.764/71, de que as cooperativas são uma sociedade de pessoas e não de capital. A readequação proposta, mesmo que mantido o princípio de um voto por cabeça nas Assembléias Gerais, permitirá a ingerência completa, no cotidiano das cooperativas, das estruturas societárias que operam com uma lógica diversa.

Ingenuidade ou dissimulação pensar, por exemplo, que a participação da Monsanto como detentora de Certificados de Aporte de Capital ou como associada da cooperativa não produza influência direta na condução das atividades da entidade e que seus interesses econômicos não se sobreponham aos interesses individuais ou coletivos dos cooperativados.

A ampliação do conceito de ato cooperativo para estender o benefício da imunidade tributária e a remodelação da estrutura cooperativa para adequá-las às necessidades do mercado eram medidas fundamentais, mas que necessitavam, ainda, de um elemento que garantisse unidade e controle do sistema e que fosse o veículo interno e externo da estrutura.

Assim sendo, contrariando as diretivas constitucionais que pregam a liberdade de associação e o pluralismo de representação, foi reafirmado que a representatividade do sistema seria exercida unicamente pela OCB, como forma de fortalecimento do movimento cooperativista:

Outro aspecto, da maior importância diz respeito a forma de representação do sistema cooperativista nacional: A posição do sistema cooperativo, reiterada em diversos congressos nacionais é pela manutenção do princípio da unicidade de representação. Apenas uma organização nacional de cooperativas, apenas uma representação do cooperativismo em cada estado. A experiência acumulada pelo sistema ensina que a interlocução com o Estado e a definição de diretrizes que mantenham o sistema competitivo face à concorrência das empresas capitalistas ganham eficácia com a representação única. A dispersão, pelo contrário, debilita o movimento. Por essa razão, predomina, na experiência internacional a passagem da pluralidade para a unicidade, antes que o movimento inverso.

[...]

Certos de que o projeto de lei aqui apresentado atenderá satisfatoriamente as necessidades do sistema cooperativista, por ter sido elaborado com base nos posicionamentos amadurecidos em anos de experiência e discussões entre os componentes do sistema OCB, submeto o mesmo a apreciação desta Casa.

Dessa forma, por meio das técnicas jurídicas disponíveis no nosso ordenamento, o sistema cooperativista instituído na década de 1970 foi remodelado no Projeto de Lei para atender as atuais necessidades do mercado, especialmente, no tocante à comunicação que deve fluir entre o campo e as bolsas de valores. A perfectibilização desses interesses passa, necessariamente, pela reafirmação da unicidade de representação a ser exercida pela OCB e pela garantia de sua autonomia perante o Estado.

Compreendido esse mecanismo, pode-se entender o outro movimento estabelecido pela OCB de busca de uma autonomia econômica plena que pudesse

permitir a estruturação e implementação de ações no campo da cultura cooperativista para implementar um modelo de educação com base nas concepções da ordem economicamente dominante.

O processo desencadeado resultou na constituição do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, o qual foi criado mediante a edição da Medida Provisória n.º 1.715³⁰³, de 03 de setembro de 1998, e do Decreto n.º 3.017, de 06 de abril de 1999, ambos no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

À entidade foi atribuída personalidade jurídica de direito privado, composta por entes vinculados ao sistema sindical, sem prejuízo de fiscalização pelo Tribunal de Contas da União, tendo por objetivo organizar, administrar e executar, em todo território nacional, o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativas e dos cooperados (artigo 8º da MP).

A direção do SESCOOP foi composta por um Conselho Nacional, com a seguinte representação: a) um membro do Ministério do Trabalho; b) um membro do Ministério da Previdência e Assistência Social; c) um membro do Ministério da Fazenda; d) um membro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e) um membro do Ministério da Agricultura e do Abastecimento; f) cinco membros da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB³⁰⁴ e g) um membro dos trabalhadores em sociedades cooperativas. A presidência da entidade foi concedida ao Presidente da OCB, o qual tem direito, nas deliberações, somente a voto de qualidade (artigo 9º da MP).

As receitas do SESCOOP são oriundas de diversas fontes, tais como: a) doações e legados; b) subvenções voluntárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; c) rendas oriundas de prestação de serviços, da alienação ou da locação de seus bens; d) receitas operacionais; e) penas pecuniárias e f)

³⁰³ A última reedição da Medida Provisória foi a de n.º 2.168-39, de 26 de julho de 2001.

³⁰⁴ O artigo segundo do Estatuto da OCB dispõe: “**Art. 2º** - À ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS compete: s) exercer a representação sindical patronal das cooperativas, assumindo todas as prerrogativas de Confederação Patronal.” Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>> Acesso em: 15 dez. 2004.

contribuição compulsória incidente sobre a remuneração dos empregados das cooperativas (artigo 10º da MP).

A principal fonte de recurso, dentre as previsões estabelecidas, é constituída pela contribuição³⁰⁵ mensal compulsória recolhida pela Previdência Social, no percentual de 2,5%, sobre o montante da remuneração paga a todos os empregados das cooperativas (inciso I do artigo 10º da MP).

Esse modelo proposto, como se vê, está admitindo e privilegiando o trabalho subordinado no âmbito das cooperativas e os frutos não são escassos e pequenos. Segundo as informações apresentadas no Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, denominada “CPMI da Terra”,³⁰⁶ extraídas do Relatório de Ordens Bancárias do SIAFI, revela que a OCB e o SESCOOP receberam dos cofres da União juntas, aproximadamente, R\$ 200.307 milhões, entre janeiro de 1995 e outubro de 2005,³⁰⁷ conforme tabela abaixo:

³⁰⁵ A contribuição foi instituída em substituição aos tributos devidos e recolhidos pelas sociedades cooperativas, destinadas ao: a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; b) Serviço Social da Indústria – SESI; c) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC; d) Serviço Social do Comércio – SESC; e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT; f) Serviço Social do Transporte – SEST; e g) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR (§ 2º do artigo 10º da MP).

³⁰⁶ O relator da “CPMI da Terra” foi o Deputado Federal João Alfredo, do Ceará, integrante do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL..

³⁰⁷ A soma de recursos federais repassados para a OCB, SESCOOP, CNA, SENAR e SRB, juntas, totalizou o montante de 1,052 bilhões, entre 1995 e outubro de 2005, ocorrendo, respectivamente, a seguinte distribuição: R\$ 12,561 milhões, R\$ 187,746 milhões, R\$ 439,836 milhões, R\$ 849,836 milhões e R\$ 1,860 milhões. As informações encontram-se no documento final apresentado pelo relator da CPMI da Terra, o qual foi rejeitado e substituído pelo relatório do Deputado Federal Abelardo Lupion, do Partido da Frente Liberal – PFL, do Paraná, em 29 de novembro de 2005.

RECURSOS DA UNIÃO REPASSADOS PARA OCB E SESCOOP MEDIANTE CONVÊNIOS OU A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO – PERÍODO: 1995-2005

ANO	OCB	SESCOOP	
1995	3.254.876,00	0,00	3.254.876,00
1996	7.727.990,00	0,00	7.727.990,00
1997	0,00	0,00	0,00
1998	1.136.488,00	0,00	1.136.488,00
1999	0,00	15.160.250,40	15.160.250,40
2000	220,00	20.646.648,48	20.646.868,48
2001	0,00	25.152.049,61	25.152.049,61
2002	0,00	26.139.984,37	26.139.984,37
2003	220,35	30.366.733,77	30.366.954,12
2004	208.100,00	35.929.394,78	36.137.494,78
2005*	233.490,00	34.351.458,30	34.584.948,30
TOTAL	12.561.384,35	187.746.519,71	200.307.904,06

FONTE: SIAFI

* Dados referentes a out. 2005.

Essas informações, além de demonstrarem o expressivo montante de recursos públicos gerenciados pela OCB, refletem, principalmente, que, a partir do momento em que foi constituído o SESCOOP, a OCB reduziu as operações de convênios estabelecidas com a União, que dependem da disponibilidade de recursos e de uma série de negociações políticas para que ocorressem as liberação, e passou a administrar apenas os valores do SESCOOP, que já estão disponíveis e dependem exclusivamente da gestão da entidade.

Visualizado o histórico normativo dessa nova entidade integrante do sistema “S” e os valores públicos envolvidos, cabe efetuar algumas ponderações à consolidação jurídica instituída pela Medida Provisória n.º 1.715/98 e o Decreto n.º 3.017/99, a fim de compreender os propósitos estruturantes constantes nas prescrições legais, isto é, ultrapassar a aparência do conteúdo e penetrar no espírito da normas produzida.

Acredita-se que a centralidade da análise deve ser focada nos objetivos estipulados para o SESCOOP, pois fazem transparecer a essência da quimera, isto

é, os verdadeiros propósitos da entidade. Adotando-se o critério proposto, constata-se que cabe ao SESCOOP gerenciar todo processo de formação e qualificação dos trabalhadores em cooperativas e dos cooperados.

Contudo, questiona-se, inicialmente, se é condizente com os valores e princípios cooperativos a existência de trabalhadores contratados em cooperativas e, ainda, se é papel das entidades cooperativas prepará-los para o trabalho subordinado, ao invés de qualificá-los para a autogestão. Por outro viés, pergunta-se se é condizente com os valores e princípios cooperativos que o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP seja financiado por contribuições oriundas do desconto previdenciário dos trabalhadores em cooperativas. Sob outro prisma, indaga-se se é condizente com os valores e princípios cooperativos que o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP seja presidido por uma entidade que representa a classe patronal.

Posicionando-se de forma positiva aos questionamentos, evidencia-se um consentimento e fomento à existência de trabalhadores empregados em cooperativas e a existência de um serviço que tem por finalidade a formatação do indivíduo para o trabalho subordinado, fato que contraria diretamente a lógica emancipatória do sistema cooperativo e aponta para a fabricação docilização e não para a autonomia dos trabalhadores.

Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*³⁰⁸, demonstra o surgimento, no Ocidente, do poder disciplinar, de vigilância, controle e correção, ou seja, aquele poder que tornou, de alguma forma, a sociedade programada e que fabricou “corpos submissos e exercitados, corpos dóceis”.³⁰⁹

A teoria do direito penal, conduzida por Beccaria, que previa a punição, apenas para os casos de existência de uma lei explícita, opõe-se completamente à panoptista (o panóptico é um modelo de construção idealizado por Bentham e que

³⁰⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2004.

³⁰⁹ FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**... p. 119.

permite a teoria do poder disciplinar de Foucault³¹⁰) em que a vigilância sobre os indivíduos se exerce no nível não do que se faz, mas do que se é; não do que se faz, mas do que se pode fazer.³¹¹

O panoptismo, analisado por Foucault, espraia-se e capilariza-se no “quotidiano de instituições que enquadram a vida e os corpos dos indivíduos”³¹², tendo, desse modo, a capacidade de penetrar na “existência individual”³¹³. A experiência panoptista que transcorreu na França, nas chamadas fábricas-prisão, entre os anos de 1840 a 1845, demonstra qual a funcionalidade e instrumentalidade do sistema:

Era uma instituição onde havia 400 pessoas que não eram casadas e que deviam levantar-se todas as manhãs às cinco horas; às cinco e cinquenta deveriam ter terminado de fazer a toilette, a cama e ter tomado o café; às seis horas começava o trabalho obrigatório, que terminava às oito e quinze da noite com uma hora de intervalo para o almoço; às oito e quinze, jantar, oração coletiva; o recolhimento aos dormitórios era às nove horas em ponto. O domingo era um dia especial; o artigo cinco do regulamento desta instituição dizia: ‘Queremos guardar o espírito que o domingo deve ter, isto é, dedicá-lo ao cumprimento do dever religioso e ao repouso. Entretanto, como o tédio não demoraria a tornar o domingo mais cansativo do que os outros dias da semana, deverão ser feitos exercícios diferentes, de modo a passar este dia cristã e alegremente’; de manhã, exercícios religiosos, em seguida exercícios de leitura e de escrita e finalmente recreação às últimas horas da manhã; à tarde, catecismo, as vésperas, e passeio depois das quatro horas, se não fizesse frio. Caso fizesse frio, leitura em comum. Os exercícios religiosos e a missa não eram assistidos na igreja próxima porque isso permitiria aos pensionistas deste estabelecimento terem contato com o mundo exterior; assim, para que nem mesmo a igreja fosse o lugar ou o pretexto de um contato com o mundo exterior, os serviços religiosos tinham lugar em uma capela construída no interior do estabelecimento. ‘A igreja paroquial, diz ainda este regulamento, poderia ser um ponto de contato com o mundo e

³¹⁰ “O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; ela têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar”. (FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 166-167).

³¹¹ FOUCAULT, M. **As Verdades e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2001, p. 104.

³¹² FOUCAULT, M. **As Verdades e as...** p. 107.

³¹³ FOUCAULT, M. **As Verdades e as...** p. 107.

por isso uma capela foi consagrada no interior do estabelecimento'. Os fiéis de fora eram sequer admitidos. Os pensionistas só podiam sair do estabelecimento durante os passeios de domingo, mas sempre sob a vigilância do pessoal religioso. Este pessoal vigiava os passeios, os dormitórios e assegurava a vigilância e exploração das oficinas. O pessoal religioso garantia, portanto, não só o controle do trabalho e da moralidade, mas também o controle econômico. Estes pensionistas não recebiam salários, mas um prêmio – uma soma global estipulada entre 40 e 80 francos por ano – que somente lhes era dado no momento em que saíam. No caso de uma pessoa de outro sexo precisar entrar no estabelecimento por razões materiais, econômicas e etc, deveria ser escolhido com o maior cuidado e permanecer por muito pouco tempo. O silêncio lhes era imposto sob pena de expulsão. De um modo geral, os dois princípios de organização, segundo o regulamento, eram: os pensionistas nunca deveriam ficar sozinhos no dormitório, no refeitório, na oficina, ou no pátio, e deveria ser evitada qualquer mistura com o mundo exterior, devendo reinar no estabelecimento um único espírito.

Que instituição era esta? No fundo a questão não tem importância, pois poderia ser indiferentemente qualquer uma: uma instituição para homens ou para mulheres, para jovens ou para adultos, uma prisão, um internato, uma escola ou uma casa de correção. Não é hospital, pois, fala-se muito em trabalho. Também não é um quartel, pois se trabalha. Poderia ser um hospital psiquiátrico, ou qualquer casa de tolerância. Na verdade, era simplesmente uma fábrica. Uma fábrica de mulheres que existia na região do Ródamo e que comportava quatrocentas operárias.³¹⁴

O funcionalismo produtivista se utiliza desses instrumentos e desenvolve formas de controle que sejam mais sutis, menos visíveis e menos onerosas ao sistema, porém que garantam maior eficácia de resultados em prol dos seus interesses. As estruturas de produção organizadas em fábricas-prisão, hospitais-prisão, escolas-prisão, dão lugar, na presente fase de desenvolvimento do capital, às firmas-rede, em que os processos de qualificação, de capacitação e os controles da produção e dos fluxos financeiros podem ser monitorados à distância, em tempo real.

As firma-redes escolhem estrategicamente seus núcleos de competências (p. ex. concepção e montagem do bem), fracionando com as outras empresas as demais fases da produção e comercialização do produto. Uma montadora de carros americana, por exemplo, pode produzir peças para um veículo em diversos países e ter o total controle sobre a qualidade do bem produzido, sendo os selos de qualidade (ISO) *um* dos mecanismos utilizados para garantir as características do bem.

³¹⁴ FOUCAULT, M. **As Verdades e as...** p.108-109.

Assim como os processos de industrialização transformaram a agricultura e a tornaram mais produtiva, a revolução da informática transformará a indústria, redefinindo e rejuvenescendo processos de fabricação.³¹⁵

Esses novos modelos exigem a alteração do formato de organização da força de trabalho. A imagem do trabalho assalariado clássico cede espaço para os trabalhadores de empresas terceirizadas, trabalhadores temporários ou colaboradores, fato que, por sua vez, requer a existência de serviços que façam a formação e qualificação dos trabalhadores para atenderem às novas necessidades do capital.

Francisco de Oliveira afirma que última transformação no setor de produção revolucionou as relações de trabalho, ou seja, que houve uma radicalização do trabalho abstrato, *verbis*:

Avassalada pela Terceira Revolução Industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento da mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato.³¹⁶

Transpondo-se o conteúdo da argumentação suscitada ao presente caso, nota-se que formar e qualificar trabalhadores de cooperativas, por meio, ainda, da contribuição incidente sobre o montante da remuneração deles, é fortalecer o modo de produção capitalista e ratificar, conseqüentemente, a lógica do modelo que necessita que “o tempo dos homens seja oferecido ao aparelho de produção; que o aparelho de produção possa utilizar o tempo de vida, tempo de existência dos homens”, pois é “desta forma que o controle se exerce”.³¹⁷

Nessa conjuntura, a perpetuação de empregados em cooperativas vincula-se as duas necessidades estruturantes da sociedade industrial, ou seja, de ter o tempo dos homens posto no “mercado, oferecido aos que querem comprar, e comprá-lo em troca de um salário” e, “por outro lado, que este tempo dos homens

³¹⁵ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. p.306-307.

³¹⁶ OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão...** p.135.

³¹⁷ FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as...** p. 116.

seja transformado em tempo de trabalho. É por isso que em uma série de instituições encontra-se o problema e as técnicas da extração máxima do tempo.”³¹⁸

Todavia, a existência de trabalhadores subordinados em cooperativas contraria a própria essência do sistema que busca a emancipação do indivíduo à exploração exercida pelo modelo de produção atualmente hegemônico.

Ter um serviço ao dispor do cooperativismo que organize, administre e execute, em todo território nacional, o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativa e dos cooperados, corresponde à idéia do corpo que deve ser “formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades, qualificar-se como um corpo capaz de trabalhar”³¹⁹, isto é, fazer que o corpo transforme-se em força de trabalho.

Dessa forma, analisando-se a metamorfose ocorrida no Estado brasileiro a partir da adoção dos fundamentos neoliberais, pode-se visualizar e compreender as estratégias assumidas pela OCB para se reestruturar internamente e para adequar o cooperativismo à economia de mercado.

Essa posição de alinhamento às concepções da nova ordem capitalista dominante necessitava de uma readequação legislativa que garantisse à entidade uma plena autonomia política e econômica, fato que elucida o teor do Projeto de Lei e da Medida Provisória, que, praticamente, foram apresentados no mesmo ano.

O desvelar dessa situação histórica possibilita que os trabalhadores tracem suas estratégias de enfrentamento de forma precisa e contundente e, ao contrário do que ocorre em determinados espaços, sustentem o modelo excludente vigente.

³¹⁸ FOUCAULT, M. **A Verdade e as...** p. 116.

³¹⁹ FOUCAULT, M. **A Verdade e as...** p. 116.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva escolhida na presente dissertação procurou relacionar as transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas na América Latina, a partir do final da década de 1950, e os seus reflexos, à época, para o Brasil, em especial, na formação do sistema cooperativista brasileiro e nos seus posteriores desdobramentos que nos reportam até a presente data.

Esse percurso histórico e as inter-relações realizadas tiveram o objetivo de demonstrar que o modelo de representação único adotado no cooperativismo brasileiro e exercido pela OCB é uma extensão do caráter autoritário das classes economicamente dominantes, expressas, naquele momento, pelo Estado ditatorial, e que teve por finalidade o controle da estrutura cooperativa, em um movimento binário de característica organizadora e desorganizadora de interesses.

Acredita-se, todavia, que a compreensão da construção da realidade política e econômica nacional deva ser acompanhada pela percepção do papel que o Direito exerceu e exerce na adequação desses interesses, por meio das técnicas jurídicas de elaboração de textos legislativos e hermenêutica, que permitem a previsibilidade e a segurança da instrumentalização do ordenamento jurídico, como afirma José Eduardo Faria:

Preservar a ‘operacionalidade’ do ordenamento jurídico vigente significa, dessa maneira, conjugar mudança e permanência de modo controlado e eficaz, tendo em vista a ampliação e a reforma do espaço legal de ação de uma determinada classe – efetividade essa aqui entendida não só como o respeito às normas jurídicas que presidem um jogo econômico em que a liberdade de mercado é formalmente garantida e em que as vinculações informais do Estado com os grupos econômicos, em proveito destes, são mantidas, mas, igualmente, como a realização de funções estatais precisas na formulação e aprovação das condições materiais e simbólicas do próprio sistema político liberal-burguês como um todo.³²⁰

³²⁰ FARIA, J. E. **O Brasil Pós-Constituinte...** p.62.

Ao se examinar essa complexa combinação que conduziu à unicidade da representação jurídica, política, social e cultural do cooperativismo nacional, pela OCB, para que fosse implementado, na agricultura, um modelo capitalista dependente e agro-exportador, pode-se observar, segundo o ensinamento de Darcy Ribeiro, que as Américas do Norte e do Sul estão em conflito.

A batalha, contudo, não é física entre os povos, mas de pressão, compulsão e de doutrinação, fato que amplia e reforça, para a América do Norte, “um sistema de dominação criado para impor seu próprio projeto de exploração de nossos recursos, de organização de nossas sociedades, de regulamentação de nossa vida política, de dimensionamento de nossa população e de fixação do nosso destino”.³²¹

A concretização desse modelo de dominação encontrou ressonância real em todos os países da América Latina, com exceção de Cuba, e, por conseqüência, no Brasil, tendo sido as classes economicamente dominantes um dos seus braços oficiais e o cooperativismo um dos mecanismos utilizados para garantir a sua implementação e o seu sucesso.

Tal circunstância concretizou-se a partir da assunção pelo Brasil de uma proposta dependente de capitalismo monopolista de Estado, que se estruturou mantendo o latifúndio. A unicidade de representação garantia, nessa conjuntura, que a OCB seria o único veículo de comunicação entre o Estado e o movimento cooperativista, o que permitiu forjar, completamente, o sistema para implementação dessa política.

Essa interlocução realizada pela OCB, legalmente garantida e permitida, possibilitou organizar um modelo cooperativo empresarial e agro-exportador que, por outro lado, desorganizou ou impediu a organização das formas cooperativas de cunho popular e transformador, do meio urbano e rural, que buscavam alternativas ao modo de produção capitalista.

³²¹ RIBEIRO, D. **O Dilema da América...** p.10.

Diante dessa realidade, a análise desses elementos possibilita que se compreendam os motivos que conduziram à publicação da Lei n.º 5.764/71, que instituiu o sistema cooperativista nacional, estabeleceu a unicidade de representação política a ser exercida pela OCB, e determinou a filiação compulsória das sociedades cooperativas à entidade.

O êxito obtido pela OCB na implementação das diretrizes políticas e econômicas dependentes, que permitiu a perpetuação da estrutura agrária nacional calcada no latifúndio e a instrumentalização plena do sistema cooperativista para atender a esses interesses, foram os fatores determinantes para que a entidade fosse mantida adiante do sistema ao fim do regime militar.

A preservação do “posto” estava condicionada a um processo de reestruturação que garantisse, sem romper com a unicidade de representação, sua autonomia política e econômica para que adequasse e implementasse a nova ordem dominante expressa pelo neoliberalismo.

Tais necessidades foram articuladas e expressas no inciso XVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que assegura a liberdade de criação das cooperativas e veda a interferência estatal em seu funcionamento, na Medida Provisória n.º 1.715, de 03 de setembro de 1998, que instituiu o Serviço Nacional do Cooperativismo, e no Projeto de Lei n.º 171/1999, que prevê o novo sistema cooperativista nacional.

Nessa perspectiva, o modelo de cooperativismo adotado no Brasil, do período militar até a presente data, produziu um atrofiamento do sistema, cuja extensão não foi compreendida em sua plenitude. Alguns efeitos dessa política, contudo, já podem ser constatados e sintetizados em três dimensões.

A primeira delas pode ser constada na limitação das potencialidades do cooperativismo no âmbito nacional, pois a estrutura produzida legalmente foi direcionada à realidade do campo e para fomentar sociedades empresariais alinhadas a um modelo agro-exportador.

A segunda dimensão pode ser observada na in-transparência produzida sob parcela dos trabalhadores, pois eles acabam por constituir e sustentar uma

forma societária que substancialmente não é uma cooperativa e que tem por finalidade flexibilizar e precarizar as relações de trabalho e maximizar o lucro, que não é objeto do cooperativismo.

A terceira dimensão estendeu-se à educação e à cultura cooperativista, pois as reflexões existentes limitam-se a efetuar um movimento meramente mecanicista de leitura da legislação cooperativa já produzida sem avançarem num debate que questione os fundamentos do sistema jurídico instituído.

A partir dessas constatações, os atores sociais que compreendem que o modelo econômico hegemonicamente vigente tem uma mecânica estrutural excludente e que pretendem transformar a ordem social posta, devem ter clareza do conteúdo de suas ações.

O cooperativismo apresenta-se como uma das alternativas para superação da exploração do indivíduo pelo capital, na medida em que, dentre outros fatores, a propriedade dos meios de produção é coletiva, o direcionamento da sociedade apresenta-se de forma autogestionária e a sua origem é fruto de uma oposição política dos trabalhadores ao capitalismo.

A superação desse modo de produção é longa e demorada, tendo em vista que as experiências que o contrapõem ainda são modelos incipientes e inacabados. Entretanto, o desenvolver do processo de transformação sinaliza os ajustes que devem ser feitos, cabendo aos agentes envolvidos interpretá-los e aplicá-los corretamente.

O capital tem a necessidade de controle total da subjetividade dos indivíduos para oferecer a energia destes como força de trabalho. Cientes dessa operação cabem aos atores que buscam a transformação barrarem e contraporem tal movimento, principalmente, se a ação do capital encontra-se nas estruturas construídas para superá-lo.

Os fatos analisados neste trabalho levam, também, à conclusão de que a política, a economia e o direito sempre estão entrelaçados, sendo necessário analisá-los conjuntamente para se ter uma compreensão global e para se poder moldar as linhas de atuações que definirão o enfrentamento ideológico.

Resgatar o rumo do cooperativismo nacional, sob as bases lançadas pelos 28 tecelões de Rochdale, é fundamental e estruturante para construir-se uma proposta factível de cooperação coletiva e autogestionária. Romper com a unicidade de representação exercida pela OCB e com a condição de interlocutora do cooperativismo nacional significa livra-se dos grilhões impostos pelas classes dominantes e usufruir a alforria que é elemento constitutivo do cooperativismo.

Redirecionar o desvio existente é necessário e urgente, sob pena de se observar a cooptação da estrutura pelo capital e ver ratificada o pensamento foucaultiano de que “há duas espécies de utopia: as utopias proletárias socialistas que têm a propriedade de nunca se realizarem, e as utopias capitalistas que têm a má tendência de se realizarem freqüentemente.”³²²

A análise realizada nesta Dissertação sobre as razões que levaram à unicidade de representação jurídica, política, social e cultural do cooperativismo brasileiro pela OCB e seus posteriores desdobramentos, sem dúvida, não se esgotaram e deve ser estendida na continuidade do Projeto, apenas iniciado neste trabalho.

³²² FOUCAULT, M. **A Verdade e as...** p.116.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org). **Pós-neoliberalismo**. 1ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ARISMENDI, R. Uma Revolução Continental. In: LÖWY, M. (Org.). **O Marxismo na América Latina: uma Antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- AYERBE, L. F. **Estados Unidos e a América Latina: A construção da Hegemonia**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- BANDEIRA, A. L.; MONIZ. Desenvolvimento Econômico e Superestrutura Política. In: Cadernos de Debate 5. **Repensando o Nacionalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.
- BANDEIRA DE MELLO, C. A. **Curso de Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- BENHAM, F. Assistência Econômica Externa aos Países Subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, ano IV, n.º 15, p.120-126, set. 1961.
- BOBBIO, N. **Ensaio sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BONAVIDES, P.; ANDRADE, P. de. **História Constitucional do Brasil**. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, [s.d.].
- BRASIL, F. H. C. (1995-1998) **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.
- CANOTILHO, J. J. G. **Estado de Direito**. Lisboa: Gradiva.
- CANOTILHO, J. J. G.; MOREIRA, V. **Fundamentos da Constituição**. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.
- CASTRO, F. Revolução socialista e democrática em Cuba. In: LÖWY, M. (org.). **O Marxismo na América Latina: uma Antologia de 1909 aos Dias Atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- COGGIOLA, O. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Editora Jaime Pinsky, 2001.
- COMPARATO, F. K. **Muda Brasil: uma Constituição para o Desenvolvimento Democrático**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CORRÊA, M. In: CONGRESSO NACIONAL DE ADVOGADOS PRÓ-CONSTITUINTE, II, 1985, Brasília. **Anais do II Congresso Nacional de Advogados Pró-constituente**. Brasília: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, 1986.
- COUTINHO, C. N. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. **Gramsci e a América Latina**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

COUTINHO, C. N. A Democracia como Valor Universal. In: LÖWY, M. (org.). **O Marxismo na América Latina: uma Antologia de 1909 aos Dias Atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

COUTINHO, C. N. **O Pensador Hegemônico**. Folha de São Paulo, Caderno Mais! 21 nov. 1999.

D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (Org). **Ernesto Geisel**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

DREIFUSS, R. A. **1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

ERICKSON, K. P. **Sindicalismo no Processo Político no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

FARIA, J. E. **O Brasil Pós-Constituinte**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FERNANDES, F. **Circuito Fechado**. São Paulo: HUCITEC, 1976.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FETSCHER, I. **Direito e Justiça no Marxismo Soviético**. In Karl Marx e os Marxistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FOUCAULT, M. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GASPARI, E. **As Ilusões Armadas: a ditadura envergonhada**. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GEDIEL, J. A. P. Cooperativas Populares: A Legislação como Obstáculo. In: MELLO, S. L. de (Org.). **Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: PW, 2005.

GEDIEL, J. A. (Org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR, 2005.

GEDIEL, J. A. (Org.). **Os Caminhos do Cooperativismo**. Curitiba: Editora UFPR, [s.d.].

GOMES, C. Via Campesina Define Plano de Lutas. **Revista Sem Terra**. Movimento Social, São Paulo, n.º 25, p. 33-35, jul./ago 2004.

GORDON, L.; KENNEDY. **Aliança para o Progresso: espírito e objetivos**. Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara, 12 mar. 1962.

GORDON, L. Relações dos Estados Unidos com a América Latina, especialmente o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, ano IV, n.º 15, p. 13-29, set. 1961.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 3. ed. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 2. ed. V.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAU, E. R. **O Direito Posto e o Direito Pressuposto**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

GRAU, E. R. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1997.

GROTTI, D. A. M. **O Serviço Público e a Constituição Brasileira de 1988**. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

GRACIARENA, J. **O Poder e as Classes Sociais no Desenvolvimento da América Latina**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1971.

GRUPPI, L. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

GUEVARA, E. C. Guerra de Guerrilhas, um Método. In: LÖWY, M. (Org.). **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

GUEVARA, E. C. Mensagem à Tricontinental. In: LÖWY, M. (Org.). **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

HERRERA, F. **O Desenvolvimento da América Latina e seu Financiamento**. FALTA CIDADE. APEC Editora S.A., 1968.

JIMÉNEZ, G. J. *Libertades y Derechos de las Sociedades Mercantiles Susceptibles de Amparo Constitucional*. In: Persona e Derecho: **Revista de Fundamentación de las Instituciones Jurídicas y de Derechos Humanos**. Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 2001.

KENNEDY, J. F. Aliança para o Progresso. Washington, Governo dos Estados Unidos, 13 de março de 1961. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, ano IV, n.º 15, p. 143-150, jun. 1961.

LENIN, V. **Opere Complete**. Roma: Editori Riuniti, v. IX, 1960.

LIEUWEN, E. **Generales contra Presidentes en America Latina**. Buenos Aires: Siglo Veinte. 1965.

LIMA, A. A. Os Estados Unidos e a América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, ano IV, n.º 13, p. 17-28, mar. 1961.

LÖWY, M. Introdução: Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: LÖWY, M. (org). **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUZ FILHO, F. **O Direito Cooperativo**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1962.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 3ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MIRANDA, J. **Manual de Direito Constitucional – tomo IV – Direitos Fundamentais**. Coimbra: Coimbra Editora, 2000.

NAMORADO, R. **Horizonte Cooperativo: política e projeto**. Coimbra: Almedina, 2001.

NAMORADO, R. **Introdução ao Direito Cooperativo: para uma expressão jurídica da cooperatividade**. Coimbra: Almedina, 2000.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PERIUS, V. F. **Cooperativismo e Lei**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.
- PINTO, A. P. Sindicatos, corporativismo e política. In: SOARES, G. A. D.; D'ÁRAÚJO, M. C. **21 Anos de Regime Militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- PRADO JÚNIOR, C. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- RIBEIRO, D. **O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- RIBEIRO, D. Governo Goulart caiu por suas próprias qualidades, não por seus defeitos. In: **A História Vivida II** – Estado de São Paulo, apud TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- SADER, E. Um Brasil para os Brasileiros. **Constituição & Constituinte**. Brasília: Editora da Universidade Federal de Brasília, 1987.
- SADER, E. **Cuba: um socialismo em construção**. Petrópolis: Editora Vozes. 2001.
- SAMPAIO, P. de A. Reforma Agrária e Constituinte. **Constituição & Constituinte**. Brasília: Editora da Universidade Federal de Brasília, 1987.
- SANTOS, L. G. dos; OLIVEIRA, F. de. Tem Limite? **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 set. 2005. Folha Opinião.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SARTRE, J-P. **Furacão sobre Cuba**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1986.
- SCHWARZ, R. **Ao Vencedor as Batatas**. 5. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2003.
- SEIBEL, J. E. Estado e instituições públicas: caso do cooperativismo. Perspectiva economia, v. 29, n.º 84. Série Cooperativismo, n.º 35. 1994, nota de rodapé, p. 25. In: VÉRAS NETO, F. Q. **Cooperativismo: nova abordagem sócio-jurídica**. Curitiba: Juruá, 2003.
- SINGER, P. Introdução. In: MELLO, S. L. de (Org.). **Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: PW, 2005.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- UPTON, T. G. Operação Pan-americana – O Catalisador Oculto? **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, ano IV, n.º 14, p. 59-69, jun. 1961.
- VÉRAS NETO, F. Q. **Cooperativismo: nova abordagem sócio-jurídica**. Curitiba: Juruá, 2003.
- ZIZEK, S. **Bem-vindo ao Deserto do Real: Cinco Ensaios sobre o 11 de Setembro e Datas Relacionadas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- WASSERMAN, C. O Império da Segurança Nacional: O Golpe Militar de 1964 no Brasil. In: GUAZZELLI C. A. B.; WASSERMAN, C. **Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- WOLKMER, A. C. **Ideologia, Estado e Direito**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.